



O imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo

Paulo Sérgio Souza Ferreira



Série: Produção Acadêmica Premiada

Paulo Sérgio Souza Ferreira

○ imperialismo:
os teóricos precursores e o debate contemporâneo



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

São Paulo 2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Prof. dr. João Grandino Rodas

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. dr. Sergio França Adorno de Abreu
Vice-Diretor: Prof. dr. João Roberto Gomes de Faria

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Helena Rodrigues – MTb 28.840
Diagramação: Selma Consoli – MTb 28.839

F383i Ferreira, Paulo Sérgio Souza.
O imperialismo : os teóricos precursores e o debate contemporâneo /
Paulo Sérgio Souza Ferreira. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2013.
102 p. -- (Série Produção Acadêmica Premiada)

Originalmente apresentada como Dissertação (mestrado) - Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob o
título "O imperialismo : os teóricos precursores e o debate
contemporâneo", 2011.

ISBN 978-85-7506-213-5

1. Capital financeiro (Economia). 2. Fordismo. 3. Imperialismo. 4.
Neoliberalismo. 5. Socialismo. 6. Financeirização da economia.
I. Título. II. Série.

CDD 325.32

Aos meus pais.
As minhas tias Carmen, Del e Judith.
Aos meus padrinhos Clínio e Radija.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha mãe pelo apoio psicológico e material dado ao longo de minha vida. Aos meus padrinhos Clínio e Radija. As minhas tias Del e Judith. Em especial, a minha tia Carmen que permitiu que eu morasse com ela em São Paulo nos tempos do mestrado. Aos meus primos Liliane, Nadson, Sidney, Lorena, Tiago, Preta e Kellen pelo carinho recebido ao longo desses três anos em São Paulo.

Agradeço a CAPES, que possibilitou o aporte financeiro necessário por meio da concessão de uma bolsa de estudo no período de 24 meses para o desenvolvimento de minha pesquisa. Ao meu orientador, José Flávio Motta, pela oportunidade concedida a mim de estudar numa instituição tão respeitável e reconhecida como a USP. Além disso, pela orientação nesses três anos de mestrado.

Por último, gostaria de agradecer aos professores Paulo Balanco e Maria José pela ajuda na minha preparação para a seleção de mestrado em 2008 e pelos anos de amizade, que vão desde a minha graduação em Ciências Econômicas na UFBA. Espero vencer mais esse obstáculo em busca do sonho de me tornar um professor universitário.

Obrigado a todos!!!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A REPRODUÇÃO DO CAPITAL MONOPOLISTA	15
2.1 OS PRIMÓRDIOS: A TEORIA DA CONCENTRAÇÃO DE KARL MARX	15
2.2 O IMPERIALISMO COMO SUBPRODUTO DO CAPITALISMO	24
2.2.1 A teorização de Joseph Schumpeter: o imperialismo não-econômico ...	37
2.3 O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS	43
3 O SIGNIFICADO HISTÓRICO DO IMPERIALISMO	49
3.1 A INTERPRETAÇÃO LENINISTA	53
3.2 O MILITARISMO	58
4 O DEBATE ATUAL	67
4.1 O NEOLIBERALISMO	72
4.1.1 A política econômica neoliberal	74
4.2 A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA	79
4.3 O NOVO IMPERIALISMO SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101

1 INTRODUÇÃO

A teoria do imperialismo caiu em relativo esquecimento ao longo do século XX. A sobrevivência do capitalismo, após as duas guerras mundiais da primeira metade do século XX, foi apontada pelos teóricos burgueses como a prova empírica do fracasso das previsões dos autores marxistas quanto ao colapso final do modo de produção capitalista. Entretanto, o objetivo deste trabalho é exatamente o contrário: demonstrar a atualidade da teoria marxista do imperialismo e a sua importância na compreensão do capitalismo contemporâneo.

A palavra imperialismo começou a ser utilizada nos meios científicos e acadêmicos em 1902 e passou a caracterizar uma fase específica do desenvolvimento do capitalismo, em que os monopólios constituem a base econômica essencial na estrutura do capitalismo mundial. Por outro lado, nessa etapa o capital financeiro adquire a hegemonia do processo de acumulação de capitais submetendo todas as demais formas do capital ao seu domínio. O movimento *D - D'* compreende a essência de seu movimento de autovalorização. O capitalismo entra em sua última fase de desenvolvimento, ou seja, aquela em que todas as suas contradições atingem o ápice de seu desenvolvimento. O desenvolvimento do rentismo é o sintoma do agravamento de todas as suas contradições.

O primeiro período de desenvolvimento do capital monopolista, compreendido entre os anos de 1870 a 1913, foi marcado pelo agravamento das rivalidades entre os países centrais do capitalismo e pelo desenvolvimento da especulação em nível mundial com a constituição de uma minoria de Estados credores e a exploração conjunta de uma imensa maioria de Estados devedores do capital financeiro internacional. A exportação de capitais foi o aspecto mais significativo desse período suplantando, inclusive, a exportação de mercadorias. Os rendimentos provenientes da exportação de capitais estimularam enormemente o desenvolvimento do parasitismo econômico nos países centrais do capitalismo. No plano institucional, os bancos passaram a deter a hegemonia desse processo consolidando o seu domínio sobre a grande indústria.

A exploração conjunta de vários países por parte de uma minoria de países imperialistas tinha como pressuposto um estágio bem evoluído do processo de concentração e de centralização de capitais, que ficou caracterizado com o aparecimento dos cartéis e dos trustes. No setor bancário, a tendência foi à mesma com o desenvolvimento das associações bancárias internacionais. O surgimento e evolução das sociedades anônimas permitiram um rápido desenvolvimento da centralização de capitais permitindo exportar de forma bastante rápida as relações de produção capitalistas em todo o mundo, e a exploração conjunta das colônias pelos cartéis e trustes internacionais. O resultado foi o desenvolvimento e o aprofundamento maiores do capitalismo em todo o mundo.

Com a criação de uma intrincada rede de dependências do capital financeiro por todo o mundo desenvolveu-se enormemente a especulação mundial por meio dos empréstimos internacionais, da fundação e criação das sociedades anônimas, dos empréstimos governamentais e da dívida pública. Essa circunstância instituiu o rentismo como norma geral da economia capitalista. Porém, após a crise de 1929, esse modelo de desenvolvimento entrou em crise.

A repressão a livre mobilidade do capital financeiro foi à solução encontrada pelo grande capital para o enfrentamento dessa crise. Após um período de relativa estabilidade, crescimento econômico sustentável, baixas taxas de desemprego, que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo, entre os anos de 1950 a 1960, com forte intervenção do aparelho de Estado na economia capitalista, o rentismo foi instituído novamente. No final da década de 1970, o capital financeiro encontrava-se mais uma vez plenamente livre em seu incansável impulso rumo à valorização fictícia ($D - D'$).

Com a revolução conservadora promovida pelos governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan na Inglaterra e nos EUA, respectivamente, foi dada completa liberdade novamente ao capital financeiro por meio dos processos de desregulamentação e de liberalização dos mercados financeiros e de produtos. Assim como no primeiro período, o livre desenvolvimento da especulação em todo o mundo tornou a conjuntura econômica mundial mais instável e os riscos dessa estratégia são inúmeros.

A retomada do poder do capital financeiro, no final da década de 1970, nos autoriza a fazer um reexame da teoria marxista do imperialismo, pois os traços característicos do imperialismo ainda continuam presentes na atualidade. Primeiramente, os monopólios continuam a ser base econômica essencial da economia capitalista. A exploração dos mercados em nível mundial exige que as grandes empresas adotem o modelo organizacional típico das sociedades anônimas. O capitalismo transformou-se na fase imperialista em um sistema econômico mundial completo, o que exige a atuação dos monopólios nos diversos segmentos do mercado internacional. Segundo, o capital financeiro que se constitui na forma superior do capital ainda hegemoniza o processo de acumulação de capitais, ou seja, a sua lógica de valorização ($D - D'$) ainda predomina relativamente às demais formas. Nesse sentido, a questão do imperialismo ainda é central na explicação do capitalismo mesmo na atualidade.

O presente trabalho tem em vista o resgate da teoria marxista do imperialismo. Para tanto, ele está estruturado em mais três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No segundo capítulo, faz-se uma breve revisão do debate historiográfico desenvolvido entre os autores clássicos ressaltando as principais contribuições de cada um, as polêmicas travadas entre eles e os pontos comuns em suas análises. Busca-se dessa forma, fazer um acompanhamento do debate ao longo do tempo mostrando em que medida certos elementos característicos do imperialismo podem ainda estar presentes na atualidade. No terceiro capítulo, tendo em vista as críticas que se faz a teoria de Vladimir Ilitch Lenine mostraremos a sua compreensão do imperialismo como fase superior do capitalismo, pois a maior parte das críticas a teoria marxista do imperialismo são dire-

cionadas a ele. O objetivo é demonstrar que Lenine não compreendia a etapa final do desenvolvimento do capitalismo como a derrubada final do capitalismo e a consequente inevitabilidade do socialismo. Pelo contrário, sua compreensão de estágio superior do capitalismo diz respeito ao aprofundamento de todas as contradições do capitalismo na fase imperialista do capital. No quarto capítulo, apresentamos o ponto em que se encontra o debate atual sobre o imperialismo e os seus alcances e limites tendo como eixo a discussão sobre o neoliberalismo, a financeirização da economia e o papel hegemônico exercido pelos EUA no mundo contemporâneo. Por último, são tiradas algumas idéias a título de conclusão.

2 A REPRODUÇÃO DO CAPITAL MONOPOLISTA

2.1 OS PRIMÓDIOS: A TEORIA DA CONCENTRAÇÃO DE KARL MARX

O estudo do imperialismo moderno desenvolvido pelos autores socialistas foi uma das grandes contribuições da teoria econômica marxista na compreensão do recrudescimento do colonialismo e da entrada em cena de novos impérios coloniais pela divisão territorial do planeta, a partir da década de 1870. Buscava-se compreender as relações existentes entre esses dois fenômenos históricos com as profundas alterações na estrutura do capitalismo internacional caracterizadas pelo surgimento e desenvolvimento das sociedades anônimas e o domínio das finanças sobre o processo de acumulação de capitais.

O ponto de partida da análise desenvolvida pelos teóricos marxistas sobre o capital monopolista foi a teoria da concentração e da centralização de capitais elaborada por Karl Marx, em *O Capital*. Os autores socialistas buscavam atualizar o pensamento marxista e submeter à prova a validade das leis desenvolvidas em *O Capital* sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, através do exame dos fatos concretos da economia internacional. Seguindo os princípios metodológicos legados por Marx, os pensadores marxistas deram importantes contribuições para a compreensão da dinâmica do capital monopolista. Nesse sentido, faz-se necessário apresentar em termos gerais a teoria da concentração de capital desenvolvida por Karl Marx, que se constitui na matriz teórica dessas análises.

O surgimento dos monopólios capitalistas no último quartel do século XIX e início do século XX são a prova empírica da teoria da concentração de Karl Marx. A análise desenvolvida em *O Capital* já contém em si indícios importantes para a explicação do aparecimento dos monopólios, a partir de uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo. Porém, a elaboração¹ dessa teoria foi realizada num período em que os monopólios não existiam ou eram quase que imperceptíveis.

A investigação desenvolvida por esse autor já demonstra que os monopólios são o resultado lógico do processo de acumulação de capitais. Mesmo partindo de um plano puramente abstrato, ou seja, do capital em geral, o estudo que Marx desenvolveu sobre o processo de acumulação capitalista nos revela que a concentração da produção e do capital em grandes empresas é a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista. É o que podemos deduzir de sua análise sobre os processos de concentração e de centralização de capitais. Vejamos, a seguir, como o capital em seu movimento de valorização

¹ Essa circunstância é de grande importância, pois demonstra a profundidade da teoria elaborada por Karl Marx sobre o funcionamento do modo de produção capitalista.

tende a integração monopolística de seus diferentes elementos, segundo as leis de funcionamento do modo de produção capitalista desenvolvidas por Karl Marx em *O Capital*.

O capitalismo tem como objetivo a produção de mais-valia². Ele se baseia na expropriação do trabalho assalariado. Para que a produção capitalista prossiga sem interrupções é necessário que duas condições³ sejam satisfeitas, quais sejam: a concentração do capital, dos meios de produção, dos meios de subsistência nas mãos da classe capitalista; a existência de uma força de trabalho assalariada, que esteja privada de todas as condições de realização de seu trabalho. Isso é assegurado pela própria renovação do processo de produção material, ou seja, o próprio mecanismo⁴ da produção capitalista assegura as condições objetivas para que a produção transcorra sem interrupções. Ou seja, as relações de produção estabelecidas entre capitalistas e trabalhadores assalariados são renovadas periodicamente.

A renovação contínua do processo de produção material sob bases capitalistas exige que parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores assalariados em um período produtivo seja consumida produtivamente pelos capitalistas, ou seja, aplicada na produção num período subsequente. Esse capital adicional (mais-valia) é acrescido ao capital original do período produtivo anterior. A consequência de todo esse processo é que a produção material recomeça sempre em um nível superior ao verificado em ciclo produtivo anterior à medida que prossegue a reprodução material da sociedade. Isso é o que Marx chama de reprodução em escala ampliada ou acumulação de capitais. Quanto mais desenvolvido esse processo mais desenvolvidas estão às relações de produção capitalistas. Com o desenvolvimento da economia capitalista acelera-se a acumulação de capitais e esta, por sua vez, estimula o desenvolvimento do capitalismo.

O resultado dos estímulos provenientes desses dois fatores é o aumento da composição orgânica do capital⁵ existente nas empresas. O aumento da composição orgânica do capital no âmbito de cada empresa individual é a consequência inevitável do desenvolvimento da produtividade social do trabalho, que se expressa pelo aumento em termos relativos da participação do capital constante em relação à parte variável do capital no valor do produto. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas sociais é inseparável

² No produto, a parte $V + M$ corresponde ao valor novo criado no processo de produção pelo trabalho vivo, em que V corresponde aos salários (capital variável) e M corresponde à mais-valia, a parte que é apropriada pelos capitalistas, ou seja, ao trabalho não pago. A parte C relativa ao capital constante é a parte correspondente ao valor dos meios de produção, que é conservada e transferida ao valor do novo produto criado. Em suma, a soma das partes $C + V + M$ correspondem ao valor total da mercadoria.

³ Nos primórdios do modo de produção capitalista, a chamada *acumulação primitiva de capitais* possibilitou que os trabalhadores estivessem destituídos de todas as condições de realização de seu trabalho e a monopolização da riqueza nas mãos da classe capitalista. O comércio colonial, o tráfico negreiro e a expulsão dos trabalhadores de suas antigas propriedades foram capítulos extremamente marcantes desse processo.

⁴ Karl Marx demonstra em *O Capital* que a reprodução social assegura a regularidade do processo de produção capitalista ao reproduzir continuamente a classe capitalista e a classe trabalhadora. Apesar de a reprodução social ser comum a todos os modos de produção, no período capitalista ela adquire uma forma específica, ou seja, a forma capitalista. Nesse caso, trata-se de reprodução capitalista.

⁵ A composição orgânica do capital diz respeito à proporção em que se reparte em capital constante e capital variável o valor do produto.

do desenvolvimento da economia capitalista. A própria dinâmica do processo de produção capitalista contribui para o desenvolvimento acelerado das forças produtivas em que a concorrência entre os capitalistas individuais os impele a reduzir constantemente os seus métodos de produção.

A luta das empresas capitalistas entre si por parcelas mais elevadas de mais-valia se impõe como uma lei coercitiva externa da concorrência aos capitalistas individuais. Elas são impelidas a reduzir constantemente os seus custos de produção mediante a inovação contínua de seus métodos de produção barateando dessa forma o valor da mercadoria individual.

Com o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, uma empresa pode produzir em um mesmo intervalo de tempo e com o mesmo dispêndio de energia uma quantidade maior de valores de uso, o que acarreta uma diminuição do preço individual de sua mercadoria. Enquanto a inovação técnica é o monopólio de uma empresa particular qualquer ela pode auferir lucros suplementares enquanto as empresas concorrentes utilizam os métodos de produção antigos, pois o valor da mercadoria é avaliado no mercado de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Ou seja, o preço que continua a ser praticado no mercado corresponde ao tempo de trabalho social médio que as empresas gastam para produzir a mercadoria com a tecnologia mais antiga. Nesse sentido, mesmo podendo praticar um preço mais baixo a empresa que utiliza a tecnologia mais moderna continua recebendo pelo preço de mercado com a venda de suas mercadorias, o que lhe confere um lucro extra⁶ em relação às empresas concorrentes. Somente com a disseminação do progresso técnico por todo o ramo de produção é que o lucro suplementar desaparece completamente, pois o valor da mercadoria no mercado passa a ser avaliado e praticado de acordo com as novas condições sociais de produção da mercadoria em particular, e a empresa que praticou a inovação técnica passa a obter apenas o lucro normal assim como as demais empresas. Nesse sentido, todas as empresas são impelidas pela lógica capitalista a desenvolver constantemente os seus métodos de produção.

Por outro lado, o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho é o método de ampliação⁷ da mais-valia característico do capitalismo altamente desenvolvido. A produção de mais-valia relativa é obtida mediante o acréscimo da parte da jornada de trabalho relativa ao tempo de trabalho não pago à custa da redução da parte da jornada de trabalho em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho mantendo-se inalterado o tempo total da jornada normal de trabalho. Isso é obtido mediante aperfeiçoamentos técnicos que atinjam os ramos de produção que produzem as mercadorias que entram na composição do valor da força de trabalho, ou indiretamente pelo bara-

⁶ Essa circunstância não constitui uma violação da lei do intercâmbio de mercadorias.

⁷ O outro método estudado por Karl Marx em *O Capital* é a produção da mais-valia absoluta. Nesse método, amplia-se o tempo total da jornada de trabalho prolongando assim a parte da jornada destinada ao trabalho não pago mantendo-se inalterada a parte da jornada de trabalho em que o trabalhador trabalha para si mesmo, ou seja, em que reproduz o valor de sua própria força de trabalho.

teamento das mercadorias produzidas pelos ramos que fornecem os meios de produção utilizados na produção dos meios de subsistência.

Vê-se que a produção de mais-valia relativa e a pressão exercida pela concorrência sob a ação dos capitalistas individuais, que não são nada mais do que faces distintas de um mesmo processo exercem um estímulo considerável para que a produtividade social do trabalho se desenvolva em ritmo febril sob o capitalismo.

O desenvolvimento da produtividade social do trabalho se reflete em um aumento da composição orgânica do capital no âmbito de cada empresa individual, dos ramos de produção em particular e da indústria como um todo. O resultado de todo esse processo é um incremento significativo na dimensão das empresas, onde uma parte cada vez maior da mais-valia é capitalizada acompanhando o aumento do capital, que pode ser demonstrado pelo aumento do volume e da massa de valor dos meios materiais de produção empregados, tais como: edifícios; máquinas; instalações, etc. Ou seja, o trabalho vivo tem que colocar continuamente em movimento no processo produtivo uma massa de valor em meios de produção cada vez maior. Por outro lado, cresce a quantidade de trabalhadores requerida para a continuidade do processo de produção, com o crescimento da dimensão das empresas. Com o aumento da composição orgânica do capital, em termos relativos, cresce a participação do capital constante no valor do produto e decresce a participação do capital variável como vimos acima. Em termos absolutos, cresce a participação dos dois elementos. Este é um índice da crescente produtividade social do trabalho, que acompanha o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O aumento da dimensão das empresas e a mudança na relação entre os seus componentes constante e variável com um aumento proporcional maior do capital constante em relação ao capital variável à medida que se desenvolve a produção capitalista têm como consequências o aumento do capital mínimo exigido e da escala de operações das empresas industriais. Para se compreender essa transformação qualitativa na estrutura das empresas é necessário um estudo dos processos de concentração e de centralização de capitais, que são os dois processos fundamentais do desenvolvimento do capitalismo. Através de seu estudo fica mais clara a compreensão do grau em que as empresas monopolistas exercem o controle sobre os ramos de produção inteiros e sobre os mercados. Karl Marx descreve em *O Capital*, livro primeiro, a concentração do capital nos seguintes termos:

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O cresci-

mento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais. Pressupondo-se as demais circunstâncias constantes, os capitais individuais crescem e, com eles, a concentração dos meios de produção, na proporção em que constituem partes alíquotas do capital global da sociedade. Ao mesmo tempo, parcelas se destacam dos capitais originais e passam a funcionar como novos capitais autônomos. Nisso desempenha um grande papel, entre outros fatores, a partilha da fortuna das famílias capitalistas. Com a acumulação do capital, cresce portanto, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas. Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação, ou melhor, é idêntica a ela. Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes. A acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais (MARX, 1985, v. 2, p. 196).

E mais adiante Marx refere-se à centralização do capital da seguinte maneira:

Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre suas frações é oposta por sua atração. Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acu-

mulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração (MARX, 1985, v. 2, p. 196).

Observa-se que o desenvolvimento do capitalismo centrado em seus dois processos fundamentais, tem como resultado lógico o aparecimento das empresas gigantes. A concentração e a centralização de capitais acompanham o progresso da acumulação capitalista. A concentração de capitais possibilita o acúmulo de riquezas nas mãos de capitalistas individuais por meio da renovação contínua do processo de produção material em que os elementos materiais da produção, os meios de produção e a força de trabalho, são acumulados a cada período produtivo em cada empresa individual. Por sua vez, a centralização de capitais permite que haja uma atração dos capitais antes dispersos em vários pontos nas mãos das grandes empresas. Ou seja, a ação conjugada desses dois processos permite, por um lado, a acumulação da riqueza material nas grandes empresas, por outro lado, a redução do número de empresas participantes no mercado. Esses dois processos se complementam e se alimentam reciprocamente.

A concentração e a centralização de capitais possuem algumas diferenças fundamentais. A concentração de capitais depende da magnitude absoluta da riqueza social. Entretanto, a centralização de capitais não depende do crescimento absoluto da riqueza social. Ela pode ocorrer simplesmente por uma mera mudança da distribuição dos capitais existentes, ou melhor, dizendo, a atração dos capitais em um ponto pode ocorrer por simples repulsão dos capitais em outro ponto. Essa circunstância tem como consequência o fato de que as mudanças na composição orgânica do capital e no âmbito de operação das empresas industriais não dependem em absoluto da aceleração da concentração dos capitais individuais. A centralização dos capitais acelera a exploração de novas áreas de investimentos de capital, novos mercados, na descoberta de novas fontes de matérias-primas, invenções e descobertas, etc. Ou seja, a centralização do capital acelera enormemente o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo complementando a tarefa realizada pela concentração e acumulação dos capitais individuais e numa escala proporcionalmente bem maior do que a realizada pelos últimos.

Os processos de concentração e de centralização de capitais estão no âmago de toda a evolução do sistema capitalista. Quanto mais desenvolvidos estão esses dois processos maior é a composição orgânica do capital existente no âmbito de cada empresa individual. Isso se expressa pelo aumento do volume e da massa de valor dos meios de produção que são empregados no processo produtivo.

Com o aumento na dimensão das empresas e o crescimento na escala de suas operações há a necessidade de expansão dos empregos produtivos. Entretanto, com o aumento da composição orgânica do capital nas empresas, a demanda de trabalho não cresce na mesma proporção em que aumenta o capital global da sociedade. Ou seja, à medida que se desenvolve a produção capitalista, maior é o exército de trabalhadores

desempregados ou exército industrial de reserva, que excede a capacidade de absorção do mercado de trabalho. Essa é a lei populacional específica do modo de produção capitalista.

A formação do exército industrial de reserva é o resultado lógico do desenvolvimento capitalista, pois o desenvolvimento da produtividade social do trabalho se expressa por meio do aumento proporcionalmente maior da parte constante do capital em relação a sua parte variável. Em suma, quanto mais desenvolvida a produção capitalista maior é o número de trabalhadores excedentes em relação às necessidades de valorização do capital. Essa é a lei que rege o funcionamento do sistema capitalista. Karl Marx formulou e sintetizou a lei geral da acumulação capitalista nos seguintes termos:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui (MARX, 1985, v. 2, p. 209).

Se, por um lado, o desenvolvimento acelerado das forças produtivas sociais por meio da formação de empresas gigantes promovido pelo capitalismo é o aspecto positivo de seu desenvolvimento, por outro lado, esse mesmo desenvolvimento se repercute de forma negativa nas condições de vida dos trabalhadores. Ou seja, qualquer que seja a situação do trabalhador suas condições de existência tendem a piorar com o desenvolvimento do capitalismo. Esse é o caráter antagônico da lei geral da acumulação capitalista.

O desenvolvimento da produção capitalista, mediante a atuação de sua lei geral, permite a acumulação de riquezas nas mãos da classe capitalista e a acumulação de miséria no outro pólo da sociedade. Do ponto de vista do capital, esse fato se reflete na formação de grandes empresas, que são o símbolo do poder capitalista. Por meio de seus dois processos fundamentais, o capitalismo caminha em direção ao monopólio. A concentração de capitais permite a ampliação da dimensão das empresas por meio da

concentração de seus componentes individuais, os meios de produção e a força de trabalho, em cada empresa considerada isoladamente, enquanto que a centralização atua como um ímã fundindo os diferentes capitais antes dispersos num só capital. Nesse sentido, quanto mais desenvolvido o sistema capitalista maior o grau que a monopolização alcança nas indústrias capitalistas.

Apesar de ter sido elaborada na época do capitalismo competitivo fica claro pela análise desenvolvida por Karl Marx em *O Capital*, que os monopólios são o resultado lógico e inevitável do desenvolvimento do modo de produção capitalista. No plano puramente abstrato de sua teoria, já encontramos elementos preciosos para a análise da dinâmica do capitalismo em sua fase imperialista. Todos esses elementos foram exaustivamente analisados por diversos autores e contribuíram para a compreensão das leis que regem o funcionamento do capital monopolista.

Por último, cabe observar as contribuições de Karl Marx sobre o papel desempenhado pelo crédito na formação e organização das sociedades anônimas. Vários autores⁸ ressaltaram a importância da expansão creditícia no desenvolvimento do capitalismo monopolista. Nesse sentido, torna-se importante destacar em que medida esse autor influenciou os estudos posteriores sobre o papel do crédito na fase imperialista do capital.

Karl Marx fez algumas observações gerais acerca do papel do crédito no modo de produção capitalista. Segundo ele, o crédito serve para mediar o movimento de equalização da taxa geral de lucro, pois permite a transferência mais rápida dos capitais individuais entre os distintos ramos de produção. Ele permite a diminuição dos custos de circulação de três modos: 1) retira grande parte do dinheiro da circulação; 2) aumenta a velocidade de circulação do meio circulante⁹, isto é, permanecendo constante o volume e a quantidade de mercadorias transacionadas uma massa menor de dinheiro realiza a mesma magnitude de transações; 3) substitui o dinheiro metálico por papel. O crédito torna mais rápido o processo de reprodução material ao acelerar as distintas fases de metamorfose das mercadorias e também a metamorfose do capital social. Por outro lado, diminui a quantidade do meio circulante e a quantidade de dinheiro que tem que existir sempre em forma monetária, ou seja, ele contrai a quantidade necessária dos fundos de reserva.

Entretanto, de suas observações gerais sobre o crédito, as que nos interessam particularmente são as seguintes: o crédito facilita a formação das sociedades anônimas e permite a expansão da escala de produção das empresas a níveis tais que o capital isolado não tem condições de assegurar por si só; o crédito possibilita ao capital o controle quase que absoluto do capital de terceiros e sobre a força de trabalho assalariada que ultrapassam largamente a sua capacidade individual. Ou seja, o crédito se apresenta como uma grande alavanca da centralização de capitais.

⁸ Entre eles, podemos destacar Vladimir Ilitch Lenine, Rudolf Hilferding, Nikolai Ivanovitch Bukharin, entre outros.

⁹ Nessa função o dinheiro age como um intermediário no processo de circulação social das mercadorias. A fórmula M-D-M exprime a essência do processo.

Essa maior capacidade de atração de capitais antes dispersos por um capitalista individual ou uma sociedade acionária facilitada pelo crédito é limitada somente pela grandeza de seu próprio capital, que serve como referência para a estrutura creditícia. O consumo pessoal do capitalista traduzido em artigos de luxo também se apresenta como base segura para o seu pedido de crédito.

O crédito rompe os limites da produção capitalista impostos pela magnitude da acumulação dos capitais individuais promovendo o desenvolvimento acelerado das forças produtivas em nível mundial. Tal desenvolvimento estaria obstaculizado sem o seu auxílio, pois a acumulação dos capitais individuais não seria suficiente ou durariam várias décadas para que fosse possível a realização de grandes empreendimentos, como a construção de canais e diques, a construção de estradas de ferro retardando enormemente o desenvolvimento do sistema capitalista. Por outro lado, ele acelera os impactos das crises capitalistas e torna a sua periodicidade mais curta. Vejamos as observações a respeito feitas por Karl Marx em *O Capital*, livro terceiro:

Se o sistema de crédito aparece como a alavanca principal da superprodução e da superespeculação no comércio é só porque o processo de reprodução, que é elástico por sua natureza, é forçado aqui até seus limites extremos, e é forçado precisamente porque grande parte do capital social é aplicada por não-proprietários do mesmo, que procedem, por isso, de maneira bem diversa do proprietário que avalia receosamente os limites de seu capital privado, à medida que ele mesmo funciona. Com isso ressalta apenas que a valorização do capital, fundada no caráter antitético da produção capitalista, permite o desenvolvimento real, livre, somente até certo ponto, portanto constitui na realidade um entrave e limite imanentes à produção, que são rompidos pelo sistema de crédito de maneira incessante. O sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, os quais, enquanto bases materiais da nova forma de produção, devem ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com isso, os elementos da dissolução do antigo modo de produção (MARX, 1986, v. 4, p. 335).

Outro aspecto importantíssimo da teoria elaborada por Karl Marx sobre o crédito capitalista e que influenciou consideravelmente os autores marxistas posteriores¹⁰, particularmente, Vladimir Ilitch Lenine e Rudolf Hilferding foi a sua idéia a respeito

¹⁰ Na seção intitulada “O significado histórico do imperialismo” ficará mais nítida a mencionada influência.

do significado das mudanças introduzidas pelas sociedades anônimas na economia capitalista. Segundo ele, com o surgimento dos cartéis e dos trustes impôs-se certo grau de socialização da propriedade em oposição à propriedade privada capitalista por meio da venda de ações ao público. Essas mudanças passaram a ser consideradas como formas de transição embrionárias para o socialismo. Vejamos a seguir:

○ capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em antítese ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em antítese às empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista (MARX, 1986, v. 4, p. 332).

Em suma, a investigação desenvolvida por Karl Marx sobre o sistema creditício já demonstra que este se tornaria um elemento crucial da concorrência capitalista, pois a maior ou menor facilidade em sua obtenção seria responsável pelo êxito ou fracasso de cada empresa em particular no processo competitivo, e que este seria responsável pelo surgimento e desenvolvimento das sociedades anônimas.

Do exposto acima, fica claro as valiosas contribuições de Karl Marx para o estudo do capitalismo monopolista. Inclusive, podemos afirmar que a sua teoria constitui-se numa espécie de germe da teoria do imperialismo. É sabido que Marx nunca fez nenhuma referência ao imperialismo e que sua análise foi desenvolvida na época do capitalismo competitivo. Entretanto, a sua teoria da concentração e o seu estudo sobre o crédito são a base indispensável para o estudo do imperialismo.

2.2 O IMPERIALISMO COMO SUBPRODUTO DO CAPITALISMO

O pioneirismo na análise do imperialismo moderno deve-se ao inglês, John Atkinson Hobson, que publicou a obra *Estudio Del Imperialismo*, em 1902. A grande contribuição de Hobson foi demonstrar que o imperialismo foi fruto do desenvolvimento do capitalismo moderno. A sua interpretação ficou conhecida como imperialismo econômico. Essa circunstância fez com que a sua teoria ganhasse grande receptividade entre os autores socialistas e pavimentou o caminho para os estudos posteriores sobre o tema no campo marxista. Entretanto, existem grandes controvérsias entre as abordagens de John Hobson e a dos autores marxistas. Inclusive, entre os pensadores marxistas as abordagens são muito divergentes entre si.

John Hobson foi o primeiro a associar a expansão colonial de fins do século XIX e do início do século XX, com as profundas transformações que se processavam na economia capitalista nesse período. Assim como os autores socialistas, Hobson concebia

os fatores econômicos como a força motriz do imperialismo moderno. Entretanto, as semelhanças terminam nesse ponto. Os pensadores marxistas interpretavam o imperialismo como a manifestação visível das contradições do desenvolvimento capitalista. Ele era uma fase específica do desenvolvimento do modo de produção capitalista caracterizada, principalmente, pelo surgimento e desenvolvimento das sociedades anônimas e a hegemonia do capital financeiro sobre o processo de acumulação de capitais. Por outro lado, Hobson entendia que o imperialismo era uma espécie de enfermidade ou desajuste provocado na economia capitalista que poderia ser solucionado. Analisando o caso da Inglaterra, que era a principal potência econômica da época, ele chegou à conclusão de que a expansão colonial era um prejuízo para a nação como um todo demonstrando assim que o imperialismo não era uma necessidade vital para o sistema capitalista e que poderia ser evitado. Vejamos as suas conclusões a respeito:

Todos estos datos empíricos inducen a sacar las siguientes conclusiones relativas al aspecto económico del nuevo imperialismo: primero, que el comercio exterior de la Gran Bretaña representa un porcentaje pequeño y menguante em relación con su comercio e industria interiores; segundo, que dentro del comercio exterior de nuestro país, las transacciones realizadas con las posesiones británicas representan un porcentaje cada vez menor de las efectuadas con los países extranjeros, y tercero, que dentro del comercio de Gran Bretaña con sus posesiones, las transacciones realizadas con las posesiones tropicales, y en especial con las nuevas posesiones tropicales, fueron las más pequeñas, las de menor progreso y las más fluctuantes en cantidad, y la calidad de las mercancías que comprendían era la más baja (HOBSON, 1981, p.59).

John Hobson não projetava nem desejava o fim do modo de produção capitalista como os pensadores socialistas. Essa diferença é fruto da forma como Hobson interpretava o imperialismo. Para esse autor, a causa do imperialismo é a superprodução de capital que se verifica nos países centrais do capitalismo, os quais não encontram aplicação em seus próprios mercados. O excesso de capital que se forma nesses países encontra a sua aplicação nos investimentos feitos em países estrangeiros, através da exportação de capitais. Nesse sentido, a explicação de Hobson sobre a expansão colonial se aproxima de análise efetuada por Vladimir Ilitch Lenine. Segundo Lenine, com a constituição de um excedente de capitais nos países metropolitanos há uma explosão de atividade colonial visando a sua colocação lucrativa nos mercados externos como se observa, a partir da década de 1870. Entretanto, as causas da exportação de capitais são diferentes em ambos e daí reside a grande diferença em suas interpretações.

Vladimir Ilitch Lenine demonstra que a formação de um excedente de capitais está ligada a dinâmica da acumulação capitalista, ao aumento da composição orgânica

do capital nos países metropolitanos e ao desenvolvimento desigual das economias capitalistas. Essas circunstâncias tornam mais lucrativos os investimentos de capital nas colônias pelo fato desses países já terem sido incorporados ao mercado mundial capitalista e por apresentarem em geral taxas de lucro mais elevadas por conta da baixa composição orgânica do capital em suas indústrias em comparação com os ramos de produção localizados nos países centrais do capitalismo. Por outro lado, na visão de John Hobson, a formação desse excedente de capital é ocasionada pela má distribuição de renda, ou seja, o subconsumo das massas está na raiz de todo o problema. Por causa da concentração de renda, o consumo das classes trabalhadoras não consegue acompanhar o aumento da produção material e o resultado é a formação de um excedente de capitais que não se pode investir lucrativamente no próprio país. Segundo John Hobson essa é a raiz econômica do imperialismo. Vejamos:

Este fenómeno económico constituye la clave del imperialismo. Si el público consumidor de nuestro país elevara su nivel de consumo cada vez que se registra un aumento de la producción, de modo que se mantuviera el equilibrio entre aquél y ésta, no habría un exceso de mercancías ni de capital pidiendo a gritos que se eche mano del imperialismo para encontrar mercados. Naturalmente, existiría el comercio exterior, pero no presentaría mayores dificultades el cambiar el pequeño excedente de producción que tendrían nuestros fabricantes por los alimentos y materias primas que necesitaríamos todos los años, y todo el ahorro que hubiera en nuestro país podría invertirse en la industria nacional, si así lo decidiéramos (HOBSON, 1981, p.94).

Esse subconsumo é provocado por uma espécie de desajuste presente nas economias capitalistas, o que torna o capital ocioso nas metrópoles. Para John Hobson, isso pode ser corrigido mediante reformas estruturais na economia capitalista. Entretanto, em Lenine esse subconsumo não pode ser corrigido, ou seja, não se trata de uma enfermidade que pode ser remediada, mas ao contrário, constitui-se em condição e uma das premissas inevitáveis do modo de produção capitalista.

A análise de Hobson não se limita a conceber o imperialismo como oriundo apenas de fatores econômicos. Além disso, ele enumera outros elementos responsáveis pela política imperialista como o patriotismo, a busca de aventuras, o espírito militar, a ambição política e a filantropia. Todos esses elementos apesar de secundários na explicação desse autor estão de certa forma interligados e são manipulados pelos imperialistas habilmente para a consecução das campanhas militares no exterior. Ou seja, por meio da manipulação desses elementos atingem-se os objetivos econômicos perseguidos.

Apesar de o imperialismo ser um “mau negócio” do ponto de vista da sociedade como um todo, Hobson destaca que existem certos grupos de interesses que se bene-

ficiam diretamente com a expansão colonial. Eles são os responsáveis pela execução da política imperialista e exercem grande influência na vida política do país. Entre eles podemos destacar: as forças armadas, as empresas navais, os exportadores, os fabricantes de canhões, fuzis, munições, aviões, alimentos para as forças armadas, os grupos financeiros, os funcionários públicos dos países metropolitanos que trabalham na administração das colônias, entre outros.

Os grupos imperialistas utilizam o Estado como instrumento de seus próprios interesses. O grande aumento dos gastos públicos na fase imperialista é uma das principais fontes de ganhos dos grupos financeiros e industriais. Em detrimento da coletividade, o erário público é utilizado para financiar as campanhas militares no exterior. Por outro lado, esses gastos servem para abrir novos campos de investimentos para o seu capital, estabelecer contratos vantajosos com os mercados estrangeiros, etc. Preferencialmente, por meio dos impostos indiretos, esses grupos conseguem fazer com que os custos dessa política recaiam sobre as classes trabalhadoras. Em suma, o emprego lucrativo de capitais no exterior requer um grande aumento dos gastos públicos para o financiamento das atividades militares. Porém, para que esse financiamento resulte em grandes benefícios aos grupos imperialistas os custos dessa política não pode recair sobre os ombros das classes sociais diretamente interessadas em sua execução, o que só é possível mediante a adoção de um sistema de tributação indireta em que os impostos recaiam, sobretudo, sobre os produtos de consumo popular que não são passíveis de substituição por bens substitutos.

Além disso, a dívida pública é outra fonte de financiamento importantíssima dos gastos militares. A criação da dívida pública atende aos seguintes objetivos: atender as necessidades emergenciais de gastos não previstos no orçamento público e que não podem ser cobertos pelos impostos indiretos; a sua criação é uma forma de escapar dos impostos sobre a renda e a propriedade que seriam necessários caso ela não existisse; é uma das formas lucrativas de investir o capital acumulado, que em caso contrário continuaria ocioso; o seu aumento constitui o objetivo perseguido pelos credores que tem interesse na renovação contínua dessas dívidas; ela permite que os países credores se intrometam nos assuntos internos dos países devedores fazendo valer a força de seus interesses comerciais e financeiros; pode facilitar o apoio político dos países devedores em conjunturas críticas, etc.

Vê-se que o imperialismo e a sua política de anexações apesar de ser oriunda de deformações na economia capitalista resultam claramente lucrativos para certos grupos de interesses, que dominam a vida política nos países metropolitanos em detrimento dos interesses do conjunto da população. Esses grupos minoritários e abastados exercem o controle do aparelho de Estado e são inimigos declarados da democracia.

Entretanto, mesmo reconhecendo as poderosas forças em jogo que se beneficiam com o imperialismo, John Hobson acredita que é possível adotar medidas para combatê-lo ou mesmo saná-lo. Em sua análise, por meio da adoção de reformas sociais o imperialismo poderia ser eliminado. No plano político, isso significa desenvolver a democracia

por meio da instituição de um governo livre e que respeitasse os ideais democráticos. No plano econômico, por meio da melhoria na distribuição de renda, que elevaria o nível de consumo das massas no qual não se formaria mais o capital ocioso, pois ele poderia ser aplicado lucrativamente no próprio mercado interno cessando os estímulos que impelem os países centrais do capitalismo na busca de novas colônias. Ou seja, trata-se de ampliar a demanda agregada da economia nacional. Nas palavras de Hobson:

No está escrito en el orden natural de las cosas que tengamos que gastar nuestros recursos naturales en empresas militaristas, en guerras, en maniobras diplomáticas arriesgadas y poco escrupulosas con objeto de encontrar mercados para nuestras mercancías y para nuestros excedentes de capital. Una sociedad inteligente y progresista que se basara en una igualdad fundamental de oportunidades económicas y educativas, elevaria su nivel de consumo para que correspondiera con todo incremento de su capacidad de producción, y podría encontrar pleno empleo para una cantidad ilimitada de capital y mano de obra dentro de las fronteras de su propio país. Cuando la distribución de la renta es de tal tipo que permite a todas las clases sociales de la nación convertir sus auténticas necesidades em demanda efectiva de bienes, no puede darse superproducción, ni subempleo de capital o mano de obra, ni hay necesidad alguna de combatir por mercados extranjeros (HOBSON, 1981, p.98).

John Atkinson Hobson teve grandes méritos ao perceber pioneiramente as inter-relações existentes entre o desenvolvimento do capitalismo e o recrudescimento do colonialismo, a partir da década de 1870. Sua análise ganhou adeptos nos meios marxistas, principalmente, Lenine que reconheceu a influência de Hobson em sua obra. Entretanto, por adotar o ponto de vista pequeno burguês não pôde conceber o caráter específico do capitalismo em sua fase imperialista considerando o parasitismo econômico apenas como um mero sintoma das enfermidades existentes na economia capitalista. Pensava que era possível corrigi-las mediante reformas sociais, ainda que mostrasse de forma clara as dificuldades para a sua consecução, tendo em vista a grande força política dos grupos financeiros e industriais que se beneficiam com o imperialismo. A análise de John Hobson peca exatamente por não compreender que o imperialismo estava, a partir da década de 1870, profundamente integrado na estrutura do capitalismo mundial possibilitado pelo surgimento e desenvolvimento de uma forma superior de capital como forma dominante e hegemônica no processo de acumulação capitalista, qual seja: o capital financeiro. Vejamos, a seguir, as reflexões desenvolvidas pelos pensadores marxistas e as suas contribuições no estudo do imperialismo moderno.

Os autores socialistas partem da herança teórica deixada por Karl Marx para o estudo do imperialismo moderno. A análise desenvolvida em *O Capital* sobre o processo de acumulação capitalista constitui-se no ponto de partida dessas análises. Todos eles procuram dar continuidade ao trabalho desenvolvido nessa obra tendo em vista à existência de um problema teórico, que não pôde ser analisado por Marx. A teoria da concentração e da centralização de capitais foi elaborada numa época em que os monopólios quase não existiam, ou seja, na época do capitalismo competitivo. Partindo dessa circunstância, o estudo do capital monopolista trouxe novos e importantes problemas que exigiam uma atualização do pensamento marxista para dar conta de uma realidade totalmente diferente e em constante mutação. Por outro lado, uma simples análise superficial da teoria de Marx nos mostra a importância de sua investigação por conter elementos preciosos para o entendimento do capitalismo em sua fase imperialista. Porém, as análises desenvolvidas pelos teóricos marxistas apesar de partirem de uma base teórica comum apresentam grandes divergências entre si. Isso decorre da forma como cada um interpreta o pensamento de Karl Marx. Em que pese o fato de pertencerem ao campo socialista, às diferenças nas interpretações dos autores marxistas devem ser levadas em consideração.

Na análise desenvolvida por Rudolf Hilferding em *O Capital Financeiro* o progresso da acumulação capitalista, que tem como base os processos de concentração e de centralização dos capitais, tem como resultado de seu desenvolvimento o aparecimento dos cartéis e dos trustes. O processo de monopolização da indústria capitalista não pode ser compreendido sem a análise do capital financeiro. Hilferding entende por capital financeiro a forma de capital que surgiu no final do século XIX e no início do século XX marcada por uma crescente interdependência entre o capital bancário e o capital industrial dando origem ao capital financeiro¹¹, com a hegemonia das instituições bancárias. O capital financeiro concentrado corresponde a um estágio de desenvolvimento do capitalismo em que o processo de centralização de capitais atinge o ápice de seu desenvolvimento. Por meio de alguns desenvolvimentos, o capital financeiro colocou todas as demais formas de capital sob o seu domínio. Somente a força concentrada do capital financeiro pôde levar o processo de concentração e de centralização de capitais na indústria capitalista ao seu grau mais elevado com a formação dos trustes e dos cartéis.

Sua análise começa por investigar como o capital monetário ocioso é liberado periodicamente na circulação do capital industrial. Esse capital monetário passa a se constituir na base para o desenvolvimento do sistema creditício. Enquanto, esse capital ocioso não atinge grandes proporções as instituições bancárias que o controlam não passam de meros intermediários do processo de produção capitalista transferindo o capital

¹¹ O conceito de capital financeiro em Rudolf Hilferding diz respeito ao capital bancário que é empregado na indústria capitalista. Esse capital monetário ocioso se encontra à disposição dos capitalistas industriais somente através da mediação dos bancos. Por outro lado, esse capital em mãos dos bancos é empregado crescentemente na esfera industrial.

ocioso em algumas indústrias para as indústrias que reclamam o seu consumo produtivo. No início, essa operação é meramente auxiliar e constitui-se na principal atividade realizada pelos bancos. Entretanto, à medida que se ampliam as operações realizadas pelos bancos e cresce o capital monetário ocioso à sua disposição, o capital bancário passa a se constituir na principal alavanca do processo de acumulação de capitais e os bancos por meio de suas operações bancárias passam a influir decisivamente no curso da indústria.

Segundo Hilferding, com o desenvolvimento das sociedades anônimas, em que há a separação entre a propriedade do capital e a sua gestão administrativa, os antigos capitães da indústria passam agora a simples capitalistas monetários. Essa circunstância permite a formação do lucro de fundador, pois há a transformação do capital que rende lucros em capital que recebe apenas juros. A descoberta dessa categoria econômica é uma das suas grandes contribuições. Esse lucro se origina da formação das sociedades anônimas em que o dinheiro auferido com a venda de ações ultrapassa largamente o capital efetivamente aplicado na indústria. Essa diferença entre o capital realmente investido na esfera industrial e o obtido com a venda de ações constitui um forte estímulo para a concentração de capitais, para novos investimentos, etc. Em suma, ele acelera o desenvolvimento do capitalismo.

O domínio dos bancos sobre a indústria capitalista é o resultado inevitável desse processo. O êxito ou fracasso das empresas no processo competitivo depende do grau em que a concentração capitalista atingiu o setor bancário. Quanto maior a concentração bancária e conseqüentemente maior o capital monetário disponível maiores são as possibilidades de êxito dos monopólios na concorrência desencadeada entre eles. Isso se reflete em uma maior interdependência de interesses entre os bancos e a indústria e numa mudança qualitativa na concorrência desenvolvida entre as empresas. Agora não se trata mais da concorrência entre pequenos capitais individuais, mas da concorrência entre capitais financeiros de grandes proporções por taxas de lucro mais elevadas.

No plano político, esse processo se caracteriza pelos crescentes antagonismos de interesses entre os países centrais do capitalismo pela posse de colônias. Na fase imperialista do capital, há uma mudança significativa no papel da política comercial, pois não se trata mais de assegurar mercados às indústrias nascentes, como nos períodos iniciais do desenvolvimento capitalista, mas de assegurar os mercados estrangeiros para as indústrias mais desenvolvidas mediante a sua proteção. Busca-se de todas as formas levantarem barreiras aos produtos estrangeiros nos mercados nacionais, por outro lado, invadir os territórios estrangeiros com as mercadorias produzidas pelas indústrias exportadoras em cada país imperialista. O sucesso dessa medida depende da prática de altos preços no mercado interno, do qual se obtêm lucros extras, e a conseqüente prática de um preço mais baixo no mercado mundial. A possibilidade de praticar um preço mais baixo no mercado internacional vai influir decisivamente na luta competitiva desenvolvida entre os trustes no mercado externo. Porém, a prática de preços monopolistas nos mercados internos tende a reduzir as vendas nesses mercados. Isso só pode ser compensado por meio da ampliação do espaço econômico nacional, o qual se torna uma condição vital

para o êxito na luta desencadeada entre os monopólios no mercado internacional compensando os efeitos negativos do protecionismo estatal. A maior ampliação possível do espaço econômico nacional mediante a anexação territorial das colônias passa a ser o objetivo central da política econômica no período imperialista sendo perseguida a todo custo pelos Estados – Nações. Nesse sentido, o imperialismo é a expressão política dos interesses criados pelo capital financeiro internacional. Hilferding sintetiza da seguinte forma a política econômica do capital financeiro:

Portanto, a política do capital financeiro persegue três objetivos: primeiro, a criação do maior território econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra a concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais. Esses objetivos, porém, necessariamente entram no mais agudo confronto com a política que o capital industrial aplicou na Inglaterra com clássica perfeição durante sua exclusiva hegemonia (no duplo sentido de que lhe subordinava o capital comercial e bancário e de que, ao mesmo tempo, tinha o domínio absoluto no mercado mundial). E isso tanto mais quando a aplicação da política do capital financeiro em outros países também ameaçava cada vez mais os interesses do capital inglês. O país do livre – comércio era naturalmente o alvo de ataque da concorrência estrangeira. A rigor, o *dumping* teve também suas vantagens para a indústria inglesa. A indústria manufatureira obteve matéria-prima barata mediante a concorrência a preços ínfimos. Por outro lado, contudo, isso prejudicava exatamente as indústrias de matéria-prima. Mas então, com o progresso da cartelização, com a concentração de escalas de produção cada vez mais amplas e com a formação do sistema de prêmios de exportação, tinha também de soar a hora para aquelas indústrias inglesas que até então tinham ganho com o *dumping*. Acresce ainda. Como fator importantíssimo, que a tarifa alfandegária abre também a esperança de uma era de rápida monopolização, com suas perspectivas de lucros extras e lucros de fundador, que se constituem numa grande sedução para o capital inglês (HILFERDING, 1985, p. 306).

O estudo desenvolvido por Rudolf Hilferding influenciou consideravelmente o pensamento dos teóricos marxistas, sobretudo, a sua análise sobre as formas de valorização do capital financeiro. Sua investigação teve grande influência na mais popular de todas as obras sobre o imperialismo, *o imperialismo: fase superior do capital*, escrita por

Vladimir Ilitch Lenine. Entretanto, Lenine não se limitou a reproduzir as idéias defendidas pelo autor de *O Capital Financeiro* trazendo assim novas e importantes soluções na compreensão do imperialismo moderno.

Lenine demonstrou que o recrudescimento do colonialismo, a partir da década de 1870, só foi possível graças à formação de um excedente de capitais nos países centrais do capitalismo, que reclamava imperiosamente a sua colocação lucrativa em outros países. Segundo esse autor, o desenvolvimento acelerado do capitalismo nos países imperialistas arrasta objetivamente as colônias para o ciclo reprodutivo do capital em nível mundial acelerando extraordinariamente o desenvolvimento sócio-econômico dessas regiões. Quanto mais se desenvolve o sistema imperialista maior é o desenvolvimento do capitalismo mundial. Ainda que a exportação de capitais possa estancar por algum tempo o desenvolvimento econômico dos países exportadores de capitais, isso é compensado pelo desenvolvimento e aprofundamento maiores do capitalismo em todo o mundo. Ou seja, o imperialismo contribuiu para a internacionalização mais rápida da economia capitalista e conseqüentemente para o aprofundamento de todas as suas contradições.

Ele ressalta a particularidade do desenvolvimento capitalista no período imperialista destacando que a sua definição tem que conter os seguintes traços fundamentais, entre eles: 1) a concentração da produção e do capital levada ao seu máximo desenvolvimento, que do seu seio surgem e se desenvolvem os monopólios, que constituem a base econômica essencial do capitalismo nesse período; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial formando o capital financeiro e o conseqüente domínio da burguesia financeira; 3) o predomínio da exportação de capitais relativamente à exportação de mercadorias; 4) a formação dos cartéis internacionais, que partilham o mundo entre si; 5) a divisão territorial do planeta entre os Estados capitalistas mais desenvolvidos. Em suma, ele procura demonstrar as especificidades da expansão colonial nesse período em relação à observada em outros períodos históricos.

A análise desenvolvida por esse autor diverge da investigação proposta por Rosa Luxemburg. Essa autora realiza a sua investigação sobre o imperialismo sob um aspecto totalmente distinto do analisado por Lenine. O foco de sua investigação recai sobre as dificuldades que surgem na esfera da circulação de mercadorias. Ou seja, no problema de realização da mais-valia. Para ela essa é a questão central no estudo do problema da acumulação capitalista e que requer uma atenção especial. Sob certo aspecto, Luxemburg introduz a noção de subconsumo nas análises marxistas. Segundo essa autora a mais-valia não pode ser realizada no âmbito da sociedade capitalista. Ela descarta a possibilidade de sua realização por parte dos trabalhadores assalariados ou pela classe capitalista. Nesse sentido, a sua realização tem que ser efetuada por um grupo de compradores que se situam fora dessa sociedade. Não se trata da existência de um grupo de consumidores fora da sociedade capitalista, mas de um grupo de compradores que constituem a demanda externa. O intercâmbio realizado com as regiões pré-capitalistas é a chave para a solução desse problema. Vejamos:

Até agora só consideramos a reprodução ampliada de um único ponto de vista, ou seja, a partir desta pergunta: como se realiza a mais-valia? Foi essa a dificuldade com a qual unicamente se ocuparam os céticos até o momento. A realização da mais-valia é, de fato, a questão vital da acumulação capitalista. Prescindindo-se do fundo de consumo dos capitalistas, por uma questão de simplicidade, a realização da mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista. Referimo-nos a compradores, não a consumidores. A realização da mais-valia não nos indica nada, previamente, sobre a forma material dessa mais-valia. O aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista. É, pois, possível, imaginar dois casos distintos. A produção capitalista fornece meios de consumo acima das próprias necessidades (ou seja, as dos operários e as dos capitalistas), cujos compradores pertencem às camadas ou países não-capitalistas [...] (LUXEMBURG, 1984, v. 2, p. 19-20).

Sua análise distingue três fases nesse processo, quais sejam: a luta contra a economia natural; a introdução da economia monetária; a luta contra a economia camponesa. À medida que se desenvolve a produção capitalista se expandem as relações de produção capitalistas sobre as regiões pré-capitalistas ainda remanescentes no globo terrestre. Com o desenvolvimento do capitalismo se desenvolvem amplamente as suas contradições. O imperialismo constitui a luta entre os países de produção capitalista desenvolvida pelas condições restantes de acumulação ainda presentes no mundo não capitalista. Porém, à medida que a expansão colonial possibilita a realização da mais-valia nas sociedades pré-capitalistas ela destrói, ao mesmo tempo, os sistemas sociais que são a condição essencial para o prosseguimento da acumulação capitalista nos países centrais do capitalismo, por meio da exportação de seu modo de produção específico a essas regiões. Nesse sentido, Rosa Luxemburg aponta um limite teórico para a continuidade do capitalismo. Com a expansão global do modo de produção capitalista por todo o planeta a acumulação capitalista estaria inviabilizada, pois um mundo puramente capitalista não encontraria a demanda externa necessária para o consumo da mais-valia. Essa contradição é inevitável sob o capitalismo e a fase imperialista do capital representa o desfecho de todas as condições que asseguram a reprodução do capital. A sua investigação exclui qualquer possibilidade de desenvolvimento endógeno na economia capitalista.

A investigação desenvolvida por Lenine sobre o imperialismo não o concebe como solução para as dificuldades criadas no âmbito da circulação de mercadorias. Segundo ele, com o desenvolvimento da produção capitalista cresce a composição orgânica do ca-

pital nas metrópoles, que tem como consequência o declínio da taxa de lucro registrada nesses países. As diferenças nos níveis de desenvolvimento observadas nos diferentes países se refletem em diferentes composições orgânicas do capital social total. Nesse sentido, o colonialismo é determinado pela possibilidade dos monopólios capitalistas auferirem taxas de lucro mais elevadas nos investimentos realizados nas colônias por conta da baixa composição orgânica do capital, do baixo preço da terra e da mão-de-obra nesses países. Dessa forma, os interesses criados pela exportação de capitais constituem um estímulo considerável para a aquisição de colônias. O controle sobre os mercados e sobre as fontes existentes e potenciais de matérias-primas constitui-se em questão vital para o êxito dos monopólios no processo competitivo. Além disso, a superestrutura extra-econômica, ou seja, a política e a ideologia do imperialismo reforçam a tendência para as campanhas militares no exterior.

Vêm-se assim as diferenças fundamentais entre as análises de Vladimir Ilitch Lenine e a de Rosa Luxemburg. Em sua concepção do imperialismo como estágio superior do capitalismo Lenine não diagnosticou que o modo de produção capitalista entraria em colapso, a partir do momento em que o mundo fosse inteiramente capitalista. Pelo contrário, ele concebia a possibilidade de um desenvolvimento endógeno do capitalismo. Segundo Lenine, não se trata de luta entre os Estados imperialistas pelas condições restantes da acumulação capitalista ainda vigente nas sociedades pré-capitalistas, mas sim o desenvolvimento da especulação no âmbito mundial por meio da exploração de uma grande maioria de Estados devedores por parte de uma minoria de Estados usurários ou Estados credores. Com o desenvolvimento da exportação de capitais criaram-se as condições indispensáveis para o desenvolvimento do parasitismo econômico. Ou seja, o rentismo é a essência do desenvolvimento do capital monopolista. Segundo Vladimir Ilitch Lenine:

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o *rentier*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital - dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos estados de poder financeiro em relação a todos os restantes (LENINE, 2005, p. 59).

Para Vladimir Ilitch Lenine as contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista se reproduzem agora no plano do mercado mundial capitalista por meio da acirrada disputa entre os trustes e os cartéis internacionais pela posse de colônias. No plano po-

lítico, pelo acirramento dos conflitos entre os Estados capitalistas mais desenvolvidos. Porém, a natureza da concorrência assume papéis distintos em Lenine e em Nikolai Bukharin. Primeiramente, veremos a análise desenvolvida por esse último autor.

Nikolai Ivanovitch Bukharin ao analisar as condições de reprodução do capital em sua fase imperialista distingue dois processos distintos, mas que são complementares entre si, quais seja: a internacionalização da vida econômica; por outro lado, o processo de nacionalização do capital.

O processo de internacionalização do capital constitui o entrelaçamento dos distintos sistemas econômicos nacionais por meio do desenvolvimento do intercâmbio internacional entre os diferentes países. Essa permuta decorre da diversidade natural e sócio-econômica verificada nos países. A economia mundial que se caracteriza em sua definição por um sistema articulado de relações de produção e de trocas correspondentes, e se expande de forma extensiva ou intensiva. A expansão extensiva diz respeito à incorporação de regiões não capitalistas na órbita da circulação do capitalismo mundial. A expansão intensiva, por seu lado, caracteriza-se pelo aprofundamento dessas relações no âmbito do modo de produção capitalista. Esse processo é facilitado pelo desenvolvimento dos sistemas de transportes e dos meios de comunicação.

A internacionalização da vida econômica é acompanhada pelo desenvolvimento dos cartéis e dos trustes. A acentuação do caráter anárquico do modo de produção capitalista manifestado através das crises capitalistas não impede o processo de formação dos monopólios capitalistas. Em cada país esse processo se desenvolve de diferentes maneiras. O desenvolvimento dos laços internacionais não implica assim na convergência de interesses entre os grupos financeiros nacionais. Ele vem acompanhado por uma intensificação dos conflitos entre esses grupos. Para tanto, é necessário demonstrar como o aprofundamento dos laços econômicos internacionais significa o aprofundamento das divergências de interesses entre os grupos financeiros nacionais por meio da análise do processo de nacionalização do capital.

A intensificação da concorrência entre os grupos financeiros nacionais no âmbito do mercado mundial capitalista é acompanhada pela diminuição da concorrência no mercado interno. O processo de concentração na indústria capitalista é acompanhado pela concentração no sistema bancário no âmbito interno das economias nacionais. Bukharin se utiliza do conceito de capital financeiro legado por Rudolf Hilferding. Por meio do desenvolvimento desse processo ocorre em cada país uma centralização crescente do capital nacional, por meio da eliminação dos concorrentes mais frágeis, que se reflete na formação de um grande truste financeiro nacional em cada país. Através da nova política aduaneira, busca-se fortalecer a posição dos monopólios nos mercados internacionais. Esse processo se reflete em crescente oposição dos grupos financeiros nacionais na luta pela sobrevivência no processo competitivo em nível mundial reduzindo assim a concorrência no plano interno da economia nacional a níveis insignificantes. Vejamos a dinâmica desse processo:

A concentração e a centralização de capitais levaram assim à organização dos trustes. A luta, por meio da concorrência, vai tornar-se ainda mais áspera. Ela vai transformar-se de concorrência entre inúmeras empresas individuais, em concorrência encarniçada entre certas associações capitalistas de envergadura, empenhadas numa política complexa e, em grande parte, calculada. Mal a concorrência cessa num ramo inteiro da produção, explode, mais violenta ainda, a guerra entre os sindicatos industriais dos demais ramos, visando à partilha da mais-valia: as organizações produtoras de produtos manufaturados insurgem-se contra os sindicatos detentores da produção de matérias-primas, e inversamente. O processo de centralização avança passo a passo. As organizações combinadas e os consórcios bancários agrupam toda a produção nacional, que toma a forma de uma central de uniões de industriais e transforma-se desse modo em truste capitalista nacional. A concorrência atinge o máximo de seu desenvolvimento: *a concorrência dos trustes capitalistas nacionais no mercado mundial*. Nos limites das economias nacionais, a concorrência reduz-se ao mínimo, para avultar, fora desses limites, em proporções fantásticas, desconhecidas em épocas históricas anteriores. Sem dúvida, a concorrência entre as economias nacionais, isto é, entre suas classes dominantes, já existia antes. Tinha, entretanto, caráter inteiramente diverso, visto que era bem diferente a estrutura interna das economias nacionais (BUKHARIN, 1984, p. 112).

Nas fases anteriores do desenvolvimento capitalista, a concorrência se realizava, sobretudo, no plano interno das economias nacionais e a concorrência no mercado mundial capitalista era limitadíssima. Na época imperialista, a concorrência muda qualitativamente. A concorrência passa a se desenvolver quase que exclusivamente no mercado externo sendo reduzida ao mínimo nos mercados internos das economias nacionais.

Bukharin considera a política de anexações territoriais como a sequência lógica e histórica do processo de centralização de capitais. Destaca que existem dois tipos de centralização, a centralização horizontal e a vertical. No primeiro caso, trata-se da incorporação de uma unidade econômica similar. No segundo caso, diz respeito à incorporação de uma unidade econômica complementar. Quando um país industrial desenvolvido anexa outro país industrial menos desenvolvido é o caso de uma centralização horizontal. No caso da incorporação de um país agrário por um país industrial referimo-nos a centralização vertical.

Por outro lado, esse processo é acompanhado por uma redefinição no papel do Estado-Nação. Apesar de ter sido sempre utilizado como instrumento das classes do-

minantes em épocas anteriores do desenvolvimento capitalista o Estado, a partir do desenvolvimento do capital monopolista adquire uma importância e uma dimensão nunca antes vistas em épocas históricas anteriores, como instrumento dos capitais financeiros nacionais na luta travada entre eles no mercado mundial capitalista. Em suma, o imperialismo moderno substitui a política do livre - cambismo convertendo-se em uma espécie de novo mercantilismo.

Em contrapartida, na análise efetuada por Lenine o acirramento da concorrência entre os trustes no mercado internacional não exclui a concorrência no mercado interno. Os monopólios não eliminam completamente a concorrência, o que gera contradições e conflitos de interesses particularmente agudos no âmbito das economias nacionais por meio das relações entre a indústria cartelizada e a não cartelizada. Nesse sentido, não se trata mais da concorrência entre empresas de peso relativamente igual, mas do estrangulamento e domínio das empresas menores pelas empresas gigantes. Vladimir Lenine a descreve nos seguintes termos:

Não mais nos encontramos em presença da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade (LENINE, 2005, p. 27).

Em suma, a interpretação do imperialismo moderno não se constitui um consenso entre os pensadores marxistas como a análise acima demonstrou. Em seguida, analisaremos a interpretação schumpeteriana, que se constitui na principal formulação do imperialismo não-econômico. Ou seja, ele busca ressaltar que a força motriz do imperialismo não estaria nos mecanismos econômicos. Nesse aspecto, diverge fundamentalmente de todos os pensadores socialistas.

2.2.1 A teorização de Joseph Schumpeter: o imperialismo não-econômico

Joseph Alois Schumpeter produziu um modelo teórico de interpretação do imperialismo que diverge fundamentalmente dos teóricos do imperialismo econômico. Sua análise não concebe os fatores econômicos como a força motriz do imperialismo moderno. Ele é o principal representante da escola do imperialismo não-econômico. Esse autor pretende demonstrar que o sistema capitalista é um modo de produção pacifista e que os métodos imperialistas são uma espécie de corpo estranho dentro da estrutura do modo de produção capitalista e que sobreviveu em diferentes períodos da história.

Em *Imperialismo e Classes Sociais*, o autor defende a idéia de que o imperialismo estaria presente em diferentes formações econômico-sociais. A sua força motriz não estaria nos mecanismos econômicos, mas na predisposição por parte de um Estado beligerante de expandir-se ilimitadamente, através da utilização de seu aparato militar, sem que haja objetivos pré-definidos. Vejamos:

A expansão pela expansão requer sempre, entre outras coisas, objetivos concretos para chegar à fase da ação e conseguir manter-se, mas seu verdadeiro sentido não está nisso. De certo modo, ela constitui o seu próprio objetivo, e a verdade é que não tem nenhum outro objetivo adequado além da expansão em si mesma. Vamos, portanto, chamá-la de “sem objetivo”, na falta de melhor expressão. Segue-se que, pela mesma razão, tal como a expansão não pode ser explicada pelo interesse concreto, assim também ela não é jamais satisfeita pelo atendimento de um interesse concreto, como seria o caso se tal atendimento constituísse o seu motivo, e a luta por ele representasse apenas um mal necessário – um contra-argumento, de fato. Daí, a tendência dessa expansão de transcender todos os limites tangíveis, ultrapassando-os completamente até exaurir-se. *É essa, portanto, a nossa definição: imperialismo é a disposição sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força*¹² (SCHUMPETER, 1961, p. 26).

A sua formulação reduz o conceito de imperialismo ao aspecto político. Ou seja, o imperialismo seria qualquer tipo de expansão territorial pela força por parte de um Estado beligerante. Sua análise não ressalta a natureza do Estado que estaria disposto em tal expansão, pois ela descarta a existência de fatores objetivos para motivar a política imperialista.

O autor busca demonstrar que o imperialismo estaria presente em distintos modos de produção ao fazer a análise de diferentes casos concretos na história da humanidade ao longo de seu ensaio analítico. Ele analisa inúmeros exemplos na Antiguidade, destacando que aí se encontram os melhores exemplos de manifestação do imperialismo. Por outro lado, discute os exemplos da moderna monarquia absolutista, posteriormente, demonstrando que os resquícios da estrutura de classes do Estado Absolutista no capitalismo explicam a sobrevivência das tendências imperialistas na moderna sociedade burguesa.

Nesse aspecto, reside a grande diferença da interpretação schumpeteriana em relação à análise efetuada pelos autores marxistas. Os socialistas buscavam ressaltar a natureza e a especificidade do capitalismo em sua fase imperialista. Para esses últimos, o imperialismo

¹² Os grifos são nossos.

diz respeito a uma etapa específica do desenvolvimento do modo de produção capitalista caracterizada pela concentração da produção e do capital nas sociedades anônimas, que tem como principal aspecto característico, a separação entre a propriedade do capital e a gestão administrativa das empresas capitalistas. A formação e o desenvolvimento dessas empresas gigantes não trazem consigo o desaparecimento da concorrência, mas a eleva a um patamar jamais visto anteriormente. Por outro lado, o capital financeiro adquire a hegemonia sobre o processo de acumulação de capitais relativamente às demais formas de capital. Esse aspecto introduz certo grau de parasitismo nas economias metropolitanas em que o mundo se divide numa minoria de Estados credores que detêm o poder financeiro, industrial e militar exercendo o domínio sobre os Estados devedores. Em suma, o imperialismo teria um caráter histórico e particular específico sendo o resultado lógico das leis gerais de movimento e reprodução do capital não estando presente nos modos de produção pré-capitalistas.

O caráter a - histórico da teoria de Joseph Schumpeter e a ausência de objetivos claros e definidos da política imperialista como ele pressupõe em sua investigação impõe dificuldades adicionais a esse autor. Uma das questões centrais de seu texto é explicar o aparente paradoxo entre a persistência do imperialismo em diferentes momentos da história e a ausência de objetivos pré-definidos, que tornem compreensíveis os conflitos militares ao longo da história. Como explicar o amor pela conquista e o fato de inúmeras guerras na história terem sido travadas sem um objetivo claro e definido? Segundo o autor, isso poderia ser explicado por uma espécie de atavismo social presente em distintos modos de produção, no qual a estrutura social, os hábitos individuais psicológicos e de reação emocional das classes guerreiras, que tem na guerra o seu principal meio de sobrevivência, permaneceriam intactos ao longo do tempo, inclusive, após a dissolução de seu modo de produção específico. Essa circunstância permitiria a sua sobrevivência em formações econômico-sociais posteriores. Por outro lado, essa continuidade do imperialismo seria estimulada por mais dois fatores, quais sejam: 1) pelos interesses internos das classes dominantes; 2) pelos interesses dos que têm a ganhar individualmente com a guerra, seja economicamente ou politicamente.

A consequência dessa análise é que o imperialismo não é visto como fruto do desenvolvimento do sistema capitalista. Ele acredita que o capitalismo é um sistema dominado pela livre competição e que a classe burguesa seria composta de homens pacíficos preocupados apenas com a racionalidade mercadológica de seus negócios e que buscam a máxima eficiência na alocação dos recursos escassos da economia. O imperialismo não se constituiria em um estímulo oriundo de fatores econômicos, pois se trataria de um negócio com baixa lucratividade. O autor demonstra que com a eclosão da guerra, o volume de capital e de trabalho pode cair a tal ponto que os capitalistas e os trabalhadores passam a receber uma maior remuneração, em virtude de sua escassez resultando em sua maior participação no produto social. Contudo, essas vantagens são eliminadas à medida que as exigências da guerra e as perdas sofridas ultrapassam largamente qualquer

benefício obtido com o conflito. Por outro lado, a indústria armamentista e os grandes proprietários de terras podem constituir um ponto de apoio importante das tendências imperialistas. Schumpeter acredita que os interesses criados por esses grupos sociais não sejam suficientes para que a sociedade capitalista apóie as campanhas militares no exterior. Em suma, os lucros obtidos com a guerra não se constituiriam um estímulo suficiente para que a burguesia apoiasse os métodos imperialistas.

Nesse sentido, o capitalismo pela sua própria natureza é um sistema econômico pacifista. Todas as mudanças introduzidas pelo modo de produção capitalista na vida quotidiana permitiram a redução gradual das tendências imperialistas presentes na sociedade burguesa. Com o desenvolvimento do comércio entre os países e dos mercados internacionais, ou seja, com a universalização das relações de produção burguesas, os empresários capitalistas foram elevados a uma posição de prestígio no plano sócio-econômico. Seu ponto de vista pacifista orientado para a organização racional do processo produtivo em larga escala nas indústrias capitalistas influenciou cada vez mais o cenário social.

Essa racionalização da vida provocada pelo desenvolvimento do capitalismo modelou toda a sociedade e contribuiu de forma decisiva para que as energias humanas fossem desviadas cada vez mais para o enfrentamento da concorrência intercapitalista, que é uma condição de sobrevivência dentro de tal sistema. No caso dos trabalhadores, suas energias foram desviadas para o aprendizado e a qualificação na disputa por uma vaga no mercado de trabalho. Em relação aos empresários, sua atenção desviou-se cada vez mais para o conhecimento, direção e supervisão da indústria capitalista visando o enfrentamento da concorrência. Ou seja, cada vez menos as energias foram desviadas para a guerra e parte da energia excedente foi dedicada majoritariamente às ciências, artes, lazer, etc. Nesse sentido, Schumpeter entende que a eliminação das tendências imperialistas existentes na sociedade burguesa têm como pressuposto a generalização das relações de produção capitalistas em todo o mundo. Quanto mais capitalista for o mundo menor a possibilidade de guerras. Segundo o autor:

Um mundo puramente capitalista não pode, portanto, oferecer solo fértil aos impulsos imperialistas. Isso não quer dizer que ele não possa manter, ainda, um interesse pela expansão imperialista. Examinaremos imediatamente esse aspecto. O problema é que os povos passam a demonstrar antes uma tendência essencialmente antibélica. Daí devemos esperar que surjam tendências antiimperialistas sempre que o capitalismo domine uma economia e, através desta, o espírito das nações modernas – e de modo mais intenso, naturalmente, onde o próprio capitalista for mais forte, onde mais longe tiver ido o seu avanço, encontrado a menor resistência e principalmente onde seus tipos e daí a democracia – no sentido “burguês” – mais se aproximam do predomínio.

mínio político. Devemos esperar, ainda, que os tipos criados pelo capitalismo sejam na verdade os portadores dessas tendências (SCHUMPETER, 1961, p. 91).

A confluência de alguns elementos permite demonstrar o caráter pacífico do modo de produção capitalista, quais sejam: 1) a oposição à guerra, aos armamentos e aos exércitos profissionais criada nos países capitalistas desenvolvidos; 2) O surgimento de partidos políticos pacifistas nesses países; 3) o caráter pacífico do proletariado industrial; 4) o desenvolvimento nos países capitalistas avançados de métodos anti-guerras, como por exemplo, a diplomacia; 5) a menor incidência de tendências imperialistas na maior economia do mundo, que é a norte-americana, relativamente às demais economias desenvolvidas.

No caso dos trustes e dos cartéis, que são considerados como um dos traços marcantes da fase imperialista do capital, Joseph Schumpeter diferentemente dos autores marxistas não acredita que o monopólio deriva da própria concorrência capitalista. Segundo ele, a monopolização da indústria capitalista não seria resultado dos mecanismos econômicos, mas pelo contrário, seria estimulada por fatores extra-econômicos, tais como: tarifas protecionistas, subsídios, etc. Esses elementos não fazem parte da estrutura capitalista. O jogo livre das forças de mercado, sem nenhum tipo de intervenção de qualquer espécie, significaria menores estímulos para as tendências imperialistas remanescentes na sociedade capitalista.

A persistência das tendências imperialistas na sociedade capitalista advém do fato de que as classes aristocráticas, que são as classes sobreviventes da moderna monarquia absolutista controlam o aparelho de Estado, constituindo-se numa espécie de sobrevivência ou reminiscência de formações econômicas pré-capitalistas. O protecionismo e os monopólios resultam dos interesses financeiros da aristocracia, ou seja, não resultam das leis gerais de funcionamento do capitalismo. Eles são entendidos como corpos estranhos dentro da estrutura do capitalismo. Ou seja, a teoria da concentração de Marx não tem validade prática. Schumpeter conclui:

O monopólio exportador não cresce segundo as leis inerentes ao desenvolvimento capitalista. O caráter do capitalismo leva à produção em grande escala, mas com poucas exceções a produção em grande não leva à forma de ilimitada concentração que deixa apenas uma ou umas poucas firmas em cada indústria. Pelo contrário, qualquer fábrica encontra limite ao seu crescimento numa determinada situação e o crescimento de combinações que teriam sentido num sistema de comércio livre encontra limites de eficiência orgânica. Além desses limites não há tendência para combinação inerente ao sistema de competição. Em particular, o crescimento dos trustes e cartéis – fenômeno bastante diferente da

tendência à produção em grande escala, com a qual frequentemente é confundido – jamais poderá ser explicado pelo automatismo do sistema de concorrência. Isso se segue do fato mesmo de que os trustes e cartéis só podem atingir a seu objetivo principal – a política monopolista – se respaldados por tarifas protecionistas, sem as quais perderiam seu sentido essencial. As tarifas protecionistas, porém, não derivam automaticamente de um regime de concorrência. São frutos de uma ação política – *um tipo de ação que de forma alguma reflete os interesses objetivos de todos os que nela se envolvem* e que, pelo contrário, torna-se impossível tão logo a maioria daqueles cujo consentimento é necessário compreendem quais os seus verdadeiros interesses. Até certo ponto isso é evidente, e até outro ponto poderemos mostrar que os interesses da minoria, apropriadamente expressos no apoio a uma tarifa protecionista, não são provocados pelo capitalismo como tal. Segue-se daí que é *uma falácia básica considerar o imperialismo como uma fase necessária do capitalismo, ou mesmo falar da transformação do capitalismo em imperialismo* (SCHUMPETER, 1961, p. 114).

Em relação à análise proposta por John Atkinson Hobson a interpretação schumpeteriana também apresenta grandes diferenças. Joseph Schumpeter entende que o imperialismo não é um desajuste provocado na economia capitalista nem uma enfermidade passível de correções. Diferentemente de Hobson ele acredita que o imperialismo não resulta de distorções provocadas no sistema econômico, mas trata-se de um atavismo social, ou seja, é uma herança de formações econômicas pré-capitalistas sendo provocado por métodos não capitalistas. Segundo esse autor, a essência do capitalismo marcada pela racionalidade mercadológica de seus negócios não permite a ocorrência de conflitos militares. Inclusive, ele aponta como solução para as guerras a internacionalização do capital como foi visto anteriormente. Em contrapartida, na investigação desenvolvida por Hobson o imperialismo é fruto de desajustes provocados na economia capitalista, mas que podem ser corrigidos mediante a adoção de reformas sociais. Em suma, a diferença em suas análises decorre da importância relativa que os dois autores atribuem aos fatores políticos e econômicos.

Schumpeter desconsidera completamente os fatores econômicos na explicação do imperialismo moderno, inclusive, mostrando a impossibilidade do militarismo e das guerras serem determinados pela evolução do capitalismo. Ele é provocado artificialmente pela existência de classes sociais não capitalistas que controlam o aparelho de Estado. Em sua opinião as classes sociais típicas da sociedade capitalista, os trabalhadores assalariados e os empresários capitalistas, não têm interesse na expansão colonial e são

ontologicamente pacifistas. Por outro lado, em Hobson o imperialismo é provocado pelo surgimento de grupos financeiros e industriais que controlam a vida política do país, mas essas classes pertencem à estrutura social da sociedade burguesa exercendo o poder político de forma despótica contrariando os interesses do conjunto da população nos países metropolitanos. Ou seja, não são classes oriundas de modos de produção pré-capitalistas.

Por outro lado, os dois autores apresentam certas similaridades em suas concepções. Eles desejam a continuidade do modo de produção capitalista e acreditam que este sistema socioeconômico pode se desenvolver em condições normais sem gerar graves conflitos. Segundo eles, o imperialismo pode ser eliminado, porém, por diferentes métodos. Schumpeter acredita que a mera expansão do modo de produção capitalista por todo o planeta é suficiente para eliminar as tendências imperialistas que sobrevivem nessa sociedade. John Hobson, por sua vez, defende a necessidade de reformas estruturais para por um freio nas tendências parasitárias existentes no capitalismo em sua fase imperialista. Ou seja, ele defende a melhoria na distribuição de renda com o conseqüente aumento do consumo das classes trabalhadoras, pois assim não se formaria mais o capital ocioso que serve de base para a especulação financeira, o que implica a necessidade da adoção de um governo democrático para atingir esse objetivo.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

O aspecto mais característico do capitalismo monopolista é o desenvolvimento das empresas gigantes, que se constituem na base econômica essencial do imperialismo. Essa circunstância requer o seu estudo mais detalhado. Vejamos mais de perto as diferenças das sociedades anônimas em relação às empresas de propriedade familiar.

As transformações no capitalismo mundial provocadas pelo aparecimento dos trustes e dos cartéis no final do século XIX implicaram a necessidade de mudanças na estrutura organizacional das grandes empresas para poder se adequar a uma realidade em constante mutação. A estrutura tradicional assentada na propriedade familiar e individual inviabilizava a organização e o desenvolvimento dos monopólios capitalistas por causa da magnitude do capital mínimo exigido para a operacionalização das atividades de uma empresa, como também por causa da ampliação dos mercados consumidores. Agora não se tratava mais de mercados locais ou regionais, mas da atuação em um mercado de âmbito mundial. Os capitais individuais não tinham condições, por si só, de levantar os recursos necessários para tocar um negócio de dimensões gigantescas. Nesse sentido, foram organizadas as chamadas sociedades por ações.

Rudolf Hilferding assinala que a diferença fundamental entre as sociedades anônimas e as empresas individuais não está na separação entre a propriedade e a gerência administrativa. Segundo ele está na capacidade de atrair os capitais antes dispersos em

vários pontos e de libertar a empresa capitalista da dependência da magnitude e da acumulação dos capitais individuais, como pode ser visto a seguir:

Muito mais importante é a diferença objetiva, a atração que exerce sobre o mercado monetário, a atração geral que exerce sobre todos os que têm dinheiro, dinheiro aqui tomado inclusive no sentido de crédito disponível. A sociedade anônima não depende da magnitude do capital individual, que tem que ser reunido numa só mão para poder funcionar como o capital industrial de uma empresa individual. Não é só o círculo de pessoas que é maior – capitalista monetário pode ser qualquer pessoa que tenha dinheiro. Qualquer soma de dinheiro além de certo mínimo (como se sabe, alguns xelins bastam) tem condições de ser aplicada como capital industrial em uma sociedade anônima (reunida a outras somas). Torna-se, assim, muito mais fácil fundar uma sociedade anônima que uma empresa individual, e às existentes também se confere uma força de expansão muito maior (HILFERDING, 1985, p. 126).

Nas sociedades por ações, a acumulação de capitais independe da magnitude absoluta do lucro como ocorre com as empresas de propriedade individual. A sociedade anônima pode ser fundada ou realizar novos investimentos produtivos independentemente da magnitude de sua própria acumulação, através da emissão de novas ações no mercado. A grandeza do capital monetário¹³ disponível na sociedade e disperso em várias mãos constitui o seu limite.

A libertação da empresa capitalista da magnitude absoluta da riqueza dos capitais individuais propiciada pelas sociedades anônimas permite ao capital expandir a sua escala de produção, de acordo com as novas exigências impostas pelos métodos de produção aperfeiçoados muito mais rapidamente. As conjunturas favoráveis podem ser mais bem aproveitadas. A maior facilidade na obtenção de capitais permite a sociedade anônima operar de acordo com critérios puramente técnicos aproveitando melhor os novos progressos na técnica. Além disso, os novos progressos técnicos podem ser utilizados antes que eles se generalizem numa esfera industrial, ou seja, permite a obtenção de lucros extras por parte das sociedades acionárias.

A capacidade de enfrentar períodos críticos, tais como crises, depressões é muito maior nas sociedades anônimas do que nas empresas individuais. Em certas conjunturas favoráveis, o rendimento pode superar os dividendos pagos aos acionistas. Esse rendimento acrescido pode ser empregado na expansão da empresa industrial ou na formação de reservas para enfrentar períodos recessivos. Ambos os fatores contribuem, posterior-

¹³ O capital monetário é aquele capital do qual se espera apenas os juros correspondentes dos empréstimos.

mente, para a elevação da cotação das ações. No caso de uma conjuntura desfavorável, a sociedade anônima pode fixar o seu preço abaixo do preço de produção (preço de custo mais lucro médio), ou seja, em $c + j$ (custos + juros) e continuar distribuindo dividendos aos acionistas. As empresas individuais não têm essa flexibilidade, pois sempre necessitam realizar o lucro médio. Em casos, de a empresa operar com prejuízo a sociedade anônima pode continuar existindo, pois a fácil obtenção de capitais, através da emissão de ações permite sanear e reorganizar as suas finanças muito mais rapidamente.

Outra vantagem da empresa acionária sobre as empresas individuais diz respeito à maior racionalidade que caracteriza a gestão dessas empresas. A separação entre a propriedade do capital e a administração do negócio imprime um caráter mais impessoal na condução das empresas em que o apetite pelo lucro¹⁴ cede lugar em importância na comparação com os critérios puramente técnicos, tais como: o aperfeiçoamento das instalações técnicas, a utilização de maquinaria avançada, etc.

Com o desenvolvimento das sociedades anônimas, a propriedade do capital antes concentrada em poucas mãos passa a se fragmentar em numerosos capitais individuais. Foi essa circunstância que conferiu grandes vantagens às companhias acionárias quando comparada com as empresas individuais. Entretanto, essa dispersão da propriedade por inumeráveis capitais individuais não significa que as sociedades por ações sejam instituições democráticas. Pelo contrário, o poder é exercido por um conselho administrativo escolhido pelos detentores da maior parte das ações, ou seja, pelo grande capital sem a participação da maioria dos pequenos acionários. Ou seja, o exercício do poder é efetuado de forma despótica e centralizada¹⁵.

Do ponto de vista de seu papel histórico, as companhias acionárias contêm os germes de uma nova de forma de organização social. Com o desenvolvimento dessas instituições, o capitalista industrial é deslocado de sua função de empresário industrial. Essa função é entregue crescentemente aos administradores e gerentes de um negócio. Ao capitalista industrial resta tão somente a função de capitalista monetário, ou seja, ele recebe unicamente os juros pelo seu capital investido. Entretanto, algumas condições têm que ser satisfeitas para que isso ocorra, tais como: ele pode recuperar a qualquer momento o capital investido, através da venda de suas ações; a recuperação de seu capital só é possível com a estruturação de um mercado próprio¹⁶ para a venda de ações. Em *O*

¹⁴ Isso não significa que com o aparecimento das sociedades anônimas a produção de mais-valia deixe de ser o objetivo da produção capitalista. Trata-se apenas do fato de que a contradição entre os critérios pessoais, que visam à obtenção do lucro máximo, e os critérios puramente técnico-econômicos existente nas empresas individuais é eliminada com o surgimento das companhias acionárias.

¹⁵ Vladimir Ilitch Lenine em *O imperialismo: fase superior do capitalismo* chama a atenção para o chamado sistema de participações. Nesse sistema, a sociedade-mãe exerce o controle sobre as sociedades-filhas, as quais controlam as sociedades-netas, e assim por diante. A vantagem desse sistema é que permite ao grande capital o controle sobre um volume de capital bem maior do que dispõe a sociedade original. Por outro lado, por não responder legalmente pelas sociedades-filhas e as sociedades-netas os gestores das sociedades-mães podem levar a cabo toda uma série de negócios ilegais sem responder criminalmente por tais atos e sem o conhecimento dos pequenos acionistas.

¹⁶ Vimos acima que se trata da Bolsa de Valores.

Capital, livro terceiro e volume quarto, Karl Marx analisa mais detalhadamente essa alteração qualitativa no capitalismo provocado pelo aparecimento das sociedades anônimas. Vejamos o seu significado:

Transformação do capitalista realmente funcionando em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. Mesmo se os dividendos que recebem incluem o juro e o ganho empresarial, isto é, o lucro total (pois o ordenado do dirigente é ou deve ser mero salário por certa espécie de trabalho qualificado, cujo preço é regulado no mercado de trabalho, como o de qualquer outro trabalho), esse lucro total passa a ser recebido somente na forma de juro, isto é, como mera recompensa à propriedade do capital, a qual agora é separada por completo da função no processo real de reprodução, do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, é separada da propriedade do capital. O lucro se apresenta assim (e não mais apenas uma parte do mesmo, o juro, que extrai sua justificação do lucro do mutuário) como simples apropriação de mais-trabalho alheio, oriundo da transformação dos meios de produção em capital, isto é, de sua alienação em face dos produtores reais, de sua antítese como propriedade alheia a todos os indivíduos realmente ativos na produção, do dirigente até o último dos diaristas. Nas sociedades por ações, a função é separada da propriedade de capital, portanto também o trabalho está separado por completo da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho. Esse resultado do máximo desenvolvimento da produção capitalista é um ponto de passagem necessário para a retransformação do capital em propriedade dos produtores, porém não mais como propriedade privada de produtores individuais, mas como propriedade dos produtores associados, como propriedade diretamente social. É, por outro lado, ponto de passagem para a transformação de todas as funções do processo de reprodução até agora ainda vinculadas à propriedade do capital em meras funções dos produtores associados, em funções sociais (MARX, 1986, v. 4, p. 332).

Em suma, a separação entre a propriedade do capital e a sua gestão administrativa implica que a produção de riquezas apresenta um caráter cada vez mais socializado em oposição ao caráter privado da apropriação do produto social. Com o surgimento das sociedades acionárias, essa contradição imanente da produção capitalista atinge o seu ápice. A transformação da propriedade do capital em posse de ações contrapõe a própria

função de dirigente da produção material com a propriedade individual dos meios de produção. A gestão administrativa das empresas capitalistas não é mais exercida pelos capitalistas individuais sendo agora atribuição de administradores e gerentes profissionais que passam a receber salários. Ou seja, o trabalho está separado completamente dos meios sociais de produção, a partir do surgimento das sociedades anônimas. Karl Marx concebeu esse desenvolvimento como um indicador da passagem do capitalismo para uma forma de organização social assentada na propriedade social dos meios de produção. Ou seja, as sociedades por ações constituem a negação da relação capital dentro do âmbito da própria produção capitalista, como pode ser visto a seguir:

Esta é a abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição que abole a si mesma e que *prima facie* se apresenta como simples ponto de passagem para uma nova forma de produção. Como tal contradição ela se apresenta também na aparência. Em certas esferas estabelece o monopólio e provoca, portanto, a intervenção do Estado. Reproduz uma nova aristocracia financeira, uma nova espécie de parasitas na figura de fazedores de projetos, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de embuste e de fraude no tocante à incorporação de sociedades, lançamento de ações e comércio de ações. É produção privada, sem o controle da propriedade privada (MARX, 1986, v. 4, p. 333).

Essa análise desenvolvida por Karl Marx influenciou na concepção de autores como Rudol Hilferding, Vladimir Ilitch Lenine e Nikolai Bukhárin que compreenderam o imperialismo como uma fase de transição para o socialismo¹⁷. Segundo eles, os trustes e os cartéis impõem certo grau de regulação e de planejamento na economia capitalista, os quais podem ser vistos como germes de uma nova forma de organização social dentro do próprio modo de produção capitalista. Nesse ponto reside a grande crítica dos teóricos burgueses a interpretação marxista do imperialismo. Com o colapso do socialismo real houve um relativo esquecimento dessa teoria crítica, mas o seu resgate é de fundamental importância para a compreensão do capitalismo hodierno como veremos nos capítulos seguintes.

¹⁷ Veremos mais detalhadamente essa questão nos próximos capítulos.

3 ○ SIGNIFICADO HISTÓRICO DO IMPERIALISMO

O colonialismo foi fundamental para a expansão global do sistema capitalista atingindo regiões e países ainda não pertencentes à órbita da circulação e reprodução do capitalismo mundial, ou seja, em áreas onde predominavam as relações de produção pré-capitalistas. A generalização das relações de produção capitalistas propiciada pela política colonial, ao mesmo tempo, que tornou o capitalismo o modo de produção dominante em escala global expressou mais claramente as profundas contradições do capitalismo inerentes a sua própria lógica de funcionamento. As contradições do capitalismo existem desde o seu nascimento, porém, somente em sua fase mais desenvolvida que elas atingem o ápice de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o imperialismo pavimentou o caminho para as discussões entre os marxistas sobre as possibilidades que se abriam para a derrubada do capitalismo e a emergência de um novo sistema sócio-econômico.

O sistema internacional da divisão do trabalho foi estruturado desde os primórdios do modo de produção capitalista de modo a reproduzir continuamente as profundas desigualdades entre os países por meio de suas relações financeiras, comerciais, políticas, tecnológicas, etc. No período imperialista, as relações desenvolvidas entre os países metropolitanos e as suas colônias adquirem maior regularidade por meio dos interesses criados pela exportação de capitais. Com o desenvolvimento da exportação de capitais o capital não apenas fez valer a força de seus interesses nas colônias como também exportou o seu modo de produção específico destruindo os modos de produção pré-capitalistas, que ainda predominavam nesses países. Desde então, criou-se o interesse contínuo dos países imperialistas pelas condições de reprodução do capital nas colônias e nos países semicoloniais. Os interesses criados pela exportação de capitais repercutem-se no desenvolvimento sócio-econômico dos países receptores desse capital acelerando o desenvolvimento capitalista nesses países.

O rápido desenvolvimento do capitalismo nos principais países imperialistas no último quartel do século XIX e o início do século XX estimulou a luta pela dominação e o controle direto das colônias e provocou o recrudescimento do colonialismo nesse período, ou mais especificamente, entre a década de 1870 a 1914. Nesse período, inaugura-se o desfecho das condições relativamente pacíficas que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo em meados do século XIX. Harry Magdoff observa o seguinte:

O conflito sobre a partilha da África, a Guerra Sul-Africana (a Guerra dos Bôeres), a Guerra Sino-Japonesa, a Guerra Hispano-Americana e a Guerra Russo-Japonesa foram algumas das indicações de que o novo imperialismo iniciara uma nova era que era tudo, menos pacífica (MAGDOFF, 1979, p. 36).

O período imperialista foi um período extremamente crítico na história da humanidade onde a exclusividade da hegemonia britânica característica do capitalismo competitivo foi sucedido pela competição entre impérios rivais que disputavam o mundo entre si. Além da Inglaterra e da França, antigos impérios coloniais, houve a entrada em cena de novos impérios coloniais, tais como: a Alemanha; os Estados Unidos; a Bélgica; a Itália; o Japão. Por outro lado, o imperialismo acentuou as diferenças de desenvolvimento econômico entre os países metropolitanos e as suas colônias criando uma forte oposição nos povos submetidos à dominação imperialista. A divisão do mundo entre países avançados e atrasados tornou-se sistema geral na fase imperialista do capital. Eric Hobsbawm define o período 1875-1914 como a *Era dos Impérios* não somente por marcar o recrudescimento das rivalidades entre os principais Estados imperialistas pela posse de colônias, mas também, por ser o período da história da humanidade em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam “imperadores”. Nesse sentido, esse período acentuou as tensões nas relações econômicas internacionais e serviu de apoio ao surgimento de regimes autoritários nas economias metropolitanas.

Por trás da expansão do capitalismo por todo o globo terrestre e do aumento das rivalidades entre os Estados na fase imperialista está o amadurecimento das condições que permitem o desenvolvimento do capital monopolista em cada país avançado. Sob o comando dos cartéis e dos trustes, a concentração da produção e do capital atinge níveis nunca antes imaginados na história do capitalismo. Os mercados, antes locais e regionais, passaram a ser explorados em nível internacional por empresas gigantes. A consequência de todo esse processo foi o desenvolvimento acelerado das forças produtivas mundiais e a internacionalização da vida econômica sob bases capitalistas. É característica desse período a grande revolução nos meios de comunicação e dos meios de transportes.

Todos esses desenvolvimentos só foram possíveis por causa da expansão do crédito capitalista, que se tornou um instrumento centralizador de capitais antes dispersos em vários pontos por meio do desenvolvimento das sociedades acionárias. Por outro lado, o desenvolvimento do sistema creditício acelerou o impacto das crises capitalistas e tornaram mais recorrentes e periódicas as suas manifestações.

A contradição fundamental do sistema capitalista entre o caráter privado de apropriação da riqueza material e o caráter cada vez mais socializado da produção atinge o seu apogeu com o desenvolvimento das companhias acionárias. Nelas, o trabalho está completamente separado dos meios sociais de produção. A propriedade dos meios sociais de produção adquire a forma pura e simples de posse de ações que pode ser transferida a qualquer momento e que se valoriza de forma fictícia, ou seja, pela inflação do valor dos ativos e o capital adquire assim uma forma autônoma de movimento que parece ser independente do movimento real da economia. A alta e a baixa no preço das ações parecem seguir uma lógica que independe das condições da indústria, pois elas podem continuar a ser negociadas no mercado financeiro mesmo quando o capitalista industrial já empregou o capital adquirido com a venda das ações na esfera produtiva. Com o de-

envolvimento dos mercados acionários abre-se espaço para todo um sistema de fraude e de embuste com a constituição das sociedades anônimas.

Nesse sentido, no que tange as modalidades de acumulação capitalista, a época imperialista traz para o primeiro plano a hegemonia do capital financeiro concentrado nas instituições bancárias. O capital financeiro representa a forma mais desenvolvida do capital e revela a face mais destrutiva do capitalismo. Ele representa a sequência lógica e histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista em que o capitalismo comercial é substituído pelo capitalismo industrial e este abre espaço para o domínio do capitalismo financeiro. Como o objetivo da produção capitalista é a maximização do lucro no menor espaço de tempo possível, em seu desenvolvimento histórico observamos a cristalização dessa tendência com a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, pois o ciclo de valorização do capital que antes era composto pelas fases (D – M – D') agora é composto apenas pelas fases (D – D'). Ou seja, a própria lógica da acumulação capitalista, a partir de um determinado ponto de seu desenvolvimento tende a encurtar os ciclos de valorização do capital colocando assim o capital financeiro (D – D') em posição hegemônica relativamente às demais formas de capital. Essa lógica impõe certo grau de parasitismo nas economias capitalistas mais desenvolvidas, o que afeta profundamente as condições de existência das classes trabalhadoras diminuindo assim as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Na fase imperialista do capital, a questão do desemprego adquire contornos cada vez mais dramáticos. Na época de hegemonia do capital industrial os interesses da classe trabalhadora poderiam convergir momentaneamente com os interesses da burguesia, pois a ampliação da capacidade produtiva significava maiores oportunidades de emprego para os trabalhadores. Por outro lado, o período imperialista é caracterizado não somente pelo desenvolvimento dos componentes rentistas e parasitários, mas também, por sua vez, a maior composição orgânica do capital existente nas empresas monopolistas reduz proporcionalmente e em termos relativos à absorção de novos trabalhadores no mercado de trabalho. Trata-se da formação do exército industrial de reserva que atinge na fase imperialista, com o desenvolvimento dos cartéis e dos trustes, graves consequências.

No campo da política econômica, o capital financeiro representa a negação do *laissez-faire* e o retorno ao protecionismo. A defesa do liberalismo econômico característica das fases iniciais do desenvolvimento capitalista se converte, em seu contrário, o protecionismo estatal, a partir da fase imperialista do capital. O Estado - Nação passa a desempenhar um papel fundamental na concorrência desencadeada entre os trustes em nível internacional. O imperialismo despertou o nacionalismo, que serviu para obter o apoio da opinião pública na consecução das campanhas militares promovidas no exterior em proveito dos grupos capitalistas mais poderosos. Sem a idéia de orgulho nacional, o amor à pátria, etc. as massas não estariam dispostas a apoiar a política imperialista nem se comprometeriam a fornecer contingentes para os exércitos, sobretudo, em caso de guerras.

Por outro lado, o imperialismo foi à base para a formulação de teorias racistas que pretendiam justificar a pretensa superioridade dos povos que habitavam os países imperialistas e a consequente necessidade da dominação dos povos estrangeiros que habitavam as colônias em função da suposta incapacidade deles de estabelecerem um governo próprio apto a trilhar os rumos da civilização ocidental, ou seja, do país imperialista em questão considerado como modelo ideal de organização social, econômica e política, que deveria ser seguido pelos demais países.

Na ideologia e na propaganda imperialista, a política externa agressiva era vista pelas classes dominantes dos países metropolitanos como um meio de educar as raças inferiores transmitindo-lhes os conhecimentos necessários para que essas raças pudessem seguir o destino manifesto dos centros imperialistas rumo ao progresso e a glória nacional. As guerras imperialistas encontraram assim um forte apoio ideológico por meio da formulação de conhecimentos pseudocientíficos.

A guerra imperialista de 1914 foi determinada basicamente pela disputa de territórios já inteiramente repartidos entre os principais países imperialistas que buscavam uma nova redivisão com base na correlação de forças daquele período. Ela foi essencialmente uma disputa travada pelos países beligerantes tendo em vista melhores oportunidades de lucros no exterior em proveito dos grupos financeiros sediados em cada país. Esse conflito militar marcou o acirramento das contradições do capitalismo em sua fase monopolista.

Todos os elementos acima analisados pareciam indicar que a sociedade capitalista estava às vésperas de sua total extinção por potencializar todas as contradições do capital. Além disso, a Revolução de Outubro de 1917 fazia emergir um novo sistema sócio-econômico que parecia apto a substituir o capitalismo decadente. A eclosão da Primeira Guerra Mundial apresentava-se como o desfecho definitivo de um período extremamente conturbado na história da humanidade marcado pela corrida armamentista, pela expansão colonial das grandes potências imperialistas, por crises capitalistas cada vez mais recorrentes e violentas, como a crise agrária de 1873. Nesse ambiente, o imperialismo parecia preparar o terreno para a emergência de novas relações de produção. As forças produtivas materiais pareciam haver encontrado finalmente os limites para o seu desenvolvimento sob bases capitalistas, o que determinava o limite final para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Entretanto, os acontecimentos históricos posteriores não confirmaram tal hipótese. O capitalismo foi capaz de sobreviver aos dois maiores conflitos bélicos do século XX (a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais) e se consolidou ideologicamente, após a queda do Muro de Berlim em 1989. Desde então, as análises marxistas sobre o imperialismo caíram em relativo esquecimento em que pese à riqueza dessas contribuições.

Para os teóricos burgueses os pensadores socialistas incorreram no erro de interpretar o imperialismo como a última etapa do capitalismo. Segundo eles a sobrevivência do modo de produção capitalista demonstra a fraqueza das interpretações marxistas sobre a dinâmica do capital monopolista. Essas abordagens se baseiam nas seguintes premis-

sas: 1) elas consideram o modo de produção capitalista como uma ordem natural, ou seja, tentam a todo custo eternizá-lo; 2) consideram o capitalismo como um sistema harmônico que tende ao equilíbrio entre a oferta e a demanda; 3) rejeitam a idéia de que o Estado desempenha um papel crucial no sistema econômico. Faz-se necessário um exame da interpretação proposta por Vladimir Ilitch Lenine sobre o imperialismo que o caracteriza como a fase superior do capitalismo para se compreender o equívoco dessas interpretações e ressaltar a atualidade de seu pensamento.

3.1 A INTERPRETAÇÃO LENINISTA

A análise de Vladimir Ilitch Lenine sobre o imperialismo ganhou mais popularidade do que a teorização proposta pelos demais autores marxistas. Por isso, a interpretação desenvolvida por esse autor foi o grande alvo das críticas dos pensadores burgueses, sobretudo, o seu estudo do imperialismo como o estágio superior do capitalismo. Para a economia burguesa a interpretação de Lenine é inválida, pois dava como certa a derrubada do capitalismo após a Primeira Guerra Mundial. Segundo eles, os acontecimentos históricos posteriores demonstraram a invalidez da concepção leninista, tendo em vista, a continuidade do sistema capitalista. No final do século XX, com o colapso do socialismo real, objetivado com a queda do Muro de Berlim em 1989, a concepção leninista sofreu um forte abalo.

A economia política burguesa destaca que o sistema capitalista desenvolve-se pacificamente com base apenas na racionalidade mercadológica de seus negócios destacando a concorrência como seu aspecto mais positivo e a liberdade como seu valor fundamental. Nesse sistema teórico não existe espaço para os elementos políticos, institucionais, etc. Ou seja, a paz reina absoluta na teoria econômica burguesa em que a alocação dos recursos escassos da economia se orienta segundo critérios estritamente econômicos.

Essas opiniões sobre o funcionamento da economia capitalista são formuladas como se não houvessem acontecido os dois principais conflitos bélicos da história da humanidade (as duas guerras mundiais), a Guerra Fria, a Revolução Cubana, entre outros cataclismos sociais. Toda a história do capitalismo demonstra que o uso da violência e da força militar acompanham todos os passos da acumulação capitalista. Numa perspectiva de longo prazo, o século XX pode ser considerado como um dos períodos mais violentos e conturbados na história da humanidade. Esses conflitos indicam, por si só, de que forma as contradições do capitalismo foram agravadas na fase imperialista do capital. Por outro lado, demonstra a atualidade da teoria marxista do imperialismo, pois o capitalismo monopolista desenvolve-se desde a sua época clássica (década de 1870 a 1914) de forma não pacífica e cada vez mais violenta. A maior regularidade das crises capitalistas e os impactos cada vez mais destrutivos de suas manifestações no decorrer do século XX e no início do século XXI aliado ao agravamento dos conflitos interestatais atestam a atualidade da teoria do imperialismo e a necessidade do resgate da teoria leninista.

Para se compreender a atualidade de Lenine é necessária a compreensão de sua teoria que concebia o imperialismo como um período de transição. Somente após essa análise ficará evidenciado como a teoria do imperialismo pode ser utilizada para o estudo do capitalismo hodierno¹⁸.

Vladimir Ilitch Lenine defendia que as contradições do modo de produção capitalista atingem o ápice de seu desenvolvimento na fase monopolista do capital, o que tornava mais urgente a necessidade de uma revolução social por parte do proletariado. Ou seja, na época de hegemonia do capital financeiro as condições materiais estavam plenamente amadurecidas para a ação revolucionária do proletariado moderno com vistas à derrubada do modo de produção capitalista e cada adiamento da tarefa histórica dessa classe implicava no acirramento das crises capitalistas e em impactos sociais cada vez mais violentos a cada postergação. Segundo o autor, a Primeira Guerra Mundial abria grandes possibilidades para a derrubada revolucionária da sociedade capitalista.

O autor identificou alguns elementos que traduzem bem a intensificação das contradições do sistema capitalista em sua fase imperialista, quais sejam: 1) o domínio e estrangulamento das empresas não cartelizadas pelo grande capital; 2) o aumento das contradições entre o capital e o trabalho assalariado; 3) a introdução de certo grau de parasitismo na economia capitalista; 4) a exploração de uma maioria de países devedores por parte de uma minoria de países credores, que vivem dos rendimentos provenientes do exterior; 5) o aumento das rivalidades dos Estados imperialistas entre si; 6) O recrudescimento do colonialismo precisamente na época de desenvolvimento do capital financeiro internacional, ou seja, entre a década de 1870 e o início do século XX.

Ele observa corretamente que o imperialismo representa a transição da política colonial das grandes potências que se estende sem obstáculos por territórios ainda não ocupados por elas para a política colonial dos territórios já inteiramente repartidos pelas grandes potências, o que introduz grande grau de tensão nas relações econômicas internacionais. A posse das colônias tornou-se uma condição de êxito para o bom andamento dos negócios num ambiente marcado pela concorrência feroz entre os trustes. Nesse sentido, a guerra tornou-se um componente vital na concorrência desenvolvida pelos monopólios capitalistas no mercado mundial, que teve como ponto culminante a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Esse conflito marcou o recrudescimento das contradições do modo de produção capitalista onde as questões econômicas só poderiam ser resolvidas em última instância por meio da utilização do aparato militar.

O desenvolvimento do capital monopolista impacta profundamente o funcionamento da economia capitalista e constitui a raiz do desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista. Os monopólios se constituem na base econômica essencial do imperialismo. Contrariamente ao formulado na literatura, os cartéis e os trustes não eliminam completamente o caráter anárquico da produção capitalista. O fim das crises capitalistas sob o comando dos monopólios é uma fábula da teoria econômica burguesa.

¹⁸ Esse é o assunto do próximo capítulo.

As empresas monopolistas podem conter artificialmente o progresso técnico, pois os preços monopolistas são um estímulo para se conter as inovações tecnológicas. Em termos gerais, a possibilidade de se obter lucros extras por meio do emprego de novas tecnologias atua em favor das inovações técnicas. Entretanto, em certos ramos da indústria a tendência para a estagnação dos progressos técnicos pode prevalecer durante um longo período.

A concorrência entre os trustes se desenvolve dentro do quadro geral do capitalismo e da produção mercantil em geral, mas em constante contradição com esse ambiente. A concorrência se desenvolve entre um número pequeno de empresas que se beneficiam de todas as vantagens decorrentes de sua posição privilegiada frente às empresas não associadas. Uma das conseqüências inevitáveis do poder dos monopólios na sociedade capitalista é o grande aumento no custo de vida por meio do aviltamento dos preços, o que impacta negativamente as condições de existência das classes trabalhadoras.

Os monopólios têm como palco de suas operações o mercado mundial. Eles desenvolvem os laços econômicos internacionais por meio do emprego de capitais no exterior. Com o aumento significativo da exportação de capitais durante a fase imperialista do capital desenvolve-se o parasitismo econômico nos países imperialistas, em que há uma separação completa entre o setor produtivo e a camada rentista da sociedade, que vive cada vez mais dos juros provenientes dos investimentos realizados no exterior. Ele observa corretamente assim a formação dos Estados Usurários. Vejamos:

O imperialismo é uma enorme acumulação num pequeno número de países de um capital-dinheiro que, como vimos, atinge a soma de 100 a 150 bilhões de francos em valores. Daí o incremento extraordinário da classe ou, melhor dizendo, da camada dos *rentiers*, ou seja, de indivíduos que vivem do “corte de cupons”, que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos *rentiers* e a produção, imprime uma marca de parasitismo a todo país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar (LENINE, 2005, p. 102).

Observa-se nessa passagem que Lenine não apenas acentuou a intensificação das rivalidades dos Estados imperialistas entre si, mas também foi o precursor para a compreensão dos movimentos de libertação nacional nas colônias, que só ganhariam grande expressão posteriormente, pois a exploração das colônias encontrava forte oposição entre os povos oprimidos.

Todos esses elementos contribuem para a explosão de conflitos de grande intensidade na sociedade capitalista. A expressão “O imperialismo: fase superior do capita-

lismo”, e que dá nome ao livro clássico de Lenine foi utilizada por esse autor não para caracterizar a época imperialista como a última etapa do capitalismo, mas sim como uma fase em que as contradições do modo de produção capitalista abrem a possibilidade para a transformação revolucionária da sociedade capitalista, como pode ser observada a seguir:

É conhecido até que ponto o capitalismo monopolista intensificou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta intensificação das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial (LENINE, 2005, p. 126).

Esse período pode durar por décadas ou até mesmo milênios, mas sempre coloca na ordem do dia a questão do socialismo e a necessidade histórica da superação do capitalismo. Esse é o significado histórico do imperialismo. A consequência lógica dessa teorização é que o capitalismo, a partir da década de 1870, e independentemente de sua duração teria como traços característicos de seu desenvolvimento os aspectos essenciais do capitalismo monopolista, ou seja, o domínio da esfera financeira sobre o processo de acumulação de capitais e a monopolização da indústria capitalista. Ou seja, o imperialismo estava, a partir de então, profundamente integrado na estrutura e funcionamento geral da economia capitalista e os monopólios constituiriam a sua base econômica essencial. Seu enfrentamento e sua superação só poderiam ser feitos por meio da ação revolucionária do proletariado. Nesse aspecto, reside a grande crítica de Lenine as propostas de reforma do imperialismo mediante o retorno ao período do capitalismo de livre-concorrência, como por exemplo, por meio da adoção de um controle sobre a atividade dos trustes e dos cartéis.

Lenine extrai essa concepção¹⁹ de sua análise sobre os cartéis e os trustes. Ele observa corretamente que esses agentes econômicos introduzem certo grau de planejamento e de regulação na economia capitalista. Ou seja, o caráter anárquico da produção capitalista é substituído parcialmente pela socialização da produção. Vejamos:

Que significa então a palavra entrelaçamento? Exprime unicamente o traço que mais salta aos olhos do processo que se está desenvolvendo diante de nós; mostra que o observado conta as árvores e não vê o bosque, que copia servilmente o exterior, o acidental, o caótico; indica que o observador é um homem esmagado pelos materiais em bruto e que não compreende nada do seu sentido e significação. Entrelaçam-se acidentalmente a posse de ações, as relações entre os

¹⁹ O autor se baseia na análise efetuada por Karl Marx em *O Capital* livro terceiro, volume quarto sobre o papel das sociedades anônimas na economia capitalista e o seu significado em termos históricos.

proprietários particulares. Mas o que constitui o fundo desse entrelaçamento, o que se encontra por detrás dele, são as relações sociais de produção que muda continuamente. Quando uma grande empresa se transforma em empresa gigante e organiza sistematicamente, apoiando-se num cálculo exato de uma grande massa de dados, o abastecimento de $2/3$ ou $3/4$ das matérias-primas necessárias a uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas para os pontos de produção mais cômodos, que se encontram por vezes separados por centenas e milhares de quilômetros; quando, a partir de um centro, se dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter as numerosas espécies de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos se efetua segundo um plano único a dezenas e centenas de milhões de consumidores (venda de petróleo na América e na Alemanha pelo *trust* do petróleo americano), *então percebe-se com evidência que nos encontramos perante uma socialização da produção, e não perante um simples entrelaçamento, percebe-se que as relações de economia e propriedade privadas constituem um invólucro que não corresponde ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se se a sua supressão for adiada superficialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado), mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida*²⁰ (LENINE, 2005, p.129).

Nesse sentido, na interpretação leninista, o imperialismo constitui um período de transição para o socialismo. Os trusts eliminam parcialmente o caráter anárquico da produção capitalista ao organizar cientificamente a produção por meio do estudo detalhado da demanda, pelo controle e abastecimento das fontes de matérias-primas às unidades produtivas localizadas em pontos muito distantes, pelo transporte e distribuição dos produtos aos mercados localizados em regiões muito distantes, etc. Em suma, Lenine buscava compreender que novo tipo de relações sociais de produção as sociedades anônimas continham.

Outro aspecto importante e que caracteriza essencialmente as profundas contradições do modo de produção capitalista em sua fase imperialista diz respeito ao espetacular crescimento da indústria bélica. No período imperialista, caracterizado pelo recrudescimento das rivalidades entre os principais países imperialistas pela partilha do

²⁰ Os grifos são nossos.

mundo, o militarismo experimentou um crescimento notável com o desenvolvimento dos exércitos e dos armamentos. O impacto social dos conflitos militares, em especial da Primeira Guerra Mundial contribuiu decisivamente para a análise de Vladimir Ilitch Lenine, como foi observado acima, que caracterizou o imperialismo como um período de transição. Nesse sentido, faz-se necessário um estudo em seção à parte do papel especial que o setor militar da economia desempenha no período de desenvolvimento do capital monopolista.

3.2 O MILITARISMO

o militarismo sempre desempenhou um papel importante na história do capitalismo. Ele foi fundamental para a descoberta e exploração do Novo Mundo por parte das potências marítimas européias. Sem o seu auxílio seriam impensáveis o saque e a pilhagem colonial e o domínio dos povos que habitavam originariamente as terras recém descobertas. A supremacia militar dos países que estavam na dianteira do processo de acumulação de capitais na Europa num período de gênese do modo de produção capitalista foi à condição necessária para o estabelecimento de novas rotas comerciais, para a integração forçada das novas regiões ao âmbito do mercado mundial capitalista, para a destruição dos modos de produção pré-capitalistas nas colônias, para a formação do mercado de trabalho, etc. Esse período corresponde à chamada *acumulação primitiva de capitais*.

A expansão global do sistema capitalista, que foi um processo acompanhado desde o início pela explosão de fortes antagonismos no interior de cada país e nas relações desenvolvidas entre os países capitalistas avançados e as suas colônias teve no militarismo um componente vital. Quando o capitalismo atingiu um alto grau de desenvolvimento, ou seja, no período imperialista, o militarismo adquiriu uma importância nunca antes imaginada na história do capital. Ele se constitui na última forma de resolver as questões litigiosas na época de hegemonia do capital financeiro.

A explosão das contradições do modo de produção capitalista em sua fase imperialista ganha sua máxima expressão no acirramento dos conflitos entre os Estados imperialistas, conseqüentemente, no desenvolvimento da indústria militar. A eclosão da Primeira Guerra Mundial marcou o apogeu do desenvolvimento das rivalidades entre os principais países imperialistas e foi a principal manifestação da grande crise que o capitalismo atravessou naquele período.

Paul Marlor Sweezy em *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* atenta para o fato de que o militarismo desempenhou papéis distintos ao longo da história do capital. No período de formação do capitalismo, o militarismo e a sua contrapartida necessária, o nacionalismo, foram cruciais para a realização das aspirações da nascente classe de mercadores que buscava a unificação econômica e a liberdade individual nos territórios dominados pelo separatismo e o obscurantismo da sociedade feudal. Na fase imperialista

do capital, o militarismo deixou de servir ao objetivo das fases iniciais do desenvolvimento do modo de produção capitalista e tornou-se um instrumento da luta travada entre os grupos capitalistas no mercado mundial. Por outro lado, Sweezy enumera as conseqüências econômicas de tal transformação qualitativa do militarismo na economia capitalista, como pode ser observado a seguir:

A elevação do militarismo a uma posição de importância permanente e sempre crescente, em todas as nações imperialistas, tem conseqüências econômicas de grande alcance. Em primeiro lugar, estimula o desenvolvimento de um grupo especialmente favorecido de monopolistas nas indústrias que, como a do aço e a da construção naval, são mais importantes para a produção de armamentos. Os magnatas de munições têm um interesse direto na expansão máxima da produção militar; não só se beneficiam na forma de encomendas do Estado, mas também obtêm colocações seguras e lucrativas para seu capital acumulado. São, portanto, esses elementos da classe capitalista que lideram as exigências de uma política externa agressiva. Em segundo lugar, os gastos militares têm uma função econômica idêntica aos gastos de consumo, e daí a expansão dos exércitos e armadas constituir uma força contrabalançadora cada vez mais importante da tendência ao subconsumo. Do ponto de vista do funcionamento da economia como um todo, portanto, torna-se cada vez mais perigoso limitar a grandeza dos gastos militares. Finalmente, na medida em que a produção de armamento utiliza força de trabalho e meios de produção para os quais de outra forma não haveria demanda, o militarismo realmente proporciona à classe capitalista como um todo maiores oportunidades de investimento lucrativo de capital. Por todas essas razões, e bastante à parte das necessidades engendradas pela rivalidade imperialista, o militarismo tende a desenvolver uma dinâmica expansionista própria [...] (SWEETZY, 1983, p. 236-7).

O autor observa que a importância crescente do militarismo com o desenvolvimento do capital monopolista não pode ser compreendida se não atentarmos para o desenvolvimento do nacionalismo. Sem o desenvolvimento do patriotismo e das rivalidades nacionais não seria possível o apoio da opinião pública nos países imperialistas para as campanhas militares realizadas no exterior e as classes trabalhadoras não forneceria os contingentes necessários para os exércitos. Ou seja, o nacionalismo e o militarismo acompanham passo a passo o desenvolvimento do imperialismo.

Nikolai Bukharin destaca que a concorrência feroz travada entre os capitais financeiros nacionais no âmbito do mercado mundial pela posse de colônias, consequente-

mente, por melhores oportunidades de lucros no exterior se reproduz no plano político por meio das rivalidades crescentes entre os Estado imperialistas, o que confere um poder e uma importância crescentes do papel do Estado – Nação na economia capitalista de forma jamais vista na história do capital. O imperialismo se caracteriza por uma espécie de novo mercantilismo. A condição para o êxito dos monopólios na concorrência internacional é o desenvolvimento acelerado do processo de concentração e de centralização dos capitais financeiros no âmbito de cada economia nacional e o fortalecimento do poder do Estado em cada nação em particular, que se mede pela força de seus exércitos. Nesse sentido, a militarização da sociedade torna-se uma condição vital para o desenvolvimento de cada economia nacional sob o comando dos monopólios. Bukharin assinala como aspecto característico dessa tendência o aumento da participação das despesas militares no orçamento público dos Estados modernos. Ele descreve a importância crescente e central do militarismo no período imperialista nos seguintes termos:

A sociedade capitalista é inconcebível sem armamentos, da mesma forma que não pode ser concebida sem guerras. E assim como não são os preços baixos que engendram a concorrência, mas ao contrário, é a concorrência que determina o aviltamento dos preços, tampouco é a existência dos exércitos a causa essencial e a força motriz das guerras (embora, na realidade, as guerras sejam impossíveis sem exércitos) – mas, muito ao contrário, é a inelutabilidade dos conflitos econômicos que condiciona a existência dos exércitos. Eis por que, nos dias de hoje, quando os conflitos econômicos atingem os mais altos níveis de tensão, assistimos à corrida armamentista. O domínio do capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo. Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro (BUKHARIN, 1984, p.120).

Entretanto, as contribuições mais significativas sobre o papel do militarismo no período imperialista couberam a Rosa Luxemburg. Além de ressaltar a importância que o militarismo desempenha na fase imperialista do capital como arma na concorrência desenvolvida entre os trustes, e conseqüentemente, no desenvolvimento das rivalidades entre os Estados imperialistas, por outro lado, a autora demonstra pioneiramente que a economia armamentista constitui-se em um locus privilegiado da acumulação capitalista.

Como observado no capítulo anterior Rosa Luxemburg demonstra que a questão fundamental da acumulação capitalista reside no problema da realização da mais-valia, isto é, onde encontrar a massa de consumidores que realizam a mais-valia capitalizada? A autora observa que o capitalismo historicamente encontra a demanda solvente que possibilita a realização da mais-valia não no consumo das classes pertencentes à sociedade

burguesa, ou seja, entre os operários e os capitalistas, mas sim nos consumidores oriundos de sociedades onde predominam as relações de produção pré-capitalistas. Essa circunstância implica na necessidade de um intercâmbio regular e constante da sociedade capitalista com os consumidores oriundos de sociedades pré-capitalistas. Em sua análise, ela recusa também a solução do problema da realização da mais-valia no consumo de todas as classes não produtivas da sociedade capitalista, tais como: profissionais liberais, padres, soldados, funcionários públicos, etc. Esse consumo é enquadrado na mesma categoria que a da classe capitalista, ou seja, eles consomem parte da mais-valia produzida pelo trabalho vivo e não realizam a mais-valia capitalizada.

Por outro lado, ela procura demonstrar de que forma o desenvolvimento da economia armamentista constitui-se em um negócio extremamente lucrativo para o capital e de que forma esse setor econômico da economia capitalista possibilita a realização da mais-valia capitalizada caracterizando-se como um campo privilegiado da acumulação de capitais.

A sua análise começa pelo estudo do consumo governamental e os seus impactos econômicos. O sustento da máquina estatal e dos exércitos é feito por meio da introdução de um sistema de tributação indireta. Rosa Luxemburg analisa dois casos e os seus possíveis efeitos: 1) quando o montante arrecadado em impostos é empregado para a manutenção dos funcionários públicos e do exército; 2) quando o total arrecadado pelo Estado é aplicado na produção armamentista.

No primeiro caso, Luxemburg observa que o sistema de tributação indireta não afeta as condições de reprodução do capital social total em seu estudo dos esquemas de reprodução de Karl Marx, ou seja, da análise das relações desenvolvidas entre o departamento dos meios de produção e o departamento dos meios de subsistência, que são os dois grandes setores da produção social.

O consumo governamental é realizado sem alterar as condições de reprodução do capital total, pois a demanda social total nos dois departamentos não se modifica. O mesmo montante em meios de produção e meios de subsistência é consumido como anteriormente, pois o consumo governamental é realizado depois da troca efetuada entre o capital e o trabalho assalariado. O resultado que se verifica é a diminuição no consumo de parte dos meios de subsistência pela classe operária por causa do aumento no preço desses meios de consumo e o consumo desse mesmo montante feito pelos funcionários públicos e os membros dos exércitos. Ou seja, o capital variável realiza uma quantidade menor em meios de subsistência e amplia-se a parte da mais-valia que se converte em meios de consumo da classe capitalista, isto é, que não é destinada a capitalização. A ampliação do consumo improdutivo da mais-valia é realizada mediante o aumento do consumo das classes dependentes dos capitalistas por meio da expropriação do operariado. Transferem-se assim os custos de manutenção dos exércitos e da máquina estatal para os ombros da classe trabalhadora. Observa-se que essa operação não possibilita a realização da mais-valia capitalizada que continua inalterada, pois não foi criada nenhuma demanda nova, após a introdução dos impostos indiretos.

Coisa totalmente diversa ocorre quando os totais arrecadados pelo Estado por meio do sistema de tributação indireta são empregados na indústria bélica. Com a cobrança do imposto, transfere-se parte do poder de compra da classe operária para o Estado como vimos acima. Do ponto de vista da reprodução do capital social total isso significa uma diminuição da produção de meios de subsistência destinados ao consumo da classe trabalhadora para a sua renovação periódica. Com o acréscimo no preço dos meios de subsistência o mesmo montante em dinheiro que representa um determinado quantum de capital variável se realiza em uma quantidade menor de meios de subsistência. Essa diminuição relativa da quantidade de meios de subsistência produzidos para o consumo dos operários libera uma quantidade correspondente de capital constante e de trabalho vivo.

Essa liberação pode ser empregada em algum outro ramo produtivo desde que se constituía uma nova demanda na sociedade. Ela é constituída pela demanda governamental que se apropria de parte do poder de compra dos operários. Diferentemente do primeiro caso, a demanda estatal não é dirigida para a compra de meios de subsistência, mas sim para a compra de material bélico constituindo um mercado inteiramente novo para a realização da mais-valia capitalizada.

Contrariamente ao que é formulado na literatura econômica, a produção de material bélico não representa somente uma mudança na forma material da produção social, ou seja, o capital que antes era investido na produção de meios de subsistência agora é investido na produção armamentista. Isso só é verdadeiro do ponto de vista do capitalista individual. Entretanto, do ponto de vista do capital social total o resultado é diferente. A seguir, reproduzimos os esquemas analisados por Rosa Luxemburg e veremos os resultados de sua análise:

- I. $5000 c + 1000 v + 1000 m = 7000$ em meios de produção
- II. $1430 c + 285 v + 285 m = 2000$ em meios de consumo

As iniciais c , v e m representam respectivamente capital constante, capital variável e mais-valia. Com a adoção do imposto, 100 são extorquidos dos operários e representam o quantum arrecadado pelo Estado em impostos. Essa soma representa a demanda por produtos da indústria bélica e constitui-se assim na economia capitalista um novo ramo de produção. Admitindo a mesma proporção dos esquemas acima teremos o seguinte modelo:

$$71,5 c + 14,25 v + 14,25 m = 100 \text{ (meios bélicos)}$$

A diminuição no consumo dos operários no valor de 100 implica numa redução correspondente na produção dos meios de subsistência. O departamento II de meios de subsistência agora é representado pela seguinte equação:

$$\text{II. } 1358,5 c + 270,75 v + 270,75 m = 1900 \text{ em meios de consumo}$$

O departamento de meios de produção também verifica uma redução correspondente em seus valores:

$$\text{I. } 4949 c + 989,75 v + 989,75 m = 6928,5 \text{ em meios de produção}$$

Voltando aos valores antes da cobrança do imposto:

$$\text{I. } 5000 c + 1000 v + 1000 m = 7000 \text{ em meios de produção}$$

$$\text{II. } 1430 c + 285 v + 285 m = 2000 \text{ em meios de consumo}$$

O produto total se expressa da seguinte forma antes da adoção do imposto:

$$6430 c + 1285 v + 1285 m = 9000$$

Após a cobrança do imposto os dados resultantes são os seguintes:

$$\text{I. } 4949 c + 989,75 v + 989,75 m = 6928,5 \text{ em meios de produção}$$

$$\text{II. } 1358,5 c + 270,75 v + 270,75 m = 1900 \text{ em meios de consumo}$$

E o produto social se expressa da seguinte forma:

$$6307,5 c + 1260,5 v + 1260,5 m = 8828,5$$

A diminuição do produto total de 9000 para 8828,5 significa somente uma economia de custos do ponto de vista do capital social total. Para a produção e realização de uma mesma quantidade de mais-valia é necessário um quantum menor em meios de subsistência em virtude da diminuição do consumo da classe operária. Essa redução corresponde a diferença que se observa na produção total (9000 - 8828,5). Em termos reais, o produto social se expressa agora da seguinte forma:

$$6430 c + 1113,5 v + 1285 m = 8828,5$$

Como no processo real de produção a redução da parte correspondente ao capital variável se faz acompanhar por uma redução concomitante do capital constante, a equação que mais corresponde à realidade se expressa da seguinte forma:

$$6307,5 c + 1236 v + 1285 m = 8828,5$$

Os 100 arrecadados em impostos passam assim como num passe de mágica a constituir um mercado novo para a produção e realização da mais-valia capitalizada em outro ramo da produção capitalista, a indústria bélica. A constituição desse novo mercado na fase imperialista transforma o setor militar da economia em um campo que abre grandes possibilidades para a realização da mais-valia capitalizada. Vejamos:

Quanto ao mercado que ao mesmo tempo surge na área estadual, este, pelo contrário, passa a manifestar-se com todo o encanto de um campo novo para a realização de mais-valia. Parte da soma incluída na circulação do capital variável sai de circulação para constituir, nas mãos do Estado, nova demanda. O fato de o processo ser outro sob o prisma *técnico-tributário*, ou seja, de o montante da contribuição em impostos indiretos ser, de fato, adiantado ao Estado pelo capital, e de ser restituído a este último apenas por ocasião da venda da mercadoria (no preço pago pelo consumidor), em nada altera o aspecto econômico do processo. O que de fato importa sob o ponto de vista econômico é que a soma que atua como capital variável intermedie primeiro a troca entre o capital e a força de trabalho para que possa funcionar posteriormente como consumidor e vendedor, respectivamente, no intercâmbio entre o trabalhador e o capitalista, e assim transferir-se, em parte, das mãos do operário para o Estado, na qualidade de imposto. A soma assim lançada na circulação pelo capital só preenche, pois, perfeitamente sua função em sua troca por força de trabalho, troca após a qual iniciará, já nas mãos do Estado, novo ciclo, no qual assumirá a forma de um poder de compra totalmente estranho e alheio ao capital e ao operário, orientado para novos produtos, para um novo ramo da produção que não se destina nem ao sustento da classe operária, nem ao da classe capitalista, oferecendo assim, ao capital novas oportunidades de criação e realização da mais-valia. Antes, ao considerar o emprego dos impostos indiretos (extorquidos dos operários para o pagamento dos salários dos funcionários públicos e para o abastecimento do exército), havíamos verificado que, sob o prisma econômico, essa "poupança" ou economia feita no consumo da classe operária permitia transferir para o operário os gastos do consumo pessoal dos dependentes da classe capitalista e os da manutenção de seus instrumentos de dominação de classe, bem como transferir esses custos da mais-valia para o capital variável e liberar ao mesmo tempo e em igual medida mais-valia para fins de capitalização. Vemos agora como o emprego dos

impostos extorquidos do operário e destinados ao armamentismo oferece nova possibilidade de acumulação ao capital (LUXEMBURG, 1984, v. 2, p. 95-6).

Além da demanda estatal ser constituída pelos impostos recolhidos junto ao operariado por meio do sistema de tributação indireta o Estado também apresenta outra fonte valiosa de seu poder de compra, qual seja, a que provém da economia camponesa e do artesanato. Por meio dos impostos indiretos, o Estado consegue extorquir das grandes massas de consumidores não-capitalistas o montante necessário para a produção e a realização de mais-valia. O sistema tributário permite a introdução da economia monetária em sociedades onde predominam os modos de produção pré-capitalistas. O produto do camponês converte-se assim gradualmente em mercadoria o que os transforma obrigatoriamente em compradores dos produtos da economia capitalista. A pressão do sistema tributário os obriga a transferir grande parte de seu poder de compra para as mãos do Estado. O resultado desse processo é a formação de um mercado inteiramente novo constituído pela demanda governamental, que será empregado na produção de material bélico.

Por meio da expropriação do operariado, da economia camponesa e dos artesãos constitui-se um mercado inteiramente novo constituído pelo poder de compra do Estado, que possibilita a realização da mais-valia gerada no setor militar da economia capitalista. A demanda estatal apresenta, por outro lado, grandes vantagens para o capital. Ela é concentrada e homogênea, o que foge aos caprichos, arbítrios e a subjetividade de cada consumidor individual. Por outro lado, o movimento da acumulação capitalista encontra-se em mãos da própria indústria bélica capitalista por meio do controle da opinião pública e das leis parlamentares. Em suma, esse campo da acumulação de capitais parece dotado de uma capacidade de expansão quase ilimitada, que depende apenas dos interesses do próprio capital.

Rosa Luxemburg resume da seguinte forma os dois elementos que constituem a fonte do poder de compra governamental:

As necessidades históricas que acompanham a intensificação da concorrência capitalista mundial, em busca de suas condições de acumulação, transformam assim, o próprio capital em campo de acumulação de primeira grandeza. Quanto mais o capital necessita recorrer ao militarismo para apropriar-se dos meios de produção e da força de trabalho dos países e das sociedades não-capitalistas, com tanto mais energia trabalha o mesmo militarismo em casa, nos países capitalistas – os representantes da economia mercantil simples e a classe operária. Procura roubar da primeira as forças produtivas, e forçar a queda do nível de vida da segunda, aumentando à custas de ambas, violentamente, a acu-

mulação do capital. Dos dois lados, no entanto, as condições de acumulação transformam-se, a certa altura, em condições de decadência para o próprio capital (LUXEMBURG, 1984, v.2, p.97).

Pela análise efetuada nesse capítulo ficou evidenciada até que ponto as contradições do capitalismo foram intensificadas no período imperialista. O recrudescimento das rivalidades entre os Estados imperialistas foi marcado pelo crescimento em cada país do setor militar da economia. Entretanto, há que se eliminar um possível equívoco. Não é o desenvolvimento do militarismo em cada país que aprofunda a rivalidade entre os Estados imperialistas, mas sim é o desenvolvimento do capital monopolista e o acirramento da concorrência entre os trustes no mercado interno e externo que se constitui na força motriz no desenvolvimento dos exércitos e da economia armamentista.

O século XX como um todo foi marcado pela explosão de conflitos militares de grande intensidade e com impactos sociais negativos como as duas guerras mundiais. Os traços característicos do imperialismo ainda continuam presentes no capitalismo moderno, o que exige um resgate dessa teoria para a compreensão dos problemas que mais afligem a humanidade atualmente.

No próximo capítulo, será feita uma discussão do ponto em que se encontra o debate atual sobre o novo imperialismo, em especial, o papel do capital financeiro no capitalismo contemporâneo. Procura-se ver o alcance atual dessa teoria e de seus novos desdobramentos para o estudo da dinâmica do capital monopolista no mundo atual.

4 ○ DEBATE ATUAL

O capitalismo contemporâneo apresenta uma configuração marcada pela hegemonia da lógica financeira no processo de acumulação de capitais e os monopólios como a sua base econômica essencial. Essa circunstância requer um resgate da teoria marxista do imperialismo. Não se trata de uma simples transposição mecânica de uma teoria que foi fundamental para a análise do capitalismo, entre os anos de 1870 a 1914, para um período histórico totalmente diferente. Ou seja, busca-se a compreensão de seus alcances e limites no estudo do capitalismo hodierno. Parte-se da idéia de que a teoria do imperialismo representa o elemento analítico essencial para a análise da dinâmica do capitalismo desde a década de 1870, pois os seus traços fundamentais ainda continuam presentes. Por outro lado, isso não implica que essa teoria seja suficiente para a explicação de todos os fenômenos econômicos atuais, mas sim o ponto de partida fundamental.

A intensificação de todas as contradições do capitalismo em sua fase imperialista teve como ponto culminante a Primeira e a Segunda guerra mundial. Do ponto de vista ideológico e político, isso representou a crise do liberalismo econômico. Diante da ameaça comunista representada pela antiga União Soviética e do avanço dos movimentos operários no Ocidente o capitalismo necessitava de mudanças estruturais em seu funcionamento para poder sobreviver num período marcado por graves crises econômicas. Do ponto de vista do capital, isso significava priorizar a lógica produtiva e submeter à lógica especulativa aos desígnios da indústria capitalista para que o capitalismo pudesse sobreviver.

O keynesianismo surgiu assim com a promessa de resolver todas as contradições do modo de produção capitalista. Passou-se a defender a regulação da economia capitalista por meio da utilização do aparelho estatal. O liberalismo econômico foi perdendo cada vez mais terreno no campo da política econômica, pois se entendia que o modo de produção capitalista livre de todos os entraves ao seu funcionamento engendrava graves crises econômicas. A economia capitalista não tendia a um desenvolvimento harmônico como imaginavam os liberais por meio da ação da “mão invisível”. Pelo contrário, o mercado era ineficiente em seu papel de regulador econômico, o que gerava graves desequilíbrios e perturbações no funcionamento da economia capitalista. De acordo com o diagnóstico keynesiano, o Estado deveria atuar ativamente como regulador, empreendedor no funcionamento do capitalismo, pois com a sua intervenção as crises econômicas poderiam ser eliminadas por meio do fortalecimento da demanda agregada. Soma-se a isso, o seu papel na eliminação das desigualdades sociais, através da adoção de programas sociais.

Após as duas grandes tragédias sociais²¹ da primeira metade do século XX, procurou-se colocar freios a total liberdade de ação do capital financeiro e de sua lógica especulativa que caracterizou o período de 1870 a 1914, o período clássico do imperialismo, priorizando assim no campo da política econômica o crescimento econômico e a geração de empregos, em que a intervenção estatal adquiria uma importância fundamental. Estabeleceu-se assim uma aliança de interesses entre os trabalhadores e o capital industrial, que resultou na criação do Estado de Bem-Estar Social. Entretanto, não se deve pensar que essas concessões feitas pelo grande capital aos trabalhadores foram realizadas de forma pacífica. A criação do *Welfare State* e do Estado de Bem-Estar Social foi o resultado de longas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores contra o capital monopolista. Ou seja, elas foram arrancadas do grande capital e não concedidas pacificamente. Os setores mais reacionários do grande capital mesmo no período de apogeu do fordismo, os anos dourados do capitalismo, continuaram a lutar vigorosamente contra as conquistas sociais que os trabalhadores obtiveram no pós-guerra. A conjuntura internacional marcada pela ameaça do comunismo, por graves crises econômicas e pela instabilidade política, que caracterizou a primeira metade do século XX, possibilitou a efetivação dessas conquistas auferidas pelos trabalhadores. Por outro lado, os setores mais progressistas da burguesia representados pelo capital industrial contribuíram no campo ideológico com a defesa do receituário keynesiano no terreno da política econômica.

No período entre guerras, o pensamento keynesiano foi ganhando força nos países centrais do capitalismo. Os efeitos sociais catastróficos das duas guerras mundiais, a crise de 1929 e a ameaça comunista criaram as condições propícias para o desenvolvimento do keynesianismo. No pós-guerra, foram consolidadas as bases do fordismo. Entre os anos de 1950 a 1970 temos o seu apogeu. Esse período é marcado por um padrão de acumulação de capitais assentado na aplicação das políticas macroeconômicas de cunho keynesiano de natureza anticíclica. Ou seja, a dinâmica do desenvolvimento capitalista nesse período é marcada pela tentativa de solucionar a equação produção – demanda, através da intervenção do Estado. Acreditava-se que as crises de superprodução poderiam ser evitadas por meio do estímulo a demanda agregada da economia. O resultado foi um período marcado por um crescimento econômico sustentável, baixas taxas de desemprego, estabilidade no emprego, melhoria nos indicadores sociais, aumento dos salários reais, etc. que marcou o desenvolvimento das economias centrais do capitalismo.

No plano político, a aliança entre o capital industrial e o trabalho assalariado se expressava na ideologia dos partidos sociais democratas e no comando da máquina governamental dos países centrais por esses partidos. O resultado foi a criação do *Welfare State*. Sua criação implicava a inclusão de camadas inteiras da população no mercado consumidor capitalista. Isso era feito por meio da elevação dos salários reais, em que os ganhos de produtividade eram divididos pelos capitalistas com os trabalhadores. Ou seja, os trabalhadores tiveram maior participação na repartição da mais-valia produzida.

²¹ Referimo-nos as duas grandes guerras mundiais.

Por outro lado, os sindicatos passaram a ser reconhecidos como os representantes legítimos da classe trabalhadora. Em contrapartida, era exigida dos trabalhadores a compreensão da legitimidade do sistema capitalista. Buscava-se assim minar a influência do comunismo nos movimentos operários.

Como vimos acima, no pensamento keynesiano, o Estado cumpre um papel de destaque na direção da política econômica, seja através de sua política fiscal ou monetária. Nas três décadas que constituíram os anos dourados do capitalismo, os Estados capitalistas centrais participaram ativamente na promoção do desenvolvimento econômico. Tratava-se da aplicação prática do receituário proposto por Keynes na condução da política macroeconômica.

Aproveitando-se de uma conjuntura favorável baseada em um crescimento econômico sustentável e com baixas taxas de juros os Estados imperialistas puderam financiar seus déficits públicos e assim consolidar as bases do Estado de Bem-Estar Social por meio do aumento dos gastos sociais no período do pós-guerra. A sustentação da rede de proteção social e do seguro-desemprego era feita através de um sistema de tributação progressiva em que a taxa sobre o grande capital e sobre os rendimentos mais elevados financiava os programas sociais do governo. Por outro lado, o Estado passou a participar ativamente no processo de acumulação de capitais por meio dos investimentos públicos e na constituição de empresas públicas. As políticas monetárias e fiscais eram manipuladas visando a atingir esses objetivos e de acordo com a dinâmica do ciclo econômico. O objetivo era garantir o pleno emprego possibilitando a grandes parcelas da população antes marginalizadas um rendimento que viabilizava o acesso a cidadania.

Entretanto, a crise da década de 1970 veio sepultar definitivamente todas as esperanças keynesianas de uma estabilidade geral eterna do modo de produção capitalista. Edmilson Costa em *A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo* observa o seguinte a respeito:

Essa crise marcou uma ruptura radical com a regulação fordista, uma vez que o contrato social estabelecido até então não poderia mais desenvolver-se em função da crise financeira dos Estados centrais; sepultou as ilusões de muitos economistas keynesianos, cuja suposição era a de que a intervenção do Estado na economia, nos moldes estabelecidos a partir da II Guerra mundial, garantiria estabilidade eterna ao sistema. Abriu ainda espaço para que o setor mais reacionário do grande capital impusesse ao mundo as políticas monetaristas e o neoliberalismo e iniciasse uma nova configuração do sistema, na qual o setor financeiro passaria a hegemonizar toda a vida econômica e iniciar uma grande ofensiva contra direitos e garantias estabelecidos pelo pacto fordista (COSTA, 2008, p. 154).

A partir da década de 1970, esgotou-se o padrão de acumulação de capitais assentado na lógica keynesiano/fordista. A crise do fordismo se expressou em várias dimensões. O envelhecimento do paradigma tecnológico oriundo da segunda revolução industrial se traduziu em queda da produtividade social do trabalho. Por outro lado, a rentabilidade do capital investido na esfera produtiva caiu drasticamente. A consequência foi o agravamento dos conflitos entre o capital e o trabalho por uma maior participação na repartição da renda, o que se manifestou através do aumento da inflação. Com os dois choques do petróleo (1973; 1979) vieram a se reforçar as tendências para a elevação das taxas de inflação.

Com a recessão econômica observada nessa década e o estancamento do crescimento dos mercados consumidores, os níveis de investimento caíram significativamente. Do ponto de vista fiscal, a crise econômica implicou na queda das receitas governamentais provenientes dos tributos, por outro lado, no crescimento dos gastos públicos em razão do aumento do desemprego. Isso se traduziu no aumento espetacular dos déficits públicos dos Estados, o que inviabilizava a estruturação da rede de proteção social.

Todos esses desenvolvimentos implicaram na quebra dos fundamentos que possibilitaram o crescimento econômico sustentável do capitalismo durante os seus anos dourados. A queda dos níveis do investimento produtivo, das taxas de crescimento econômico, dos níveis de emprego, a crise fiscal dos Estados e o aumento da inflação precipitaram a crise do fordismo. Além disso, a explosão da dívida externa dos países do Terceiro Mundo na década de 1980, após a elevação das taxas de juros americanas em 1979, reforçaram a tendência recessiva. Nesse sentido, a adoção das políticas macroeconômicas anticíclicas de cunho keynesiano sofreu um desgaste perdendo o seu prestígio e o liberalismo econômico agora sob uma nova roupagem, o neoliberalismo, apareceu no cenário político e econômico como a solução para a crise do capitalismo, a partir da década de 1970.

Em retrospectiva, no período de 1870 a 1914, o liberalismo econômico entrou em crise em função das graves crises econômicas, sobretudo a crise de 1929, o que culminou nos dois maiores conflitos militares da história da humanidade. A solução do ponto de vista do capital foi à adoção das políticas macroeconômicas keynesianas de natureza anticíclica, que privilegiavam o crescimento econômico e a geração de empregos, colocando entraves ao parasitismo econômico, ou seja, subordinando a lógica especulativa aos interesses do capital industrial. Entretanto, com a crise do fordismo manifestada, sobretudo pela queda da rentabilidade do capital investido na indústria, a prioridade dada ao rentismo e a sua lógica especulativa foi à resposta encontrada pelos capitalistas para a crise das décadas de 1970 e 1980. Ou seja, no final do século XX assistimos ao renascimento da lógica mais perversa²² do sistema capitalista, a sua lógica especulativa.

²² A exploração da força de trabalho e a produção de mais-valia caracterizam a essência do funcionamento do modo de produção capitalista em todas as fases de seu desenvolvimento. Entretanto, o keynesianismo impôs em certa medida uma lógica mais “humana” ao capitalismo ao priorizar o crescimento econômico e a geração de empregos em detrimento das finanças. A lógica rentista, por seu lado, representa a forma mais alienada e fetichizada da

Nesse ambiente, a partir da década de 1980, os partidos sociais democratas perderam terreno no campo político para os neoliberais. Apresentando-se como uma ideologia nova e progressista apta aos desafios do final do século XX e deste início do século XXI, o neoliberalismo foi ganhando cada vez mais espaço no terreno da política econômica com a sua aplicação prática em vários países, na qual contou com o apoio e a difusão de suas idéias por parte dos meios de comunicação e dos organismos multilaterais dominados pelos EUA. Essa reviravolta radical no cenário político significou um novo impulso dado aos setores mais reacionários da sociedade capitalista. Em sua essência, a adoção das idéias e das práticas neoliberais significou o ressurgimento do capital rentista e de sua lógica parasitária. O capitalismo, a partir de então, revelava mais uma vez a sua face mais destrutiva com o desenvolvimento da financeirização da riqueza.

Na próxima seção, serão analisados os passos decisivos no cenário político que permitiram ao capital especulativo libertar-se de todos os entraves característicos do período fordista ao seu livre desenvolvimento. Por outro lado, veremos de que forma o neoliberalismo se enquadra como a ideologia mais apropriada para essa nova fase do desenvolvimento do capital rentista.

4.1 O NEOLIBERALISMO

Os neoliberais conseguiram, a partir da revolução conservadora de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos EUA nos anos 1970, impor o seu domínio no pensamento econômico em escala global. Entretanto, apesar da retórica de seus ideólogos o neoliberalismo não é numa teoria completamente nova. Ele se constitui numa nova roupagem dada ao liberalismo econômico em fins do século XX, num contexto histórico totalmente diferente, em que a economia internacional experimentou grandes mudanças estruturais em seu funcionamento, que reafirmaram a hegemonia da lógica especulativa em detrimento da lógica produtiva, após um longo período de ostracismo do capital com traços rentistas. Porém, primeiramente é necessário compreender em que medida o liberalismo e o neoliberalismo apresentam semelhanças e diferenças, em função dos períodos históricos distintos em que essas teorias surgiram e se desenvolveram.

O liberalismo e o neoliberalismo têm diversos pontos comuns em suas formulações. Primeiramente, a idéia de que o mercado por meio da “mão invisível” é um regulador eficaz da atividade econômica. Segundo essa concepção, a ação egoísta de cada indivíduo com o objetivo de atender aos seus próprios interesses teria como resultado final o progresso social e econômico da sociedade como um todo, pois o mercado se incumbiria de harmonizar os interesses conflitantes de cada agente econômico promovendo uma

relação capitalista (D-D’). Isso significa a submissão de todos os setores econômicos e a transferência de todos os rendimentos oriundos das diversas classes sociais para a manutenção da especulação nos mercados financeiros. Ou seja, significa a piora da situação dos trabalhadores sob qualquer ângulo que se queira enxergá-la.

alocação dos recursos escassos da economia da forma mais eficaz possível. Ou seja, não se pode intervir nas ações econômicas dos indivíduos, pois a competição desenvolvida entre eles levaria a uma maior eficiência na alocação dos recursos escassos, pois cada um em função da concorrência seria induzido a produzir da forma mais eficiente possível o bem que ele obtivesse algum tipo de vantagem em relação a outros competidores. Qualquer tipo de intervenção no funcionamento dos mercados poderia criar distorções no sistema econômico, o que levaria a uma alocação dos recursos escassos ineficiente.

Em segundo lugar, o liberalismo e o neoliberalismo defendem a eternização do modo de produção capitalista. De acordo com essa formulação, o sistema capitalista é um modo de produção a - histórico regido por leis naturais e imutáveis assim como as leis que regem os fenômenos da natureza, como por exemplo, as leis da gravidade. Trata-se de uma tentativa de naturalização das relações sociais, ou seja, descarta qualquer possibilidade de sua superação histórica pela ação dos homens. A historicidade só é pensada em ambos na medida em que se concebe o capitalismo e a sociedade burguesa como a realização última e mais desejável do desenvolvimento histórico da humanidade. O objetivo é demonstrar que o modo de produção capitalista é um sistema eficaz e uma necessidade imanente da humanidade.

Por último, o liberalismo e o neoliberalismo defendem o individualismo político e social. Por outro lado, ressaltam a democracia formal e representativa e o Estado de Direito como valores inquestionáveis. Vê-se que nesse sistema teórico, a defesa do individualismo é um valor fundamental, no qual o indivíduo é concebido como a célula elementar da sociedade burguesa.

Apesar das semelhanças entre o liberalismo e o neoliberalismo, há uma diferença fundamental entre essas duas teorias, que está relacionada com o momento histórico específico em que cada uma delas foi formulada. O liberalismo surgiu e se desenvolveu num momento de expansão do modo de produção capitalista, em que as idéias liberais se opõem a intervenção na esfera econômica do Estado Absolutista²³. Ou seja, ela surge como uma doutrina que anunciava os novos tempos.

Por outro lado, o neoliberalismo surge e se desenvolve no pós-segunda guerra mundial, como uma crítica ao Estado de Bem – Estar Social e as políticas macroeconômicas anticíclicas de caráter keynesiano, em que o Estado assumia um papel fundamental. Ele postula um retorno ao passado, pré-crise de 1929, em que a regulação econômica era feita por intermédio dos mercados. Entretanto, os seus porta-vozes a anunciam como uma teoria moderna e apta aos novos desafios da globalização, a partir do final da década de 1970.

Observamos anteriormente, que a aplicação prática das idéias liberais no campo da política econômica entre os anos de 1870 a 1914, esteve na raiz das graves crises econômicas e das duas grandes guerras mundiais, que marcaram o desenvolvimento do

²³ O Estado Absolutista foi uma alavanca decisiva da Revolução Comercial e do processo de acumulação primitiva de capitais, num período de gênese do capitalismo. Entretanto, a partir do desenvolvimento do período manufatureiro, posteriormente, da grande indústria, a intervenção do Estado Absolutista na economia passou a ser um entrave para o desenvolvimento do sistema capitalista. Ver Luiz Filgueiras em *História do Plano Real*.

capitalismo na primeira metade do século XX. O neoliberalismo vem atacando constantemente todas as conquistas sociais que os trabalhadores obtiveram no pós-guerra em função do pacto social fordista. Por outro lado, privilegia no terreno da política econômica a estabilidade monetária em detrimento do crescimento econômico e da geração de empregos. Seu renascimento significou um novo impulso dado ao rentismo destruindo todas as condições que asseguravam a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras e a sua estabilidade no período fordista. Nesse sentido, constitui uma teoria regressiva e reacionária. Luiz Filgueiras em *História do Plano Real* observa o seguinte:

O neoliberalismo, por sua vez, nasceu como uma reação à forma assumida pelo capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, caracterizada pela presença decisiva do Estado na esfera econômica, enquanto expressão do pacto social-democrata. Pacto este no qual os trabalhadores e suas organizações sindicais e partidárias participavam como sujeitos fundamentais, o que resultou na inclusão econômico-social das grandes massas trabalhadoras, a partir da distribuição dos ganhos de produtividade. Portanto, o neoliberalismo surgiu como uma doutrina que postulava um retorno ao passado, pré-crise de 1929, no qual a regulação econômica era feita, essencialmente, através do mercado e a exclusão social da maior parte da população era a marca registrada. Em suma, o neoliberalismo se constitui numa doutrina antiga e regressiva, sob qualquer ótica que se queira enxergá-la – econômica, política e social (FILGUEIRAS, 2000, p. 48).

O autor observa que as circunstâncias históricas específicas em que as duas teorias surgiram e se desenvolveram explicam a aparente contradição entre o discurso e a prática dos governos neoliberais caracterizada por uma intervenção ativa do Estado na economia capitalista. Não se trata de uma crítica a intervenção do Estado em geral, mas apenas a uma determinada forma de intervenção estatal como se observou acima nos dois períodos históricos mencionados. A intervenção do Estado que é admitida pelos liberais e neoliberais é a que assegura a liberdade contratual, a preservação da lei e da ordem, da propriedade, ou seja, de todos os determinantes que asseguram as condições de reprodução do capital.

Gérard Duménil e Dominique Lévy, por sua vez, em *A finança mundializada* entendem que o neoliberalismo constitui a expressão política do segundo período de reafirmação da hegemonia da lógica financeira. Eles propõem a seguinte esquematização: entre o final do século XIX ao ano de 1929, temos o primeiro período de hegemonia das finanças, o período clássico do imperialismo; do New Deal a década de 1970, temos

o compromisso keynesiano; a partir da década de 1980, temos o segundo período de hegemonia da lógica financeira. Vejamos:

Para definir o neoliberalismo, é necessário recorrer a uma teoria da sociedade, quer dizer, das classes e do Estado, de inspiração marxista. Fundamentalmente, o neoliberalismo corresponde à reafirmação do poder da finança depois de um período de perda de hegemonia; trata-se, assim, do segundo período de hegemonia da finança (CHESNAIS, 2005, p. 87).

Desde a década de 1970, a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo no pensamento econômico significou a reconstituição da força do capital monetário. Durante o período fordista, o capital especulativo encontrava-se totalmente subordinado a lógica produtiva por meio da regulação do sistema financeiro internacional, alicerçado nos chamados acordos de Bretton Woods. Entretanto, com a crise do fordismo esse quadro mudou radicalmente. Após as eleições de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher na Inglaterra, o neoliberalismo impôs-se como a ideologia dominante tanto do ponto de vista político quanto econômico e social. Toda a regulação existente no período fordista passou a ser combatida veementemente pela corrente neoliberal. O capital financeiro agora se encontrava livre de todos os entraves e regulamentações existentes anteriormente e a especulação passou a desenvolver-se plenamente.

A difusão das idéias e do receituário neoliberal e a sua aplicação prática em diversos países contaram com o apoio decisivo dos meios de comunicação, dos centros universitários e das instituições multilaterais, tais como: o FMI (Fundo Monetário Internacional); o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento); a OMC (Organização Mundial do Comércio). Nos países periféricos sua difusão se deu por meio do Consenso de Washington, no qual foram recomendados a esses países a adoção das políticas neoliberais em seus programas de estabilização e de desenvolvimento econômico para que eles pudessem seguir os trilhos rumo ao progresso econômico e social.

Veremos a seguir, os principais pontos em termos de política macroeconômica defendido pelos apologistas do neoliberalismo e de que forma divergem do keynesianismo. Por outro lado, as conseqüências sociais e econômicas em termos de seus impactos sobre os indicadores macroeconômicos também serão abordadas.

4.1.1 **A política econômica neoliberal**

A política econômica de caráter neoliberal recusa qualquer intervenção ativa por parte do Estado enquanto indutor do crescimento econômico. Segundo seus ideólogos, qualquer tipo de intervenção estatal que venha a influir na atividade econômica criaria distorções no funcionamento dos mercados livres levando a ineficiências na alocação dos recursos escassos da economia. Diferentemente da política keynesiana que utiliza

a política fiscal e monetária dos Estados para promover o crescimento econômico e o pleno emprego, a política macroeconômica neoliberal busca a todo custo a estabilidade monetária e o equilíbrio das contas públicas.

Segundo essa corrente, a política fiscal dos Estados deve ser direcionada para a tentativa de sanar o déficit nas contas públicas por meio da contenção dos gastos públicos sendo os recursos poupados utilizados para arcar com os serviços da dívida pública. Nesse sentido, os neoliberais recusam qualquer ação estatal no sentido de promover a diminuição das desigualdades sociais por meio da adoção de programas sociais. Por outro lado, serviços imprescindíveis para a população como saúde e educação devem ser entregues a iniciativa privada. Eles defendem abertamente a diminuição da taxa sobre o grande capital e sobre as rendas mais elevadas sob o argumento de que essa medida impulsiona os investimentos produtivos não corroendo assim as bases da acumulação capitalista.

O combate à inflação tornou-se o denominador comum das políticas adotadas pelos governos neoliberais em diferentes países e a política monetária o seu principal instrumento. Segundo essa corrente, a taxa de juros é utilizada para frear o aumento da procura e evitar o descontrole do processo inflacionário. Por outro lado, os juros elevados fazem uma espécie de seleção dos melhores projetos industriais e contribuem para o aumento da eficiência na alocação dos recursos escassos da economia.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa demonstra que a política fiscal e monetária dos Estados na fase neoliberal é estruturada de forma a atender aos interesses do capital financeiro. A política fiscal que antes era direcionada aos gastos com os programas sociais do governo e com serviços básicos imprescindíveis como educação e saúde agora é orientada para viabilizar a transferência de recursos para a esfera financeira por meio do pagamento dos juros da dívida pública. Por detrás da idéia de equilíbrio nas contas públicas, está a imperiosa necessidade de que os recursos poupados sejam canalizados para a alimentação da especulação nos mercados financeiros. Num contexto de baixo crescimento econômico, em que se reduzem as receitas governamentais provenientes dos impostos, a contenção dos gastos públicos é acompanhada por um aumento da tributação, pois o Estado em face da necessidade de honrar seus compromissos com os serviços da dívida é levado a aumentar constantemente a carga tributária. Ou seja, impõe-se um pesado ônus a toda a sociedade para a continuidade da transferência de recursos das diferentes classes sociais, que compõem a sociedade capitalista, por intermédio do sistema de tributação indireta para a esfera financeira. Sob a alegação da imperiosa necessidade do equilíbrio nas contas públicas, o objetivo real e muitas vezes não explícito é a transferência de recursos maciça do Estado para a alimentação do frenesi especulativo.

Por sua vez, a política monetária é aplicada de forma a permitir uma alta rentabilidade ao capital financeiro em suas transações especulativas. No período fordista, a prática de baixas taxas de juros possibilitava o financiamento dos programas sociais dos governos, através dos déficits públicos que não cresciam de forma descontrolada. Por outro lado, a prática de taxas de juros baixas desestimulava a especulação financeira. Esse

quadro mudou radicalmente após a prática de taxas de juros reais e positivas muito altas praticadas pelos governos neoliberais.

A abertura comercial e financeira das economias nacionais promovida pelos governos neoliberais permite aos capitais especulativos se movimentarem livremente e a todo o momento sob as diversas praças financeiras. Dessa forma, os capitais especulativos podem entrar e sair a todo o momento dos diversos mercados financeiros aproveitando os diferenciais das taxas de juros praticadas pelos diferentes governos. Devido à livre mobilidade desses capitais, o capital financeiro pode forçar as economias, principalmente, as dos países periféricos a adotarem altas taxas de juros buscando atraí-los para financiar os seus processos de desenvolvimento sócio-econômico. Seu comportamento patológico impacta profundamente os principais indicadores macroeconômicos, em função da grande massa de capitais centralizada em suas mãos e que podem influenciar decisivamente na política econômica de vários países. A prática de altas taxas de juros, por outro lado, desestimula os investimentos produtivos, o que realimenta a onda especulativa por causa da alta rentabilidade das aplicações financeiras.

No que tange ao papel do Estado na esfera econômica, a substituição da intervenção estatal pela livre iniciativa como regulador da economia capitalista implicou na quebra gradual de todas as barreiras ao livre funcionamento dos mercados, em que a palavra de ordem passou a ser a seguinte: a desregulamentação. Passou-se assim a defender a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros, especialmente, do mercado de trabalho. O desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social que havia se estruturado no pós-guerra foi o grande alvo das políticas neoliberais nos EUA e na Europa. Segundo os neoliberais, os programas sociais dos governos desestimulavam a competição, mola mestra do sistema capitalista, pois os indivíduos se acomodam ao receberem os benefícios governamentais. Nesse sentido, a desigualdade é tida como um valor fundamental tal como a liberdade individual, pois ela estimula a criatividade e a concorrência entre os indivíduos. Nos países periféricos, o processo de privatizações de empresas públicas marcou o desenvolvimento econômico desses países nos anos 1990 sob o comando dos governos neoliberais. O argumento utilizado foi que as empresas sob a tutela do Estado eram ineficientes e que era necessária a sua entrega para a iniciativa privada para torná-las mais eficientes.

Em vários países, a adoção das políticas neoliberais tiveram como resultado: a queda da inflação; o aumento das taxas de juros; baixo crescimento econômico; o aumento do desemprego; o aumento do déficit público; a concentração de renda; o desenvolvimento da especulação; baixas taxas de investimento, etc. Isso demonstra claramente que o crescimento econômico e os níveis de emprego e dos salários constituem variáveis secundárias na condução da política macroeconômica. O objeto claro e explicitamente defendido pelos neoliberais é a estabilidade de preços. As políticas monetárias e fiscais devem ser ajustadas visando esse objetivo.

A perda de vitalidade do setor industrial, o aumento do desemprego e a piora dos indicadores sociais em vários países foram acompanhados, por outro lado, pelo renas-

cimento da especulação nos mercados financeiros internacionais. As medidas de liberalização e de desregulamentação dos mercados financeiros empreendidas pelos governos neoliberais, a partir da década de 1980, permitiram ao capital rentista o domínio sobre o processo de acumulação de capitais. A desregulamentação dos mercados em geral ampliou as instabilidades sistêmicas e tornou mais recorrentes as crises econômicas²⁴.

O renascimento do neoliberalismo, em fins da década de 1970, conduziu a aplicação das teses anti-estatais e a regulação da economia capitalista por intermédio dos mercados livres tornou a conjuntura econômica internacional mais instável. Observamos anteriormente, que a aplicação das políticas macroeconômicas keynesianas no período fordista teve como objetivo evitar as crises de superprodução capitalistas estimulando a demanda agregada, através da intervenção do Estado na economia capitalista, por meio de vários instrumentos de política econômica. Com o dismantelamento dos Estados, os mercados em geral estavam completamente livres em seu funcionamento revelando que a aplicação prática das idéias neoliberais não levava a um desenvolvimento harmônico do sistema capitalista como defendem seus ideólogos, mas sim a crises periódicas, o que demonstra a ineficiência dos mercados como reguladores da atividade econômica.

Na década de 1990, assistimos a eclosão de crises financeiras sucessivas com impactos negativos sobre os níveis de produção e de emprego em vários países, principalmente, sobre aqueles que aplicaram o receituário neoliberal. Edmilson Costa observa que essas circunstâncias tem se refletido em uma perda de prestígio da corrente neoliberal. Vejamos:

A crise do neoliberalismo hoje é tão profunda que instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e grande parte dos intelectuais (Willianson, Krugman), antigos expoentes do neoliberalismo, agora estão surpreendentemente revendo suas posições. O caso do FMI e do Banco Mundial é mais dramático porque vários setores governamentais e acadêmicos já pedem abertamente o fechamento destas instituições, posto que seus diagnósticos e previsões para a economia mundial na última década foram inconsistentes e desastrosos, o que os levou a um desgaste nunca antes visto em sua história. Até mesmo o sisudo Fórum de Davos, Meca do grande capital mundial, agora tenta modificar o discurso, buscando incorporar à sua agenda a questão social (COSTA, 2008, p. 47).

Entretanto, o neoliberalismo continua a se impor como a corrente dominante do pensamento econômico. Continua sendo um guia prático para governos dos mais diferentes países na condução de sua política econômica sempre contando com o apoio

²⁴ As crises econômicas observadas na década de 1990 são bem ilustrativas a esse respeito.

de intelectuais e dos meios de comunicação na difusão de suas idéias e na legitimação de sua política.

O neoliberalismo segue em sua tentativa de destruir todos os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do tempo. Promove a deslegitimação dos sindicatos e a criminalização dos movimentos sociais. Por outro lado, direciona todas as ações da máquina governamental no sentido de assegurar as condições de reprodução do capital financeiro. Nesse sentido, promove uma transferência²⁵ de recursos maciços do setor real da economia para os mercados financeiros internacionais por meio de sua política econômica possibilitando o desenvolvimento da especulação nesses mercados.

Após os governos conservadores de Ronald Reagan nos EUA e de Margareth Thatcher na Inglaterra, os mercados financeiros se desenvolveram enormemente. A desregulamentação promovida pelos governos neoliberais nos mercados financeiros é quase total. A especulação nesses mercados atingiu proporções tais que ultrapassam largamente a produção mundial de bens e serviços e o comércio exterior. Nesse sentido, uma análise do papel desempenhado pela esfera financeira no capitalismo hodierno é essencial, pois ela representa o lócus privilegiado da acumulação de capitais não só em termos da mais alta rentabilidade das aplicações financeiras em comparação com os lucros industriais, mas também pelos altos valores transacionados diariamente nesses mercados e sua capacidade de direcionar em seu favor a política econômica de vários países.

4.2 A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

A desregulamentação e a liberalização dos mercados financeiros nacionais e a sua integração no plano internacional constituíram o passo decisivo na reconstituição da hegemonia da lógica financeira no processo de acumulação de capitais. No período fordista, as finanças estavam reprimidas em função das restrições que foram impostas a livre mobilidade dos capitais financeiros e de sua subordinação à lógica produtiva. Entretanto, a partir da década de 1970, as finanças readquirem o poder econômico e político perdido, após a crise de 1929, através da atuação política consciente e deliberada dos Estados capitalistas centrais no sentido da libertação do capital financeiro e de sua lógica especulativa de todos os entraves ao seu livre desenvolvimento. Por sua vez, a interconexão mundial entre esses mercados só foi possível graças ao suporte material possibilitado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, tais como: a construção dos satélites; das fibras óticas; a difusão da internet, etc. Isso possibilitou a transmissão e a circulação de uma forma quase instantânea de todas as informações disponíveis entre os distintos sistemas financeiros ampliando a interdependência entre os mesmos e as possibilidades de contágio.

Os processos de abertura dos mercados financeiros e a derrubada de todas as regulamentações existentes do fordismo permitiram a constituição de um amplo espaço de

²⁵ Na próxima seção, estudaremos o mecanismo da dívida pública.

valorização de diversos tipos de ativos financeiros, que são negociados diariamente e a todo o momento em diferentes praças financeiras.

No terceiro livro de *O Capital*, Karl Marx designou o capital portador de juros ou capital financeiro de uma forma completamente diferente da formulação desenvolvida por Rudolf Hilferding²⁶ em *O capital financeiro*. Segundo Marx, o capital portador de juros é todo capital que se valoriza sem sair da forma dinheiro, ou seja, através da fórmula $D - D'$. O ciclo do capital encontra-se, portanto, encurtado. Não existe nenhum processo de produção material que serve de mediação ao processo de acumulação de capitais, como se o dinheiro fosse capaz de se reproduzir de forma ampliada por conta própria. A sua explicação da forma de valorização específica do capital portador de juros contribui para o esclarecimento dos mecanismos de valorização específicos que ocorrem no ambiente restrito da esfera financeira. Vejamos:

Como capital portador de juros, e precisamente em sua forma diretamente como capital monetário portador de juros (as outras formas do capital portador de juros, que não nos interessam aqui, são por sua vez derivados dessa forma e a pressupõem), o capital recebe sua forma pura de fetiche, $D - D'$ como sujeito, como coisa vendável. *Primeiro*, devido a sua existência perene como dinheiro, uma forma em que todas as determinações do mesmo estão apagadas e seus elementos reais se tornam invisíveis. Dinheiro é justamente a forma em que a diferença entre as mercadorias como valores de uso está apagada e por conseguinte também as diferenças entre os capitais industriais que consistem nessas mercadorias e suas condições de produção; é a forma em que valor – e aqui capital – existe como valor de troca autônomo. No processo de reprodução do capital, a forma-dinheiro é evanescente, um mero momento de transição. No mercado monetário, ao contrário, o capital existe sempre nessa forma. – *Segundo*, a mais-valia produzida por ele, aqui novamente na forma de dinheiro, lhe aparece como algo que lhe cabe como tal. Gerar dinheiro parece tão próprio ao capital nesta forma de capital monetário, quanto o crescer, às árvores (MARX, 1986, v. 4, p. 294).

Entretanto, o capital portador de juros não pode se desenvolver sem que haja uma transferência contínua de riqueza do setor produtivo da economia capitalista para a alimentação da especulação nos mercados financeiros, pois riqueza material não pode ser criada a partir do nada. Isso significa na prática a submissão de todos os setores econômicos e sociais aos interesses do capital especulativo. François Chesnais em *A mun-*

²⁶ O conceito de capital financeiro em Rudolf Hilferding consta no primeiro capítulo dessa dissertação.

dialização do capital destaca dois mecanismos principais de transferência de riqueza para a esfera financeira, quais sejam: a transferência da mais-valia do setor industrial para a esfera financeira; o mecanismo da dívida pública. Somente dessa forma podem ter lugar os lucros puramente fictícios, que ocorrem no circuito fechado dos mercados financeiros nacionais.

Partindo do legado deixado por Karl Marx, François Chesnais em *A finança mundializada* delinea os mecanismos de valorização específicos do capital portador de juros no conceito de acumulação financeira. Segundo o autor:

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços (CHESNAIS, 2005, p. 37).

Após a derrubada de todos os entraves ao livre desenvolvimento da especulação, nas décadas de 1970 e 1980, o capital financeiro passou a ocupar novamente o posto mais avançado do processo de acumulação capitalista. Para tanto, as medidas econômicas e políticas adotadas pelos Estados capitalistas centrais permitiram uma ampla concentração e centralização de capitais nas instituições financeiras. Essa foi a condição para a retomada da hegemonia do pólo financeiro do grande capital. Tais medidas visavam à retenção e a centralização de todos os rendimentos oriundos das diversas classes sociais nas instituições financeiras especializadas e sua canalização para a esfera financeira possibilitando o desenvolvimento da especulação nos mercados financeiros.

Na literatura econômica, considera-se o passo decisivo para os processos de desregulamentação e de liberalização dos mercados financeiros a derrubada do sistema monetário internacional em 1971, que havia sido construído no pós-guerra nos acordos de Bretton Woods. Entretanto, a reconstituição da força do capital monetário tem origem bem mais remota com a formação dos mercados de eurodólares.

O mercado de eurodólares estabelecido em 1958 na City de Londres constituiu o primeiro passo na retomada do poder das finanças. Esse mercado interbancário permitiu a centralização de massas enormes de capitais que haviam sido acumuladas por empresas transnacionais norte-americanas em função de lucros não enviados para a matriz e de lucros não reinvestidos na produção industrial. Com o fim dos anos dourados, no início da década de 1970, se acelera os depósitos de eurodólares nesse mercado.

Outro episódio importante foi à reciclagem dos petrodólares em 1976. Após o grande aumento nos preços do petróleo pelos maiores produtores do Golfo Pérsico, as somas adicionais resultantes da majoração dos preços foram utilizadas pelos grandes bancos para a concessão de empréstimos aos países do Terceiro Mundo e também para a abertura de linhas de crédito, principalmente, aos países latino-americanos. Os países subdesenvolvidos sentiram-se estimulados para a tomada de empréstimos em face da

grande disponibilidade de capitais provocada pela reciclagem dos petrodólares e pelas grandes facilidades oferecidas pelas instituições financeiras. Após a elevação das taxas de juros norte-americanas em 1979 por decisão unilateral dos EUA, sob a presidência de Paul Volcker no *Federal Reserve* (FED), no governo Carter, os países periféricos estavam totalmente endividados.

Com a crise da dívida externa em 1982, os países subdesenvolvidos estavam em situação de insolvência. Desde então, começou-se a se estruturar um mecanismo de espoliação das riquezas dos países periféricos em favor da manutenção da lógica parasitária capaz de se reproduzir permanentemente e de forma ampliada no tempo, qual seja: o serviço da dívida pública. Como os países do Terceiro Mundo estavam completamente endividados não restava alternativa para o enfrentamento da crise da década de 1980 se não recorrer ao financiamento dos déficits públicos pela emissão de bônus do Tesouro nos mercados de obrigações públicas, que são completamente abertos aos investidores financeiros²⁷, para fazer face aos compromissos assumidos anteriormente. Do ponto de vista político, François Chesnais caracteriza as medidas de elevação das taxas de juros dos EUA, da abertura do mercado de obrigações públicas para o financiamento da dívida pública e da alta do dólar tomadas, entre os anos de 1979 a 1981, como um golpe de Estado que restabeleceu a “ditadura dos credores” ou a “tirania dos mercados”. Esses três episódios foram decisivos na retomada do poder das finanças.

Desde a década de 1980, o financiamento da dívida pública por intermédio da emissão de bônus do Tesouro fortaleceu enormemente a especulação financeira. Os mercados de obrigações públicas constituem um dos pólos privilegiados da acumulação financeira, como também, os que oferecem menos riscos aos seus investidores. Em períodos críticos constituem um bom refúgio para os investidores que podem direcionar suas aplicações financeiras para os mercados mais seguros localizados nos países desenvolvidos, principalmente, o norte-americano. Vejamos o seu significado:

Nos países da OCDE, como nos países periféricos, a dívida pública alimenta continuamente a acumulação financeira por intermédio das finanças públicas. A necessidade de recorrer ao financiamento mediante empréstimos torna-se permanente por causa da desoneração do capital e das rendas elevadas, a qual foi ainda facilitada pela mundialização financeira, pela impunidade da evasão e pela multiplicação dos paraísos fiscais. Deu-se um duplo presente às rendas elevadas: beneficiam-se da redução de impostos e emprestam a taxas elevadas. A riqueza transferida começa por assumir a forma de salários, de rendas agrícolas e de trabalho por conta própria, parcialmente a forma de lucros, antes de se trans-

²⁷ Isso se chama titulização.

formar em impostos diretos e indiretos e outras “contribuições especiais” que são dirigidas ao setor financeiro mediante a parte do orçamento do Estado alocada para o serviço da dívida. No fim dos anos 90, essa parte atingiu ou ultrapassou 20% na maioria dos países da OCDE, a começar pelos Estados Unidos. De 1987-88 até meados da década de 1990, os déficits orçamentários dos países da OCDE – e, portanto, o recurso aos empréstimos – se situaram entre 3% e 7% do PIB. Depois de uma redução passageira, o nível superior foi novamente atingido pelos Estados Unidos em 2003. Nos anos 80, a dívida pública permitiu a expansão dos mercados financeiros ou a sua ressurreição em outros países, como no caso da França. Ela é o pilar do poder das instituições que centralizam o capital portador de juros. Em seguida, a dívida pública gera pressões fiscais fortes sobre as rendas menores e com menor mobilidade, austeridade orçamentária e paralisia das despesas públicas. No curso dos últimos dez anos, foi ela que facilitou a implantação das políticas de privatização nos países chamados em “desenvolvimento” (CHESNAIS, 2005, p. 41).

Vê-se que o financiamento da dívida pública constitui um mecanismo que alimenta continuamente a esfera financeira. A negociação dos bônus do Tesouro nos mercados de obrigações públicas permitiu direcionar grande parte das receitas orçamentárias dos Estados para a manutenção da lógica especulativa nos mercados financeiros. Sua aplicação em vários países contou com o apoio das organizações multilaterais dominadas pelos EUA. Como a dívida pública se reproduz continuamente no tempo, o seu financiamento requer sempre a tomada de novos empréstimos por parte dos governos. Entretanto, o refinanciamento das dívidas requer por parte dos países a adoção de medidas de ajuste estrutural que sempre fortalecem o pólo financeiro do grande capital. O peso da dívida pública precipitou a crise fiscal dos Estados e a atual dominação política e econômica do capital financeiro sobre os países periféricos.

Por fim, na década de 1980, abriu-se a possibilidade aos investidores institucionais de obterem liquidez a qualquer momento com a venda dos ativos financeiros. Os mercados acionários se desenvolveram enormemente, no qual os dividendos tornam-se um mecanismo importante de transferência e de acumulação.

Todas essas medidas favoreceram a retomada do poder das instituições financeiras ao permitirem a centralização do capital monetário ocioso em suas mãos. Elas não se limitam mais aos bancos tradicionais como no período clássico do imperialismo, os quais passaram a dividir as funções financeiras com novos atores institucionais, tais como: os fundos de pensão; os fundos mútuos de investimento; as corretoras; as companhias de

seguro; as empresas multinacionais²⁸. Os bancos tradicionais foram suplantados pelos fundos de pensão e pelos fundos mútuos de investimento nessa nova fase do poder das finanças. Catherine Sauviat em *A finança mundializada* observa a respeito:

Este capítulo trata principalmente dos fundos de pensão e dos fundos mútuos. Esses fundos não representam a totalidade dos investidores institucionais, mas constituem, sem dúvida, os seus dois componentes mais importantes e dinâmicos. O argumento apóia-se na experiência dos fundos de pensão e dos coletivos norte-americanos (*mutual funds*). Isso se justifica, em primeiro lugar, pelo tamanho e pela força financeira de ataque considerável que eles adquiriram centralizando a poupança coletiva e individual, transformando-a em capital dinheiro concentrado, que se valoriza nos mercados. Em 2001, os haveres financeiros dos fundos de pensão norte-americanos representavam dois terços dos haveres financeiros dos fundos de pensão do conjunto dos países da OCDE, enquanto os dos *mutual funds* norte-americanos detinham 56% do total. A outra grande razão para se interessar por eles decorre do campo de observação privilegiado que oferecem como novos vetores da transformação das relações capital-trabalho (CHESNAIS, 2005, p.109).

As cifras seguintes nos dão a dimensão do poder conquistado pelos novos investidores institucionais. Entre os anos de 1948 a 1993 a participação no mercado das principais instituições financeiras norte-americanas foi à seguinte: os bancos reduziram sua participação de 55,9% em 1948 para 25,4% em 1993; os fundos mútuos aumentaram sua participação de 1,3% em 1948 para 14,9% em 1993; os fundos de pensão passaram de 3,1% em 1948 para 24,4% em 1993; as corretoras de valores tiveram uma pequena alta de 1% em 1948 para 3,3% em 1993 (COSTA; 2008).

No que tange as empresas industriais, a financeirização da economia capitalista implicou numa mudança radical de suas estratégias. Em face da maior rentabilidade das aplicações financeiras quando comparadas com os lucros industriais as empresas produtivas foram obrigadas pelos seus acionistas a apresentar resultados semelhantes aos obtidos na esfera financeira. Nesse sentido, exige-se das empresas produtivas critérios de rentabilidade que possibilitem uma maior margem de lucros e conseqüentemente uma maior transferência dos mesmos para a realização dos lucros puramente financeiros nos diversos segmentos dos mercados financeiros nacionais. Essa circunstância implicou

²⁸ Outro aspecto importante do capitalismo contemporâneo é a chegada da lógica financeira nas empresas produtivas imposta pela elevada rentabilidade das aplicações financeiras. Veremos mais adiante essa questão ainda nessa seção.

numa mudança do horizonte temporal das empresas, em que a lógica de curto prazo passou a influir cada vez mais decisivamente em suas atividades operacionais em detrimento das estratégias de crescimento de médio e de longo prazo. As empresas industriais foram assim impelidas a buscarem retornos cada vez mais elevados e rápidos.

As multinacionais foram diversificando suas atividades em direção a especulação nos mercados financeiros. No interior das empresas industriais, a lógica especulativa foi ganhando cada vez mais espaço. Elas também são agentes ativos nos mercados financeiros desregulamentados e liberalizados. A estrutura interna das empresas industriais passou a ser marcada por relações de conflito e cooperação entre a lógica produtiva e a lógica financeira. Elas não se limitam mais a sua atividade original de produção de bens e serviços, como pode ser visto a seguir:

Tal distinção é decisiva para analisar o nível, o ritmo e a orientação da acumulação, e portanto, para tentar discernir o crescimento. Mas também é muito importante para captar a situação interna dos grandes grupos industriais. A financeirização cada vez mais acentuada desses grupos confere-lhes um duplo caráter. Por um lado, eles estão se tornando organizações cujos interesses identificam-se sempre mais com os das instituições estritamente financeiras, não apenas por seu comum apego à ordem capitalista, mas pela natureza "financeira-rentista" de parte de seus rendimentos. Por outro, continuam sendo locais de valorização do capital produtivo, sob forma industrial. É por isso que nelas a distinção essencial entre capital produtivo e capital monetário é vivenciada como fonte de tensões e conflitos cada vez mais freqüentes, rasgando, literalmente, as diversas diretorias e comitês de administração, divididos entre os defensores das "profissões industriais, de um lado, e os "financeiros", do outro (CHESNAIS, 1996, p.275).

No âmbito interno das companhias transnacionais, essa alteração qualitativa significou o aumento da importância das diretorias financeiras. Essa circunstância implica numa interdependência cada vez maior e por relações de conflito entre as diretorias financeiras e as diretorias ligadas as atividades produtivas da empresa.

Do exposto acima, observa-se que as grandes empresas industriais não foram prejudicadas pelas medidas de desregulamentação e de liberalização do movimento de capitais, que recolocou o capital financeiro no centro das relações econômicas e políticas mundiais. Para tanto, foi necessário que a atividade produtiva dessas empresas fosse reorientada no sentido de se subordinar aos imperativos da acumulação financeira. Por outro lado, a conjuntura econômica recessiva aliada à persistência de altas taxas de desemprego contribuiu enormemente para que os grupos industriais continuem invertendo

a sua atividade produtiva original em direção a especulação nos mercados financeiros devido à grande rentabilidade das aplicações puramente financeiras.

Todos os elementos analisados acima estimularam enormemente a especulação nos distintos segmentos dos mercados financeiros interconectados internacionalmente. O resultado foi um crescimento exponencial da esfera financeira. Cabe agora uma análise do aspecto que mais intriga a todos os pesquisadores no estudo do papel desempenhado pelo capital financeiro no capitalismo contemporâneo, qual seja: a relativa autonomia da esfera financeira em relação à esfera produtiva.

Como vimos acima, Karl Marx caracteriza o capital portador de juros como o capital que se valoriza segundo a fórmula $D - D'$. A valorização desse capital requer a produção e a transferência de mais-valia dos setores produtivos para os mercados financeiros de forma que permita a obtenção dos lucros puramente financeiros, pois a riqueza material não pode ser criada a partir do nada. A produção industrial funciona como uma espécie de lastro para a valorização dos capitais fictícios na esfera financeira. Entretanto, os processos de desregulamentação e de liberalização dos movimentos de capitais têm tido como consequência o descolamento crescente entre a esfera produtiva e a esfera financeira. A mais alta rentabilidade das aplicações financeiras em comparação com os lucros industriais e o alto grau atingido pelo processo de concentração e centralização de capitais nas instituições financeiras explica a grande divergência nos valores transacionados entre as duas esferas.

François Chesnais em *A mundialização do capital* nos fornece alguns dados estatísticos²⁹ extremamente esclarecedores extraídos da OCDE. Na década de 1980, o volume de transações nos mercados de câmbio aumentou cerca de dez vezes. Entretanto, somente 3% das transações diárias nos mercados de câmbio estavam relacionadas com o comércio internacional, no qual eram negociados em 1992, 1 trilhão de dólares diariamente, em 1995, já atingia 1,5 trilhões de dólares ao dia. Por outro lado, o crescimento dos ativos financeiros entre os anos de 1980 a 1992 foi de 6%, enquanto que o crescimento da formação bruta de capital fixo foi de apenas 2,3%. No período compreendido entre os anos de 1992 a 2000, o total de ativos financeiros acumulados atingiu o montante de US\$ 38,453 bilhões, enquanto que o Produto Nacional Bruto de todos países da OCDE atingia US\$ 16,77 bilhões e as exportações totais desses países apenas US\$ 2,646 bilhões.

François Chesnais deixa claro que a autonomia adquirida pela esfera financeira no capitalismo contemporâneo não é absoluta. O descolamento entre a esfera industrial e a esfera financeira não significa o fim da teoria do valor de Karl Marx. Apesar do crescimento sem precedentes dos mercados financeiros sua autonomia é meramente relativa. A produção de mais-valia no setor industrial continua a ser a base para o desenvolvimento do parasitismo econômico. Vejamos a seguir:

²⁹ Ver as páginas 244 e 245 de *A Mundialização do Capital*.

Mais uma vez, os termos “autonomia”, “autonomização” etc. devem ser utilizados com muito cuidado. É verdade que parte elevadíssima das transações financeiras verifica-se no circuito fechado formado pelas relações financeiras especializadas. Mas isso não quer dizer que não existam vínculos muito fortes, e sobretudo de grande alcance econômico e social, entre a esfera de produção e circulação e a das finanças. A esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações. Uma parte, hoje, elevada, dessa riqueza é captada ou canalizada em proveito da esfera financeira, e transferida para esta. Somente depois de ocorrer essa transferência é que podem ter lugar, dentro do circuito fechado da esfera financeira, vários processos de valorização, em boa parte fictícios, que inflam ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros (CHESNAIS, 1996, p. 246).

Essa circunstância cria uma contradição sistêmica irreversível no capitalismo hodierno. A livre mobilidade dos capitais especulativos reforça essa tendência. A magnitude e a velocidade das transações efetuadas nos mercados financeiros ultrapassam largamente o montante da mais-valia produzida nos setores industriais. Tal contradição só pode ser resolvida na medida em que se elimine essa desproporção. As crises capitalistas são a forma inevitável de se solucionar tais contradições. Edmilson Costa destaca o seguinte:

O descolamento sem precedentes entre a órbita financeira e a esfera produtiva levará inevitavelmente a uma crise profunda do capital, até mesmo porque a massa de mais-valia criada globalmente no sistema produtivo é insuficiente para remunerar as necessidades de rentabilidade da especulação financeira. Portanto, quanto mais capitais fictícios ampliarem seus negócios na esfera especulativa, mas débil e mais próximo da crise estará o sistema capitalista. Em outras palavras há uma crise sistêmica em curso, como já pode ser observado desde o *crash* de 1987 (COSTA, 2008, p.178).

Essa contradição está no âmago de todas as crises que o capitalismo atravessou desde a retomada do poder do capital monetário. A ausência de restrições ao livre desenvolvimento da especulação nos mercados financeiros possibilitou a formação de bolhas especulativas nesses mercados criando um quadro de forte instabilidade macroeconômica com graves consequências sobre as condições de vida dos trabalhadores caracterizadas pela persistência de altas taxas de desemprego e a precarização das condições de trabalho. Por outro lado, a forte interdependência entre os diferentes sistemas financeiros

nacionais ampliou as possibilidades de contágio rápido por conta da velocidade em que circulam as informações nas distintas praças financeiras. Essas circunstâncias tornaram mais graves as consequências das crises capitalistas pela facilidade em que ela se transmite entre as diferentes economias nacionais.

Por último, cabe observar como essa conjuntura econômica mais instável se reflete nas relações políticas e econômicas internacionais. A retomada do poder das finanças na década de 1980 significou o recrudescimento das rivalidades entre os principais países imperialistas, em que os Estados Unidos tenta impor a todo custo a sua hegemonia. Tal situação foi favorecida pelo colapso do socialismo real na antiga União Soviética e nos países do Leste Europeu. Porém, a ausência de uma potência econômica, política e militar capaz de se contrapor aos EUA não significa uma paz duradoura entre as principais potências. Diversos são os riscos da estratégia estadunidense de se impor como potência unipolar num mundo globalizado, que podem ser um prenúncio de tempos mais conturbados e difíceis no médio e longo prazo. Essa é o aspecto mais visível do novo imperialismo e que veremos na próxima seção.

4.3 O NOVO IMPERIALISMO SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Após o colapso do socialismo real na antiga União Soviética e nos países do Leste Europeu, os EUA passaram a exercer a sua hegemonia de forma incontestável no sistema capitalista. A história da dominação imperialista dos EUA e sua pretensão de liderança exclusiva no modo de produção capitalista remontam ao período do pós-guerra. Nesse período, os Estados Unidos suplantaram a Grã-Bretanha e outros antigos impérios coloniais passando a exercer a hegemonia no quadro das relações de poder entre os Estados nacionais, sem concorrentes efetivos no mundo ocidental favorecido pelos efeitos positivos oriundos das duas guerras mundiais e dos programas de reconstrução das sociedades devastadas pela Segunda Guerra Mundial no pós-guerra. A nova ordem mundial foi estabelecida com base na dominação mundial incontestável dos EUA. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, o “fantasma” do comunismo continuava assustando as pretensões de liderança exclusivista dos EUA.

No âmbito da Guerra Fria, o mundo passou a ser partilhado entre as duas principais potências, EUA e União Soviética, em que cada um desses países liderava o bloco capitalista e socialista, respectivamente. Apesar da existência dos dois blocos, o poder global era partilhado desigualmente entre duas potências, em que os EUA mantinham a sua hegemonia. Porém, a ameaça comunista representada pela antiga União Soviética era um contraponto e uma grande ameaça as pretensões de criação de um poder unipolar por parte dos EUA. Não obstante, com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o conseqüente declínio da potência soviética, os EUA estavam completamente aptos a

impor ao resto do mundo uma política extremamente agressiva devido à inexistência de um competidor em potencial. Desde então, o governo norte-americano têm ameaçado a soberania de outras nações fazendo prevalecer os interesses de suas empresas transnacionais e do capital financeiro daquele país. Sua atuação se desenvolve em quatro direções, inteiramente relacionadas entre si, que podem ser classificadas como a seguir: militar; econômica; política; ideológica.

A estratégia militar norte-americana compreende a tentativa de dificultar sob várias formas a emergência de uma nova potência militar capaz de contestar a hegemonia dos EUA. A sua intromissão nos programas nucleares de outros países é uma demonstração cabal dessa estratégia. Por outro lado, por meio de seu poderio bélico busca a consolidação de seus interesses em outros países, principalmente, nos países ricos em petróleo e outras matérias-primas básicas como se observou claramente na guerra ao Iraque e em outras intervenções militares em países do Oriente Médio.

Por sua vez, no terreno econômico os EUA buscam constituir em outros países por meios de acordos bilaterais e multilaterais um espaço econômico totalmente isento de barreiras a livre circulação de bens e serviços produzidos por suas companhias transnacionais. De acordo com esses objetivos, os Estados Unidos recomendam a outros países a defesa do livre comércio por meio da abertura comercial e financeira de suas economias. Contrariamente, a sua retórica em defesa do livre comércio procura por todos os meios assegurar proteção a certos setores de sua economia contra as mercadorias produzidas por empresas transnacionais com matrizes sediadas em outros países. Nos setores de alta tecnologia, buscam dificultar a transferência de tecnologia de ponta para outros países a fim de impedir a emergência de novos competidores industriais nos setores mais dinâmicos e lucrativos da economia mundial.

Na arena política, buscam apoiar regimes políticos ou governos convenientes aos interesses norte-americanos. Por outro lado, procuram deslegitimar qualquer governo que contrarie seus interesses econômicos, políticos por meio de uma forte propaganda ideológica contando sempre com o apoio dos meios de comunicação e da mídia sediadas nesses países para influenciar a opinião pública local de acordo com os seus interesses. A classificação de alguns países como os chamados “eixos do mal”, segundo o governo norte-americano, que faz parte de sua política de ataques preventivos contra o terrorismo internacional demonstra claramente a estratégia dos EUA de deslegitimar os governos que se opunham aos seus interesses. Na mesma direção, impunham bloqueios econômicos nos países recalcitrantes. Além disso, os EUA financiam e estimulam movimentos de oposição em outros países, inclusive, fornecendo armamentos para destituir os governos que lhes fazem oposição³⁰.

³⁰ A tentativa de golpe de Estado, em 2002, na Venezuela contra o presidente Hugo Chávez é um exemplo significativo dessa estratégia.

Por último, no campo ideológico promovem a divulgação dos valores culturais e éticos de sua sociedade para o mundo. Eles se consideram os detentores do melhor modelo de civilização e os responsáveis pela missão de expandir esse modelo para o resto do mundo. Segundo seus ideólogos, os EUA têm como meta exportar o seu modelo de democracia, liberdade, direitos humanos para outras nações a fim de que elas possam trilhar os mesmos passos da potência hegemônica rumo ao progresso econômico e social. Em suma, o modelo civilizatório norte-americano constitui a realização última e mais desejável de toda a sociedade humana, ou melhor, dizendo, é um modelo a ser seguido por outras sociedades. Ou seja, quanto mais uma sociedade se aproxima do modelo norte-americano mais desenvolvida e próspera ela se torna. Vê-se que dessa forma, as intervenções militares dos EUA no exterior são justificadas pelo governo norte-americano como necessárias para a construção de sociedades livres e democráticas nos países estrangeiros bem como para o ensino aos povos estrangeiros das formas de organização das sociedades mais avançadas.

Essas quatro estratégias não teriam o resultado esperado sem o apoio fundamental exercido pelas organizações multilaterais na estratégia de dominação mundial dos EUA, quais sejam: o FMI (Fundo Monetário Internacional); o Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial do Comércio). Essas instituições são dominadas politicamente pelos Estados Unidos. A criação do FMI e do Banco Mundial se deu no ano de 1944 nos acordos de Bretton Woods elaborados nos EUA, ainda no quadro da reconstrução de uma nova ordem mundial no período pós-guerra sob a liderança estadunidense. A OMC (Organização Mundial do Comércio) é uma continuação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e foi criada no ano de 1995 para cuidar de todas as questões relacionadas ao comércio mundial de mercadorias. As três instituições têm se revelado poderosos instrumentos na manutenção da hegemonia norte-americana.

O FMI foi criado no período pós-guerra para cuidar das questões relativas à estabilidade monetária mundial e da retomada dos fluxos de comércio entre os países. Essa instituição têm se pautado ao longo da história pela aplicação do receituário ortodoxo em vários países em termos de política macroeconômica. Por meio de suas ações, têm imposto a uma série de países a aplicação das medidas ortodoxas de ajuste estrutural promovendo a abertura das economias nacionais, a recessão econômica, o desemprego, a contenção dos gastos públicos, o arrocho salarial e a maior dependência das economias subdesenvolvidas em relação ao centro do capitalismo. Essas medidas têm facilitado a extensão das zonas de influência dos EUA no mundo.

Por sua vez, o Banco Mundial foi criado no mesmo período para promover o desenvolvimento econômico em vários países. Sua criação está relacionada com a tentativa de conter o avanço comunista no Ocidente no período pós-guerra por meio do apoio as políticas desenvolvimentistas na periferia e no centro do sistema capitalista e as políticas de combate à pobreza no Terceiro Mundo. Apesar dessa faceta mais humana, o Banco Mundial age na mesma direção do FMI, ou seja, como representante institucional dos interesses estadunidenses. Vejamos:

Aparentemente, o Banco Mundial cumpre um papel bem diferente e sua atuação está voltada essencialmente para fomentar o desenvolvimento econômico. Ao contrário do FMI, não interfere publicamente na política econômica dos países associados. No entanto, essa é apenas a face visível da instituição, porque na prática segue a mesma estratégia de consolidação e fortalecimento da esfera de influência dos Estados Unidos. A própria constituição do Banco Mundial já expressa o vínculo entre as duas instituições: por exemplo, nenhum país pode ser membro do Banco Mundial sem primeiro ter aderido às normas do Fundo Monetário Internacional (COSTA, 2008, p. 202).

Com a ofensiva neoliberal, a partir da década de 1980, o Banco Mundial tem perdido cada vez mais a função de promotor do desenvolvimento econômico. Os empréstimos concedidos por essa instituição têm sido condicionados agora de forma menos dissimulada a aplicação por parte dos países tomadores de empréstimos das medidas neoliberais no campo da política econômica. A sua face antes dissimulada no período fordista deu lugar a um papel mais escancarado como organismo institucional a serviço dos EUA.

A OMC, por seu lado, regula todas as transações que envolvem o comércio mundial de mercadorias, que vai desde o comércio com produtos agrícolas e industriais, os serviços em geral, as negociações de patentes e a área de propriedade intelectual. Recentemente a OMC tem se empenhado em regular o comércio eletrônico em geral. Como a maior parte do comércio mundial é controlado pelas companhias transnacionais, em aproximadamente 2/3, e que cerca de 40% desse comércio é realizado entre as empresas transnacionais e suas filiais espalhadas pelo mundo afora pode se ter uma dimensão da importância e do poder que essa instituição detém no capitalismo contemporâneo para os interesses do grande capital. Essa instituição tem sido utilizada para representar os interesses das grandes corporações norte-americanas e européias. Ela tem sido acusada constantemente de favorecer os países centrais do capitalismo nas questões litigiosas que ocorrem no âmbito da OMC.

Vimos acima que a estratégia de dominação imperialista exclusiva dos EUA no mundo capitalista começou ainda no período pós-guerra. Para tanto, uma nova ordem mundial foi criada sob o apoio dos organismos multilaterais liderados pelos Estados Unidos. Os países imperialistas europeus não tinham condições de fazer contraponto aos EUA devido às consequências socioeconômicas da reconstrução desses países após a Segunda Guerra Mundial, em que os EUA foram os grandes beneficiários e financiadores, através do Plano Marshall. Não restava aos antigos impérios coloniais como a Grã-Bretanha e a França se não a aceitação submissa da hegemonia estadunidense e sua condição de sócios minoritários do imperialismo americano. Porém essa estratégia foi paralisada momentaneamente durante a Guerra Fria, em face da ameaça comunis-

ta, dos movimentos de libertação colonial nas colônias durante as décadas de 1950 e 1960. Com o fim da guerra fria, nos EUA as condições econômicas e políticas estavam plenamente amadurecidas para a sua tentativa de dominação global exclusivista. No plano político, a entrada em cena dos neoliberais recolocou as classes mais reacionárias da sociedade capitalista no comando do aparelho de Estado pavimentando o caminho para a tentativa de dominação imperialista global dos EUA e ao agravamento das tensões internacionais no final do século XX e no início do século XXI.

A defesa ideológica das intervenções militares dos EUA no exterior perante a opinião pública mundial tem levado o governo norte-americano a apresentar a sua política exterior de uma forma completamente distorcida. O recrudescimento da agressividade da política externa norte-americana tem sido apontado pelos seus porta-vozes como uma resposta aos atentados terroristas que ocorreram no dia 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center* e ao Pentágono. De acordo com a versão oficial da Casa Branca, os EUA têm desenvolvido uma série de guerras e ataques preventivos nos países considerados “eixos do mal” para impedir o avanço do terrorismo no Ocidente justificando o seu papel de defensores dos valores democráticos e da liberdade. Por outro lado, admite-se a reviravolta da política externa estadunidense possibilitada pela eleição duvidosa do candidato republicano George W. Bush para a presidência dos EUA ao invés de seu adversário democrata Al Gore. Entretanto, as raízes da agressividade da política exterior norte-americana são bem mais profundas do que se pode imaginar à primeira vista. Antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, os EUA já vinham impondo uma política agressiva ao resto do mundo como foi visto acima. Além disso, não se pode pensar a mudança de rumo da política americana como consequência de uma conjuntura política particular, pois o partido democrata sempre apoiou as intervenções militares no exterior como no caso do anterior presidente americano Bill Clinton.

A tentativa dos EUA de se impor como um poder unipolar no quadro das relações econômicas e políticas internacionais decorrem de causas mais profundas. As raízes da estratégia estadunidense de hegemonia a qualquer custo estão relacionadas com a crise estrutural que o capital enfrenta desde a década de 1970. Essa crise se expressa no acirramento da contradição objetiva entre a tendência globalizante do capital monopolista e a nacionalização dos interesses dos grupos capitalistas mais poderosos manifestada na manutenção dos Estados nacionais como estrutura de comando abrangente da economia capitalista. Nas palavras de István Mészáros:

Uma das contradições e limitações mais importantes do sistema se refere à relação entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida. Noutras palavras, apesar de todos os esforços das potências dominantes para fazer seus próprios Estados nacionais triunfarem sobre os outros, e dessa forma prevalecer como Estado do sistema do capi-

tal em si, precipitando a humanidade, no curso dessas tentativas, para as vicissitudes sangrentas das duas horrendas guerras mundiais do século XX, o Estado nacional continuou sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais. É óbvio que essa contradição tem uma magnitude tal que não se pode imaginar que dure indefinidamente, qualquer que seja a retórica mentirosa incansavelmente repetida que finge resolver essa contradição por meio do discurso sobre “democracia e desenvolvimento” e seu corolário tentador: “Pense globalmente, aja localmente”. Por isso é fundamental que a questão do imperialismo seja trazida para o primeiro plano da atenção crítica (MÉSZÁROS, 2003, p. 34).

A lógica de desenvolvimento do capital monopolista compreende o processo de concentração e de centralização de capitais em diferentes países e regiões do planeta em direção ao monopólio e cada passo dado em sua evolução tende a unificar cada vez mais o ciclo do capital em escala internacional. O resultado é a integração monopolista dos diferentes elementos constitutivos da economia mundial no movimento global do capital.

Essa circunstância exige a eliminação de todas as barreiras nacionais no impulso incansável do capital rumo ao monopólio, o que implica a tentativa no campo político de se constituir um Estado transnacional, ou seja, um governo não delimitado por fronteiras nacionais. Entretanto, em cada país o desenvolvimento do capital monopolista acirra os conflitos entre os diferentes grupos financeiros nacionais. Do ponto de vista político, isso se manifesta na rivalidade crescente entre os Estados – Nações. Ao longo da história do capital, os Estados imperialistas tentaram resolver essa contradição por meio das guerras imperialistas em que cada um buscou prevalecer sobre os demais na tentativa de formação de um governo internacional do capital. Com o aparecimento dos monopólios na estrutura da economia capitalista mundial no final do século XIX, essa contradição atingiu o ápice de seu desenvolvimento. O recrudescimento do colonialismo no último quartel do século XIX, a Primeira e a Segunda guerra mundial são capítulos extremamente marcantes na tentativa de se eliminar as estruturas de comando nacionais assentadas no Estado - Nação por parte de cada país imperialista. Cada adiamento dessa tarefa por parte do capital significa o acirramento dessa contradição objetiva no âmbito do sistema capitalista, o que resulta em conflitos explosivos cada vez mais violentos entre os Estados nacionais.

O desenvolvimento da economia capitalista em escala global estava no âmago da tentativa de solução dessa contradição. A própria lógica do processo de acumulação capitalista tende a desenvolver todas as contradições do capital, o que exige a busca de soluções para o enfrentamento dos problemas estruturais do modo de produção capi-

talista. O capitalismo é um sistema dinâmico e que se desenvolve de forma desigual e combinada. A dominação dos mais fracos pelos mais fortes constitui o resultado inevitável do desenvolvimento capitalista. Esse desenvolvimento se expressa em desigualdades estruturais tanto no nível microeconômico quanto macroeconômico.

No âmbito das empresas essa desigualdade é expressa pela dominação dos monopólios sobre as empresas menores e nos ramos de produção entre o desenvolvimento mais intensivo da indústria em comparação com o da agricultura expresso pela maior composição orgânica do setor industrial. Dentro de um mesmo país, as diferentes regiões se desenvolvem de forma desigual. No âmbito dos países, a lógica do desenvolvimento desigual ainda prevalece. Ou seja, a lógica do processo de acumulação capitalista tende a criar e a possibilitar a dominação dos países mais fracos pelos países mais fortes. Essa circunstância se reflete no domínio e espoliação dos países centrais do capitalismo sobre os países periféricos ao longo de toda a história do modo de produção capitalista.

Do ponto de vista do movimento do capital global, a pluralidade de capitais é substituída pela tendência a formação dos monopólios em que os capitais menores vão sendo absorvidos pelos capitais maiores na concorrência intercapitalista. Os processos de concentração e de centralização de capitais agem como um ímã, no qual os capitais maiores atraem os capitais menores dispersos num movimento em que eles convergem entre si tendo como resultado lógico a formação de um único capital gigante. À primeira vista esse movimento aglutinador pode parecer harmônico, mas não é assim que ele se manifesta na realidade concreta. Trata-se na verdade, do domínio e espoliação no processo competitivo dos pequenos capitais pelo grande capital. O imperialismo representa o desfecho desse processo em que os monopólios passam a constituir uma das bases econômicas essenciais da economia capitalista. Seu aparecimento no cenário histórico no final do século XIX marca o início da tendência globalizante do capital.

Nas relações de poder desenvolvidas entre os Estados nacionais, cada país busca triunfar sobre os demais dada a imperiosa necessidade de solucionar a contradição objetiva do sistema capitalista. Na vã tentativa de constituir um governo transnacional, o chamado Estado do sistema do capital em si³¹, cada país imperialista busca superar as limitações e os antagonismos nacionais por meio dos conflitos imperialistas tentando criar um governo mundial condizente com a tendência globalizante do capital transnacional. Não existe outra alternativa do ponto de vista do capital. Nessa trajetória histórica, alguns Estados imperialistas foram prevalecendo sobre os demais. István Mészáros destaca três fases distintas da dominação imperialista. Vejamos:

1. O primeiro imperialismo colonial moderno construtor de impérios, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo;

³¹ Esse é o termo empregado por István Mészáros em seu livro *O Século XXI: socialismo ou barbárie?*

2. *Imperialismo “redistributivista” antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase-monopolistas, chamado por Lênin de “estágio supremo do capitalismo”, que envolvia um pequeno número de contendores, e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que chegou ao fim logo após o final da Segunda Guerra Mundial; e*

3. *Imperialismo global hegemônico, em que os Estados Unidos são a força dominante, prenunciado pela versão de Roosevelt da “Política de Porta Aberta”, com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital – apesar de ter se consolidado pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante (MÉSZÁROS, 2003, p. 72).*

A dinâmica das relações e dos conflitos desenvolvidos entre os Estados imperialistas ao longo da história do capital monopolista culminou com a posição de liderança incontestável dos EUA no processo de acumulação capitalista no período pós-guerra deslocando para uma posição subalterna a Grã-Bretanha e outros antigos impérios coloniais como a França. Com o decorrer do tempo, a força e a hegemonia norte-americana no mundo tem crescido consideravelmente. Vê-se assim que a dialética do desenvolvimento capitalista que implicou na dominação dos Estados mais poderosos sobre os mais fracos desde as suas origens teve como resultado a hegemonia absoluta dos EUA sobre a economia mundial. Com a desagregação da antiga União Soviética nenhum país é atualmente capaz de fazer um contraponto ao imenso poder do império americano. Porém, a sua ascensão ao primeiro posto do processo de acumulação capitalista como país líder não significou a resolução da contradição objetiva do modo de produção capitalista. Pelo contrário, marcou o aprofundamento de todas as suas contradições.

Com base nas instabilidades já existentes no capitalismo contemporâneo, István Mészáros destaca que a atual fase do capital monopolista representa a fase mais perigosa do imperialismo em toda a sua história, pois os EUA não medem esforços para fazer prevalecer seus interesses econômicos, políticos e sua pretensão de liderança exclusiva no sistema capitalista. Cada passo dado pelos Estados Unidos na tentativa de se constituir como o Estado do sistema do capital tende a desenvolver ainda mais as graves contradições já existentes com consequências desastrosas para toda a humanidade. Segundo as suas palavras:

A dimensão militar de tudo isso é grave. Portanto, não é exagero afirmar – tendo em vista também o antes inimaginável poder destrutivo dos armamentos acumulados ao longo da segunda metade do século XX – que entramos na fase mais

perigosa do imperialismo em toda a história; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de seus adversários, mas o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição. É essa a racionalidade última exigida pelo capital globalmente desenvolvido, na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis. A questão é que tal racionalidade – que se pode escrever sem aspas, pois ela corresponde genuinamente à lógica do capital no atual estágio histórico de desenvolvimento global – é ao mesmo tempo a forma mais extrema de irracionalidade na história, incluindo a concepção nazista de dominação do mundo, no que se refere às condições necessárias para a sobrevivência da humanidade (MÉSZÁROS, 2003, p. 53-4).

Apesar dos grandes riscos envolvidos nessa estratégia, o autor observa que a lógica do capital empurra todas as forças retrógradas da sociedade capitalista para o enfrentamento desse problema com base na mesma solução, ou seja, na tentativa de criação de um governo transnacional.

Os Estados Unidos tem atacado constantemente a soberania de muitos países na tentativa de fazer prevalecer os seus interesses. A agressividade de sua política exterior fica bem caracterizada quando analisamos a questão da nacionalidade. Qualquer intervenção dos EUA no exterior que diz respeito aos seus interesses é legitimada e justificada como uma questão de defesa dos interesses da nação nem que para isso seja necessário o uso excessivo da força militar em outros países. Por outro lado, qualquer ação de governos estrangeiros que contrariem os interesses norte-americanos é apresentada como nacionalismo intolerável pelos EUA. Diversos são os exemplos.

Por outro lado, os Estados Unidos tem passado por cima de leis internacionais e desafiado os princípios e resoluções de organismos internacionais. É bem reconhecida a recusa dos EUA de assinar o protocolo de Kyoto, que buscava um acordo entre os países para a redução da emissão de dióxido de carbono na atmosfera. Por ser o país líder na emissão de poluentes, o qual responde por 25% do total, esperava-se a sua assinatura, a qual seria um passo extremamente importante na defesa do meio ambiente. Na invasão ao Iraque em 2003, opôs-se a toda a comunidade internacional que não aceitava o conflito armado e invadiu o país destituindo o seu presidente, Saddam Hussein, sob a falsa alegação³² de que naquele país existiam armas de destruição em massa. Por último,

³² Até hoje, junho de 2011, não foram encontradas as armas de destruição em massa apontadas pelos EUA como o fator responsável pela invasão do território iraquiano em 2003.

os EUA têm se recusado a pagar as dívidas atrasadas como membro das Nações Unidas, mas ao mesmo tempo, continuar a impor as suas políticas a essa instituição.

Esse quadro configura uma situação extremamente grave no âmbito das relações de poder desenvolvidas entre os Estados imperialistas na economia mundial, em que uma superpotência militar e econômica hegemônica, os Estados Unidos, tenta impor a todo custo seu domínio absoluto sobre os demais países. Entretanto, apesar da liderança incontestável dos EUA no mundo, tal situação não exclui a possibilidade de conflitos potenciais futuros entre as principais potências. Vejamos:

As principais características dessa dominação imperialista ainda continuam a existir hoje. A multiplicação do poder destrutivo do arsenal militar em uso atualmente – especialmente o potencial catastrófico das armas aéreas – modificou em certo grau as formas de impor comandos militaristas a um país que se quer subjugar, mas não a sua substância. Com toda probabilidade, a forma última de ameaçar um adversário no futuro – a nova “diplomacia das canhoneiras” exercida pelo “ar patenteado” – será a *chantagem nuclear*. Mas seu objetivo será análogo ao do passado, embora a modalidade imaginada apenas acentue a inviabilidade absurda de tentar impor dessa forma a racionalidade última do capital às partes recalcitrantes do mundo (MÉSZÁROS, 2003, p.57).

Vê-se que a hegemonia do capital financeiro no processo de acumulação de capitais, a partir da década de 1970, além de acentuar todas as contradições do sistema capitalista e acelerar os impactos das crises econômicas em escala global significou no plano político o agravamento das tensões internacionais. Tal situação é similar ao período 1873 a 1914, que foi um período extremamente conturbado na história da humanidade marcado por graves crises econômicas e pelo acirramento das rivalidades entre os principais países imperialistas. Como visto anteriormente, o resultado desse período foram os dois maiores conflitos armados da história da humanidade com a consequente perda de prestígio do liberalismo econômico e a entrada em cena do keynesianismo.

Neste início de século XXI, assistimos a todas as consequências negativas da adoção das idéias neoliberais no campo da política econômica em vários países com o agravamento da exclusão social, o aumento do desemprego e a precarização das condições de trabalho em todo o mundo. Com a eclosão da crise financeira mundial em 2008, ressurgiram novamente as vozes em defesa do intervencionismo estatal como forma de se resolver as crises capitalistas. Porém, o neoliberalismo continua a se impor de forma hegemônica no mundo. Por outro lado, a força dominante exercida pelos EUA no capitalismo contemporâneo adiciona mais um elemento perturbador as condições econômicas e políticas internacionais, a qual não conta mais com a possibilidade de uma alternativa

diferente por parte do capital a dominação do capital financeiro como a que ocorreu no período pós-guerra. Dessa forma, como no âmbito do capitalismo as possibilidades de superação da crise estrutural do capital não existem mais somente uma alternativa que vá além dos limites impostos pela lógica capitalista pode se tornar viável. No segundo período de hegemonia da lógica financeira, observamos novamente a deterioração das condições que asseguram a paz mundial, ainda que sob bases capitalistas essa paz seja apenas relativa. Esse é a consequência inevitável da retomada do poder do capital financeiro. Tempos difíceis ainda estão por vir!

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como no período compreendido entre os anos de 1870 a 1913, o livre desenvolvimento da especulação tem acelerado todas as contradições do capital. O capitalismo hodierno é caracterizado por uma conjuntura econômica mundial extremamente instável marcada por sucessivas crises econômicas e pelo acirramento das contradições entre o capital e o trabalho. No plano político, pelo acirramento das tensões internacionais caracterizada pela tentativa dos EUA de constituir sua liderança global exclusivista.

O aprofundamento de todas as contradições do capitalismo marca o atual desenvolvimento do capital monopolista. No terreno econômico, essa crise se manifesta por meio de diminutas taxas de crescimento econômico, pela persistência de altas taxas de desemprego, pelo arrocho salarial e pela crise fiscal dos Estados. No mundo do trabalho, pela crise dos sindicatos e dos partidos políticos progressistas que não parecem encontrar uma resposta viável aos problemas que mais afligem a humanidade atualmente. Por outro lado, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho atingem consideravelmente e negativamente a classe trabalhadora. O aumento da miséria em todo o mundo é outro sinal da grande gravidade da situação atual.

A dinâmica do desenvolvimento do capital monopolista arrasta invariavelmente todos os setores econômicos e sociais para a lógica do rentismo. No plano da política governamental, isso se expressa pela prioridade conferida às altas taxas de juros e ao controle da inflação em detrimento do crescimento econômico e da geração de empregos. Essa circunstância tem alimentado a oposição entre a lógica produtiva e a lógica financeira em vários países. Porém, cada vez mais as empresas produtivas têm deslocado parte de suas atividades para a especulação nos mercados financeiros internacionais. Isso tem acentuado o divórcio entre a esfera financeira e a esfera produtiva da economia. O descolamento crescente entre as duas esferas acentua ainda mais a possibilidade de ocorrência de crises financeiras. O último episódio foi à eclosão da crise financeira internacional de 2008 no centro do sistema capitalista internacional, os EUA.

No passado, o desenvolvimento da especulação em todo o mundo teve como consequência à ocorrência das duas grandes guerras mundiais e a crise de 1929. Entretanto, a lógica do capital arrasta novamente e irreversivelmente a economia mundial para a lógica do rentismo no mundo atual. Os passos dados rumo à regulação da economia com a criação do *Welfare State*, só foram possíveis devido à ameaça que o comunismo representava na época face às tragédias sociais ocasionadas pela Primeira e Segunda guerra mundiais. Atualmente, tal alternativa não parece provável devido à inexistência de um poder que possa contrabalançar a dominação exercida pelos EUA no capitalismo con-

temporâneo. As vezes que se levantam em favor da regulação da economia parecem não levar isso em consideração.

O capitalismo em sua fase imperialista põe em relevo a sua verdadeira face. O objetivo da produção capitalista é a maximização do lucro no menor espaço de tempo possível. A satisfação das necessidades humanas é apenas um momento necessário do processo de valorização de capitais, como pode ser visto no movimento clássico de valorização do capital produtivo ($D - M - D$). O capital financeiro reduz esse movimento à fórmula $D - D'$, ou seja, o capitalismo entra na sua fase mais destrutiva. A oposição entre a lógica de valorização do capital e a lógica humana de satisfação das necessidades atinge o ápice com o desenvolvimento da financeirização da economia. A contradição fundamental do capitalismo entre o caráter privado de apropriação do produto social e o caráter socializado da produção atinge o apogeu com o desenvolvimento do capital financeiro. A separação crescente da propriedade dos meios de produção de todas as pessoas que participam ativamente do processo de produção material adquire a sua forma mais extremada com a posse de ações. Ao capitalista industrial resta tão somente a função de capitalista monetário que recebe juros. O divórcio crescente entre a camada de rentistas e a produção material se desenvolve crescentemente na fase imperialista do capital.

Sob todos os aspectos e no centro do capitalismo contemporâneo, o capital financeiro e sua lógica especulativa goza de uma hegemonia absoluta no processo de valorização de capitais em nível mundial. Os estudos atuais que versam sobre o papel do capital financeiro no capitalismo contemporâneo, sobre o neoliberalismo, etc. têm como ponto comum a idéia de que nos encontramos frente a um padrão de acumulação de capitais assentado na hegemonia da lógica financeira sobre o processo de acumulação de capitais. O resultado dessas investigações corrobora a nossa idéia da necessidade de um resgate da teoria clássica do imperialismo como forma de responder as questões atuais sobre a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo.

A análise do período clássico do imperialismo, porém, demonstra a gravidade da situação em que a humanidade se encontra atualmente, pois à medida que se desenvolve a especulação mais o capitalismo mergulha em suas próprias contradições estruturais que não podem ser solucionadas no âmbito do modo de produção capitalista. O resultado é o agravamento das rivalidades internacionais e a tentativa de solução por meio das guerras imperialistas. Essa alternativa não pode ser descartada, pois as forças econômicas, sociais e políticas dominantes na cegueira imposta pela lógica do capital financeiro empurram a humanidade nessa direção.

REFERÊNCIAS

- ALDANA, Ramón Losada. *Dialética do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. .
- AMIN, Samir. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. Biblioteca de Ciências Sociais.
- BARAN, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Economistas.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Economistas.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CHESNAIS, François (Org). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- FRANK, Andrew Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. São Paulo: FFCLSB-PUCSP, 1967. Coleção Universitária.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas.
- HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- HOBSON, Jhon Atkinson. *A evolução do capitalismo moderno: Um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 361p. Coleção Os Economistas.

_____. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

LENINE, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3.ed. São Paulo: Centauro, 2005.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1-2. Coleção Os Economistas.

MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo: a economia política externa dos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 1978. Coleção pensamento socialista.

_____. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. Biblioteca de Ciências Sociais.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1-3. Coleção Os Economistas.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 4-5. Coleção Os Economistas.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas: Introdução de Eric Hobsbawn*. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo e Corporações multinacionais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SCHUMPETER, J.A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. Biblioteca de Ciências Sociais.

SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de economia política marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.

TROTSKY, Leon. *O imperialismo e a crise da economia mundial*. São Paulo: Editor Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.